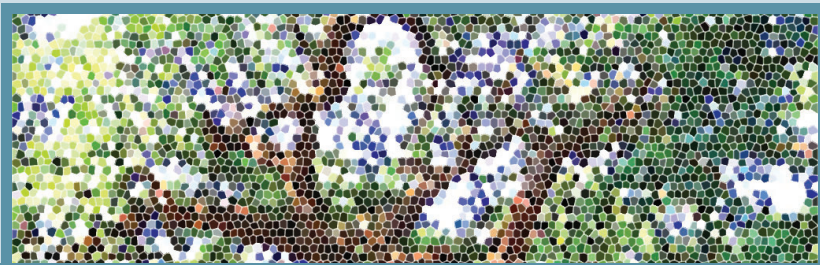


JAN/JUN/2011

15



Dossiê: Experiências de educação para a velhice - Universidades abertas à terceira idade

Organizadores deste número:

Carmem Maria Andrade
Neila Barbosa Osório
Raimunda Silva d'Alencar

MEMORIALIDADES



Editora da UESC



Universidade Estadual de Santa Cruz

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

JAQUES WAGNER - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

OSVALDO BARRETO FILHO - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

ANTONIO JOAQUIM BASTOS DA SILVA - REITOR

ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO - VICE-REITORA

DIRETORA DA EDITUS

MARIA LUIZA NORA DE ANDRADE

Conselho Editorial

ALDA BRITO DA MOTTA (UFBA, BA)

ANATERCIA RAMOS LOPES (UESC, BA)

BENEDITA EDINA DA SILVA LIMA CABRAL (UFCG, PB)

CARMEM MARIA ANDRADE (FAMES, RS)

ELIZABETE SALGADO DE SOUZA (UESC, BA)

EVANI MOREIRA PEDREIRA DOS SANTOS (UESC, BA)

GLORIA QUINAYAS MEDINA (UNIVERSIDAD DEL VALLE, COLOMBIA)

HORTÊNCIA MACIEL GAGO ARAUJO (UFMA, MA)

JESÚS BLAS VICENS VICH (UNIVERSIDAD BARCELONA, ESPAÑA)

JUAN MUELA RIBERA (UNIVERSIDAD A. DE BARCELONA, ESPAÑA)

JOELMA BATISTA TEBALDI (UESC, BA)

JUSSARA RAUTH DA SILVA (SBGG, RS)

MARIA CONSUELO OLIVEIRA SANTOS (BARCELONA)

MIRIAN BONHO CASARA (UCS, RS)

MONIQUE BORBA CERQUEIRA (INSTITUTO DE SAUDE, SP)

NOÊMIA LIMA SILVA (UFS, SE)

RAIMUNDA SILVA D'ALENCAR (UESC, BA)

RUY DO CARMO PÓVOAS (UESC, BA)

SUZANA HÜBNER WOLFF (UNISINOS, RS)

VANIA BEATRIZ MERLOTTI HERÉDIA (UCS, RS)

Conselho Científico

CARMEN MARIA ANDRADE (UFSM, RS) / EDITE LAGO DA SILVA SENA
(UESB, BA) / EVANI MOREIRA PEDREIRA DOS SANTOS (UESC, BA) /

ISABEL AURORA MARRACHINHO TONI (UCS, RS) / KATIA JANE CHAVES BER-

NARDO (UNEB, BA) / MARIA LAURA DE OLIVEIRA GOMES (UESC, BA) /

MATHEUS SILVA D'ALENCAR (UESB, BA) / MARILENE BACELAR BAQUEIRO

(UFBA) / ZELINA BEATO - CENTRO DE TRADUÇÃO / DLA - UESC.

Editores

RAIMUNDA SILVA D'ALENCAR

REVISTA MEMORIALIDADES É UMA
PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DO DFCH - NÚCLEO
DE ESTUDOS DO ENVELHECIMENTO
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ,
QUE TEM COMO PROPÓSITO DIVULGAR ANÁLISES
DE TEMAS RELACIONADAS COM A QUESTÃO DA
VELHICE E DO ENVELHECIMENTO HUMANOS.

MEMORIALIDADES

ANO 8, N. 15, JAN./JUN., 2011

EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO PARA A
VELHICE – UNIVERSIDADES ABERTAS À
TERCEIRA IDADE

Organizadoras

Isabel Marrachinho Toni
Célia Maria de Souza Sanches Vieira
Raimunda Silva d' Alencar

Ilhéus-BA



2011

©2010 by RAIMUNDA SILVA D'ALENCAR

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16 - 45662-000 Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5028 - Fax: (73) 3689-1126
<http://www.uesc.br/editora> e-mail: editus@uesc.br

PROJETO GRÁFICO E CAPA
George Pellegrini

DIAGRAMAÇÃO
Álvaro Coelho

ILUSTRAÇÃO DE CAPA
Best picture gallery - beautiful big tree, Angel Oak, South Carolina,
by TATTERHOOD (Dave Martin)

REVISÃO
Aline Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Memorialidades/ Universidade Estadual de Santa Cruz.
Departamento de Filosofia e Ciências Humanas. Ano 1,
n. 1 (jan. 2004)-. - Ilhéus, BA : Editus, 2004 -
v.

Semestral.

Descrição baseada em: Ano 8, n. 15, (jan./jun. 2011).
ISSN 1808-8090

1. Idosos – Periódicos. 2. Condições sociais – Periódicos. 3. Gerontologia – Periódicos. 4. Envelhecimento – Periódicos. I. Universidade Estadual de Santa Cruz. Departamento de Filosofia e Ciências Humanas.

CDD 362.6

SUMÁRIO

DOSSIÊ: EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO PARA A VELHICE - UNIVERSIDADES ABERTAS À TERCEIRA IDADE

NOVAS DEMANDAS NA EDUCAÇÃO FORMAL FACE À LONGEVIDADE.

Helenice de Moura Scortegagna
Agostinho Both 9

PROGRAMA DE AÇÕES DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA COM IDOSOS DA UNATI/UERJ .

Alzira Tereza Garcia Lobato 35

UNIVERSIDADE DA TERCEIRA IDADE – ESPAÇO DE NOVOS SABERES PARA NOVOS FAZERES.

Isabel Marrachinho Toni 63

LAS FUNCIONES COMUNICATIVAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA

Daniella Cruz Reis
Wasley de Jesus Santos 85

UNIVERSIDADE ABERTA PARA A TERCEIRA IDADE: A CONSTRUÇÃO DE SABERES PARA UM NOVO OLHAR SOBRE A VELHICE

Rita de Cássia da Silva Oliveira
Flavia da Silva Oliveira
Paola Andressa Scortegagna 101

A IMPORTANCIA DAS UNIVERSIDADES ABERTAS E NOVOS PRINCÍPIOS PARA A GERONTOLOGIA EDUCACIONAL .

Célia Maria de Souza Sanches Vieira 137

**VELHICE E EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: UM
IMPERATIVO PARA UM CONVÍVIO MAIS HUMANO.**

Raimunda Silva d'Alencar 167

**ANALISE DA VIOLENCIA E MAUS TRATOS À PESSOA
IDOSA EM VITORIA DA CONQUISTA, BAHIA:
IDENTIFICAÇÃO NO SERVIÇO DE SAÚDE .**

Luana Kárem Ferreira de Souza

Luane de Oliveira Barreto

Monalisa Nascimento dos Santos Barros 193

EDITORIAL

Com o mesmo compromisso e a mesma satisfação das edições anteriores, apresentamos o Volume 15 da Revista MEMORIALIDADES, idealizada pelo Núcleo de Estudos do Envelhecimento, vinculado ao Departamento de Filosofia e Ciências Humanas. Esta edição vem configurada com oito artigos, produto de colaboradores de diferentes regiões do País, todos preocupados com o envelhecimento da população e o papel que tem a educação com as mudanças que esse fenômeno traz para toda a sociedade.

O tema desta edição está centrado nas **EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO NA VELHICE – OS MODELOS DE UNIVERSIDADES ABERTAS À TERCEIRA IDADE**, cujo objetivo é oportunizar o registro dos programas voltados para as pessoas idosas e analisar as experiências de educação desenvolvidas nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, suas especificidades, historicidade, formação de recursos humanos e atualizações nas questões do processo de envelhecimento. A idéia é permitir que estudiosos da Gerontologia, educadores, profissionais da saúde e outras áreas ampliem o olhar sobre o processo do envelhecimento e das possibilidades abertas pela edu-

cação para esse segmento da população.

Trata-se de importante colaboração, não só nas necessárias trocas de conhecimento entre os envolvidos nesse processo, mas em torno das metodologias e estratégias utilizadas por educadores no cotidiano de suas atividades, colaborando com a desconstrução de uma cultura socialmente instalada, inclusive nas IES. Espera-se estar contribuindo para a abertura de perspectivas em relação às áreas de educação, saúde e lazer do cidadão idoso, consolidando a temática das Universidades Abertas à Terceira Idade como um campo de pesquisa.

Isabel Marrachinho Toni
Célia Maria de Souza Sanches Vieira
Raimunda Silva d'Alencar

Organizadoras

NOVAS DEMANDAS NA EDUCAÇÃO FORMAL FACE À LONGEVIDADE

Helenice de Moura Scortegagna¹
Agostinho Both

Resumo. A longevidade humana que desponta como um fenômeno social digno de ser considerado pelas políticas educacionais, mediante uma perspectiva de otimização de oportunidades e estilo de vida saudável, no sentido de garantir melhor qualidade de vida a uma população envelhecendo, tem recebido pouca importância nos currículos escolares, meio pelo qual a sociedade instrui as gerações mais novas na compreensão de um estoque de interpretações de diversas realidades. O objetivo desse texto é refletir o quanto a vida humana, a possibilidade de torná-la longa e as suas formas de expressão se constituem em razão para se repensar o currículo escolar por meio de novas experiências escolares e de estratégias de superação dos limites interpostos. Nesse sentido, a formação de um estilo de vida que garanta a longevidade qualificada é o escopo principal quando se propõe introduzir, no currículo, a perspectiva do viver-envelhecer saudável, constituindo aprendizados que dêem conta desta intenção. Para tanto os hábitos realizados em condutas concretas, na escola e fora dela ou em oficinas, podem gerar uma nova dimensão no processo educativo, como forma de promoção da saúde e alternativas existenciais, oportunizando que se explorem novos arranjos educacionais face à longevidade. Diante dessa compreensão, encontra-se a escola como um espaço social responsável por atingir os melhores processos de formação ao aproximar os aspectos cognitivos aos aspectos éticos da educação, possibilitando que sejam desenvolvidas ações intencionais no ensino da vivência das virtudes, pois os hábitos de vida, enquanto maneiras de ser e de agir, constituem-se no baluarte da vida social.

Palavras-chave: currículo; longevidade; educação infantil; estilo de vida; qualidade de vida.

NEW DEMANDS FACE OF FORMAL EDUCATION LONGEVITY

Abstract. The human longevity that has emerged as a social phenomenon worthy of being considered by educational policy, through a perspective of optimizing opportunities and healthy lifestyle, to ensure better quality of life for a population aging, has received little attention in school curricula, means by which society instructs the younger generations in the understanding of a stock of various interpretations of reality. The objective of this text is to reflect how human life, the possibility of making it long-lived and their forms of expression are due to rethink the school curriculum through new school experiences and strategies for overcoming the limitations brought. In this sense, the formation of a lifestyle that ensures longevity is beyond the scope of qualified when it proposes to introduce in the curriculum, the prospect of living, healthy aging, and is learning to realize this intention. For both the habits conducted in concrete pipes, in and outside schools or workshops, can bring a new dimension in the educational process as a means of promoting health and existential alternatives, which give opportunities to explore new educational arrangements given the long life. Given this understanding, is the school as a social responsibility to achieve the best educational processes to the cognitive approach to the ethical aspects of education, allowing them to be developed intentional actions in the teaching of the virtues of living, as living habits as ways of being and act, constitute the bulwark of social life.

Keywords: curriculum; longevity; early childhood education, lifestyle, quality of life.

INTRODUÇÃO

Embora o envelhecimento, desde a mais remota história da humanidade, tenha sido alvo de interesse e de estudos, suscitando os mais diversos conceitos, a questão do envelhecimento populacional e da longevidade remete a sociedade contemporânea a deparar-se com um conceito relativamente novo: o da velhice como fase do desenvolvimento humano, tão importante como as demais, constituída por possibilidade¹ que vão além das limitações. Esse fato demanda um avançar na compreensão desse processo como fenômeno universal, comum e inevitável, e nas intervenções que permitam a otimização de oportunidades no sentido de garantir melhor qualidade de vida a uma população que envelhece de forma acelerada.

É sabido que o processo de envelhecimento e de longevidade é produto da interação de fatores biológicos, psíquicos, socioambientais, culturais e econômicos, que atuam ao longo da vida. Nesse sentido, a educação escolar desponta dentre os fatores socioambientais como uma prática de intervenção significativa na construção de uma perspectiva ampliada diante da vida que se estende, o que evidencia a es-

¹ Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Especialista em Gerontologia pela SBGG. Professora Titular do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Passo Fundo. Rua Carlos Gomes, 462 Ap. 402. Bairro Rodrigues. CEP: 99070.060 -Passo Fundo, RS. helenice@upf.br

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano da Universidade de Passo Fundo, RS.

cola como lócus favorável para articular a dimensão individual com a dimensão social do sujeito.

Assim, o currículo escolar pode ser considerado como o meio pelo qual a sociedade instrui as gerações mais novas na compreensão de um estoque de interpretações de diversas realidades, ensejando por ele que sejam constituídos os conhecimentos, a moral e a estética dos seus cidadãos. Por outro lado, também, os nove anos de ensino fundamental são considerados suficientes para introduzir os alunos nos conhecimentos sociais e científicos e nos valores politicamente entendidos como necessários para conferir as condições de igualdade na construção da cidadania e na preparação para o trabalho.

Acredita-se também, quanto ao aprendizado dos escolares, que a qualidade dos conteúdos aprendidos e das experiências vividas determinará a qualidade de suas relações com seu mundo. Aprender a pensar bem e a se relacionar bem, pode-se inferir, não significa apenas ser capaz de ordenar, classificar, operar os conteúdos, mas também a ver a qualidade dos conteúdos que estão sendo operados e as implicações éticas deles emanadas. Além disso, existe o currículo oculto que se forma pela convivência dos alunos em sala de aula, com a escola como um todo, com a comunidade quando mediada pela escola, no qual, os conteúdos atitudinais, aprendidos de forma não explícita nas interações subjetivas estabelecidas no cotidiano escolar agem como uma força modeladora na formação do aluno, podendo ou não opor-se aos conteúdos e discursos formais. Uma criança pode, então, dominar os conhecimentos de conceitos, fatos e,

mesmo, organizar seus hábitos coerentemente com aqueles que estão sendo aprendidos nos diferentes espaços, mas isso não significa que leve uma vida cuja lógica contempla a qualidade de vida. O aprendizado, por melhor que seja feito, nem sempre atende todas as necessidades dos escolares.

Na verdade, a escola em sua construção histórico-social buscou sempre atender as questões emergentes da história e, ultimamente, tem revelado a extensão da vida humana como conquista, mas não tem se mostrado atenta e comprometida a esta realidade enquanto fenômeno do desenvolvimento humano. Ainda apresenta um currículo voltado para a brevidade da vida e com a função gravemente limitada dentro das exigências do mundo do sistema que não pretende muito mais que amarrar sua clientela dentro de uma configuração educacional cujos domínios contemplam as questões da economia e dentro dos interesses do Estado. Assim, a escola não se firmou responsabilmente com o mundo-da-vida, constituído sobre princípios teóricos fundamentais para a concretização de ações de cuidado com a vida e, particularmente, com os conhecimentos e com a ética sobre a vida da criança, bem como sobre a qualificação de seu futuro.

Sabe-se que de tempos em tempos, o currículo vem sofrendo transformações, uma vez que, por ele, a sociedade estabelece os conteúdos das operações cognitivas e os costumes julgados oportunos para o seu tempo. O aumento crescente da democracia em substituição aos princípios da autoridade tradicional, a laicização da educação, as descobertas da psicologia, a guinada linguística, as alterações nas formas

do trabalho, ensejaram a flexibilidade do desenvolvimento curricular; também o domínio da tecnologia, a grande depressão da década de 1920, foram fatores que aceleraram a mudança curricular. Os acontecimentos sociais do processo da industrialização, da conquista espacial pelos russos na década de 1950 e da depressão na década de 1930 foram razões suficientes para que a sociedade se movesse para a construção sistemática de novas experiências escolares. Os Estados autoritários, em consonância com o projeto do nacionalismo vigente na primeira metade do século XX, suscitaram também o racionalismo científico, promovendo intervenções unívocas do currículo.

No Brasil houve mudança curricular por decisão do Estado Novo e pela rápida transferência dos moradores do campo, atraídos para a cidade pelo processo da industrialização. Particularmente a Lei 5692/71 foi pensada à luz das exigências científicas trazidas dos Estados Unidos e à luz da industrialização brasileira.

A lógica da razão instrumental, voltada para o domínio da natureza e do homem sobre outros homens, praticada pelo sistema da política e da economia tem demonstrado que as soluções são criticáveis e que o sonho da emancipação a ser fornecida pela razão deve ser repensado. As injustiças sociais inseridas nas diversas formas de exclusão, a devastação do meio ambiente, a violência nas relações entre os povos e até nas relações entre aqueles que pertencem ao mesmo lugar, põem em dúvida a excelência da razão ocidental como solução para os problemas humanos e como paradigma para a construção curricular.

A questão que agora se põe é a seguinte: como e

o quanto a longevidade humana pode alterar as propostas curriculares? Os conteúdos e as experiências atuais dão conta da qualidade de vida e da extensão da vida como objeto curricular? Ou ainda: a qualificação da vida humana e sua performance existencial estendida constituem-se em objeto curricular?

A primeira questão, então, a ser considerada é: a conquista da longevidade constitui-se em razão para se repensar o currículo. Se esse acontecimento humano é digno de ser considerado pelas políticas educacionais, qual a razão que impede que a mudança ocorra? Quais são as estratégias para a superação dos limites interpostos? Quais são as condições para o sucesso da mudança e quais são os princípios e as tarefas a serem levados em consideração?

A vida humana, a possibilidade de torná-la longa e as suas formas de expressão, parecem ser objeto capaz de atrair a atenção dos educadores. Se os meios de obtê-la são motivo de preocupação e, mesmo, de reforma curricular, por que não será a própria vida razão para uma nova prática curricular?

Duas linhas de interesse podem ser levantadas diante do fato da vida que se estende: a primeira visualiza a possibilidade de, através de conhecimentos, procedimentos e formação de hábitos construir as condições para estender a vida e tê-la com vigor em adiantada idade; a segunda aponta para a direção da qualidade desta vida no evento da longevidade. Se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/97 aponta, como objetivos primeiros, o trabalho e a cidadania, pode parecer difícil ao cidadão estar preparado para assumir um estilo mediador da lon-

gevidade e da qualidade em toda sua extensão. Isso quer dizer que se as experiências educacionais forem determinadas pela produção e respeito às leis vigentes, possivelmente o aluno estará condicionado a ter na própria vida pouca consideração, entendendo-a como um acontecimento aleatório ao aprendizado e não como um produto das condições sociais e culturais.

Nesse sentido, para validar a emergência dessa questão pode-se avaliar a transição demográfica no estado do Rio Grande do Sul que começou mais cedo em relação aos demais estados brasileiros, tornando-se mais evidente nas últimas décadas. A vida média (74,6 anos) das pessoas residentes no Rio Grande do Sul pode ser comparada àquela dos países desenvolvidos, sendo que em percentual está ultrapassando os 10% a população com mais de sessenta anos. (IBGE, 2009; ATLAS, 2010).

Esses dados estatísticos são positivamente alarmantes, pois apontam para um aumento constante da população envelhecida. Há de se considerar que o envelhecimento populacional se expressa em proporções significativas e com repercussões que já se mostram bastante concretas.

2 ○ CURRÍCULO COMO MEDIADOR DE LONGEVIDADE QUALIFICADA

Tomando-se a definição de currículo como “o conjunto de atividades e experiências realizadas pelo aluno na escola sob a orientação do educador e tendo presente o fim da educação” (GÓMEZ apud KOO-

PMAN, 1970, p. 9), propõe-se, então, também como fim da educação é que a vida e sua expressividade podem constituir-se em razão de mudança curricular; pretende-se pôr, em primeiro plano, a formação de uma ética voltada para a qualidade da vida com efetivos aprendizados nas funções biopsicossociais. A proposta avança, ainda, para um movimento de resistência à colonização do mundo-da-vida, ressaltando aqueles aspectos que venham pôr em relevo os objetivos e as experiências que promovem a qualidade de vida para todas as gerações e durante toda a vida.

Isso significa que, além dos propósitos da tradição, pode-se produzir a vida das pessoas dentro de uma reflexão denunciadora e de uma proposição anunciadora de metas educacionais com vistas à expressividade individual e comunitária relativa à nova perspectiva de vida. Além da reengenharia das instituições que encaminham a produtividade e a qualidade exigidas pela globalização, propõe-se a satisfação das relações sociais e pessoais, avaliando-se também os conhecimentos e os comportamentos sob a ótica do bem estar em todos os sentidos, incluindo hábitos pró-ativos em favor da vida.

A reinvenção curricular face à longevidade é importante e vem ao encontro da afirmativa: “O modo como uma sociedade seleciona, classifica, distribui, transmite e avalia os saberes destinados a serem ensinados reflete a distribuição do poder em seu interior e a maneira como se encontra aí assegurado o controle dos comportamentos individuais.” (BERNSTEIN apud FORQUIN, 1996, p. 190).

Hilda Taba, ao considerar o currículo em face da

cultura e da gênese da personalidade, diz que “cada cultura tem seus objetivos fundamentais de socialização ou um modelo básico para a formação da personalidade, isto é, a imagem do adulto ideal.” (1977: 78) E esse “adulto ideal” é um homem trabalhador, obediente às virtudes do pensar o senso comum, sem se interrogar sobre a questão da excelência de sua vida e da vida social, fornecendo-lhe a educação aqueles recursos para viver em torno dos sessenta anos, ficando ao idoso a responsabilidade de lidar com sua vida sem alternativas existenciais promovidas pela sociedade. Os alunos ficam, então, pressionados por conteúdos, experiências e avaliações evitando aquelas direções da solidariedade, da igualdade, da proteção da vida e dos interesses referentes aos direitos fundamentais, tolerando a miséria, o fracasso da maioria, a incapacidade dos mais velhos e a morte precoce.

De acordo com Bernstein e Taba, pode-se dizer que o currículo escolar tem se restringido a tarefa da construção (ou reprodução) de uma idéia reducionista como suposta verdade consensual coletiva, que não tem contribuído para que atos de cuidado, inerentes ao mundo-da-vida, sejam explorados na escola, resultando em uma lacuna para a formação de virtudes humanas fundamentais ao exercício de um ser humano com capacidade para usufruir do autocuidado e da solidariedade das pessoas entre si e com a natureza. Ao concentrar a atenção no sucesso e na eficácia estabelece-se uma relação monológica, impessoal entre os sujeitos, que, por não considerar as demais dimensões constitutivas do ser, acaba por co-

lonizar as mentes e os corações, resultando em perda da qualidade de vida e, conseqüentemente, em um processo de viver-envelhecer também desqualificado, desprovido de valor e sem expressividade. O efeito colateral dessa realidade é uma população que envelhece sem refletir sobre a condição humana diante da existência e do ser saudável, como uma atitude ativa em todas as etapas da vida.

No entanto, a escola que visa orientar seus alunos a descobrirem os caminhos da autonomia, com um sentido de preservação da qualidade de vida para todo o ciclo de vida e para a sociedade, deve ter em conta todo o processo da lógica da razão instrumental e definir objetivos e estratégias para pôr em relevo a mediação da vida humana como reguladora dos processos do sistema político e econômico. Dessa forma, não se pensa em afastar dos currículos os conteúdos diferentes daqueles que estão sendo ministrados, apenas se pretende associar, aos mesmos, conteúdos dados pelas diferentes disciplinas a formação de hábitos, com vistas à formação de um estilo de vida qualificado, pois no contexto do cotidiano escolar encontra-se o mundo sistêmico convivendo com elementos que afluem do mundo da vida, entendendo-se não ser necessário substituir uma orientação pela outra, mas promover uma mediação harmônica entre as racionalidades que os compõe: sistêmica e comunicativa. Para tanto, é preciso um agir comunicativo, estabelecido por sujeitos conscientes de seus limites e historicidade. Assim, o potencial emancipador vincula-se a uma comunicação livre de dominação, possível no contexto que constitui o mundo da

vida e resulta na adição de competência para cuidar, como expressão da consciência de co-responsabilidade no ser saudável. Nesse sentido, o discurso mediado pelo mundo da vida busca ultrapassar o discurso do sistema para encontrar a lógica educacional superadora dos limites da lógica instrumental.

3 AS DEMANDAS PARA A CONSTITUIÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

A formação de um estilo de vida que garanta a longevidade qualificada é o escopo principal ao se introduzir, no currículo, a perspectiva do viver-envelhecer saudável e de constituir aprendizados que dêem conta desta intenção. Para tanto, faz-se necessária a distinção dos aprendizados cognitivos dos aprendizados éticos, ou seja, aqueles que envolvem hábitos de vida que aperfeiçoam as relações do sujeito consigo, com os outros e com a natureza. Os aprendizados cognitivos são apreendidos e dominados pela compreensão e explicação dos seres animados e inanimados, dos fenômenos naturais e sociais em sua natureza e identidade, e dos fatores que os constituem. Os aprendizados éticos são apreendidos em razão da concepção de valores e aquisição de condutas facilitadoras de relações humanas favoráveis à compreensão da vida saudável e de uma visão crítica em torno dos fenômenos próximos dos alunos. Estes aprendizados respondem sobre as formas dos alunos lidarem consigo, com os outros e com a natureza. Os aprendizados podem se constituir em formas atuais de relações e formas pró-ativas que garantem o fu-

turo do bem estar pessoal. As necessidades fundamentais de aprendizados éticos são aquelas que garantem oportunidades de bem-estar biopsicossocial dos alunos em todo o ciclo de vida. Isto significa que os aprendizados éticos e os aprendizados cognitivos nem sempre têm a mesma expressão no ciclo de vida. Assim, aquele que aprendeu uma profissão poderá utilizá-la de formas diferentes no percurso da vida, bem como certos hábitos têm igual importância durante toda a vida e outros se revelam mais significativos na velhice. Dentro deste contexto, pode-se afirmar que os hábitos, ou seja, as formas sistemáticas e contínuas dos alunos lidarem consigo, e o ambiente físico e humano podem ser entendidas como virtudes capazes de formar o estilo de vida, sustentando a sua qualidade nos âmbitos físicos e fisiológicos e nos âmbitos psicológico e social durante todo o ciclo de vida. Os hábitos, associados aos conteúdos, não importa qual a disciplina, podem compreender:

- os hábitos que garantem a qualidade física durante toda a vida como a alimentação e os exercícios físicos;

- os hábitos de ampliação das oportunidades sociais como o voluntariado;

- os hábitos de melhoria estética como os aprendizados das diversas artes;

- os hábitos de melhoria afetiva como a convivência amistosa e cooperativa;

- os hábitos de melhoria cognitiva como a escrita e a leitura;

- os hábitos de controle da impulsividade;

A formação dos hábitos, conjuntamente com a compreensão de idéias, se revela em condutas observáveis, nas seguintes direções:

- desenvolvimento de princípios, hábitos e idéias que facilitem a integração de gerações, promovendo a tolerância e a percepção do envelhecimento como um processo satisfatório de vida;

- desenvolvimento de habilidades favoráveis à promoção de atividades diversificadas e ocupações interessantes e que garantem opções diferenciadas de inserção social;

- desenvolvimento da sensibilidade em relação às questões sociais, mormente àquelas relativas às formas de exclusão;

- domínio dos fatores de risco da saúde humana e das alternativas para sua promoção;

- formulação de uma filosofia unificadora da vida, promotora de espírito crítico em relação às principais ameaças à saúde e sustentadora de ações favoráveis à sua promoção;

- entendimento da importância de políticas sociais para a construção de oportunidades de inserção em instituições sociais qualificadas para todas as idades;

- esclarecimentos sobre a formação de preconceitos como justificativa para a exclusão social;

- sistematização de conceitos teóricos, éticos e ações comprometidas com a qualidade da vida humana, antes e na própria velhice;

- compreensão da necessidade de permanente exercício das funções biopsicossociais;

- aquisição de linguagens abertas em torno da vocação humana para a constituição de objetos de pai-

xão, de ordem produtiva e de lazer, sustentadores de sentido para a vida;

-utilização dos conteúdos, da sala de aula, da escola, da comunidade, da família como espaços de exercícios para a qualidade de vida e integração de gerações;

-promoção do aluno como construtor da história da sua saúde e de sua família, pela análise dos hábitos e avaliação dos mesmos;

Em uma síntese reflexiva pode-se avaliar que o que se propõe é uma educação que prepare o sujeito para uma percepção consciente de si, dos outros e do seu ambiente, para uma convivência saudável em comunidade, em um contexto pluralista, como seres igualmente importantes e potencialmente capazes.

Portanto, viabilizar uma educação para um tempo de vida longo e qualificado desafia a construção de uma proposta pedagógica pautada em relações dialógicas que permita criar alternativas de intervenções de relações saudáveis e de cuidado compartilhado; no aprender e ensinar a viver saudável em todas as fases subsequentes, como forma de completar o ciclo vital. Para tanto, é preciso haver uma conscientização sobre o fato de que o envelhecimento é um processo que se inicia ao nascer e que se prolonga por toda a existência e que, enquanto seres sociais envelhecendo, todos são co-responsáveis pela forma como esta etapa da vida se realiza.

Nesse sentido, tem-se no entendimento de Baltes e Smith (2006, p. 10) ser *nas fases iniciais da vida que se constroem os alicerces para o desenvolvimento subsequente e que se estabelecem os recursos que, no futuro,*

serão necessários para o enfrentamento da velhice. A afirmativa dos autores citados nos remete a avaliar o quanto a longevidade e suas demandas na relação educação e sociedade estão por exigir uma reflexão sobre o sentido que a sociedade atual confere à vida e aos valores vigentes que regem suas ações, pois é preciso considerar sua repercussão na natureza e na qualidade da percepção e da atitude dos mais jovens sobre esse fenômeno.

A preocupação reside no fato de que a literatura parece indicar que atitudes negativas sobre o envelhecimento e velhice da população em geral são comuns, mas, considerando que as crianças de hoje tem um potencial para viver mais do que as gerações anteriores, o desafio maior está em preparar estas crianças capacitando-as, por meio de uma atitude positiva, a fazer escolhas e planejar o futuro com vistas a buscar o ser saudável ao longo do ciclo de vida.

Diante dessa compreensão, encontra-se a escola como um espaço social responsável por atingir os melhores processos de formação ao aproximar os aspectos cognitivos aos aspectos éticos da educação, possibilitando que sejam desenvolvidas ações intencionais no ensino da vivência das virtudes, pois os hábitos de vida, enquanto maneiras de ser e de agir, constituem-se no baluarte da vida social. Assim, é imprescindível que o escolar tenha o conhecimento e a compreensão de que seus atos hoje terão influência amanhã; de que ele terá um futuro e que, este, poderá ser afetado com suas atitudes e comportamentos hoje e, ainda, que ele tem a capacidade de fazer escolhas e agir saudável ao longo de seu desenvolvimento, em múltiplos aspectos de sua vida.

A educação encontra, nesse fato, uma provocação: assumir seu papel de suscitar o homem a refletir sobre sua realidade e sua condição, enquanto ser que vive e envelhece inserido em uma sociedade envelhecida. Uma proposta pedagógica que vislumbre a formação de um indivíduo capaz de olhar-se com dignidade, quer seja na dimensão física, psicológica ou relacional com o contexto em que se insere; um indivíduo capaz de olhar os envelhecidos com dignidade e compaixão -pois se ele não tiver esse olhar, tão pouco irá conseguir vislumbrar seu próprio envelhecimento de forma mais digna – possibilitando, dessa forma, um estilo de vida com vistas a um processo de envelhecimento saudável.

Ressalta-se, então, a necessidade de maior atenção e debate quanto a novos fundamentos educacionais, considerando-se a dimensão ética e estética do conhecimento, com vistas a processos de aprendizagem que contemplem o convívio social humano e a qualidade de vida individual e coletiva. Diante desse entendimento, pode-se avaliar a importância de desenvolver a consciência do cuidado compartilhado que permeia todo o ciclo de vida, possibilitando que, mediante a busca do ser saudável no viver-envelhecer, o tempo de vida seja qualificado. Pensar em cuidado significa atentar para a subjetividade do sujeito; significa impor limites à obsessão pela eficácia a qualquer custo; é a possibilidade de resgatar o mundo-da-vida na educação, onde estão contidas as virtudes como solidariedade, respeito, diálogo, justiça, propiciando experiências de conhecimento e de vida por meio de uma postura ética e estética frente ao mundo.

4 UMA METODOLOGIA PARA A CONSTRUÇÃO DE DISCIPLINAS VOLTADAS PARA UMA ÉTICA DA QUALIDADE DE VIDA

Na perspectiva de uma educação que contemple a dimensão ética e estética na formação do sujeito, pautada nos valores e nas virtudes, a metodologia do projeto da disciplina como instrumento de qualidade de vida pode seguir alguns passos e algumas sugestões, podendo ser definidos:

Em relação ao grupo de professores:

- Estudar conjuntamente os fundamentos teóricos do ensino voltado para a qualidade de vida;
- Estudar a metodologia de realização das atividades de ensino à luz de um projeto da melhoria da qualidade de vida;
- Discutir coletivamente os conteúdos de cada disciplina e das atividades dos alunos nos diversos espaços para a formação de hábitos;
- Discutir os resultados das práticas aplicadas com vistas à melhoria da qualidade de vida;
- Avaliar as formas de registrar o processo de implantação do projeto do currículo mediado pela qualidade de vida;
- Organizar e aperfeiçoar o roteiro para os professores desenvolverem sua metodologia de acompanhamento do processo ensino/aprendizagem. Em relação a cada professor:
- Organizar o programa e os conteúdos a partir das proposições do grupo;
- Organizar as atividades práticas dos alunos;
- Organizar os registros de suas observações;

- Avaliar com os alunos os aprendizados éticos; Em relação aos alunos:
- Descobrir com os alunos as atividades práticas associadas aos conteúdos;
- Sugerir outras atividades extracurriculares elucidativas do conteúdo. Das oficinas Cada disciplina poderá criar oficinas com atividades de classe e fora dela para fixar condutas favoráveis à qualidade de vida. Conforme Scortegagna (2001, 2006) as oficinas são constituídas para desenvolver uma proposta de cuidar-educando com escolares e, apoiadas no diálogo reflexivo e em práticas significativas sugeridas pelo próprio conteúdo que está sendo ministrado, além do prazer de compartilhar, de criar e de aprender, sensibilizam para o compromisso com a vida.

Para organizar uma oficina é importante planejar com antecedência cada encontro, levando em consideração:

- O conteúdo em desenvolvimento: Por exemplo: O que o conteúdo, em física, sobre calor, velocidade, calorias, etc. podem sugerir. O que os conteúdos, em biologia, sobre os diversos sistemas orgânicos, vírus, bactérias, reprodução, podem sugerir em termos de aprendizados práticos. Assim, os conteúdos de história, língua portuguesa, geografia, química e matemática. Cada disciplina possui um conjunto de possíveis iniciativas para formação de hábitos para

a promoção da qualidade de vida.

- O local onde será realizada: deve ser agradável, bem iluminado, com espaço suficiente para o tamanho do grupo e com acústica adequada. Sugere-se organizar com antecedência o local, bem como testar previamente os equipamentos de som, retroprojetor e filmadora, entre outros, caso sejam utilizados.
- O número de participantes: não segue regras rígidas, mas para que a participação de todos se oportunize deve ser limitado em no máximo vinte pessoas. Em casos de grupos maiores sugere-se a divisão em subgrupos para o desenvolvimento das atividades e, após a realização destas, a discussão retorna para o grande grupo.
- O tempo de duração: devem levar em conta o tema desenvolvido e os participantes da oficina. Sugere-se como tempo adequado uma hora, com o intuito de evitar o cansaço e o desinteresse ou dispersão dos participantes.

As oficinas podem estruturar-se da seguinte forma:

Tema: assunto para reflexão

Objetivo: deve estar articulado com o tema e sua reflexão.

Técnica: recursos que serão utilizados para o desenvolvimento da oficina. Devem ser adaptados às circunstâncias e ao contexto.

Metodologia: constituída de momentos. Em um primeiro momento é realizado um exercício de sensibi-

lização para descontrair, relaxar e aproximar mais os participantes. Em um segundo momento apresenta-se o tema para reflexão, sendo que em cada oficina utiliza-se uma técnica didática diferente, o que exige diversos materiais como: revistas, canetas coloridas, lápis-cera, papel ofício, papel pardo, tesoura, cola, argila, entre outros. Neste momento realiza-se o diálogo-reflexivo do que emergir do grupo, estimulando-se, por meio da socialização das vivências, a construção do saber com a participação de todos. No terceiro momento deve ser realizada a avaliação individual e por escrito, na qual os participantes expressam sua percepção da oficina e o seu significado, tanto no âmbito individual como no coletivo, como forma de comprometimento com o tema trabalhado. E, num último momento, realiza-se o encerramento, sempre de forma diferenciada e afetiva, não se esquecendo de agradecer a participação de todos. A oficina pode, também, estender-se para fora do âmbito escolar.

A realização de oficinas exige criatividade por parte do professor para desenvolver o tema proposto. Pode-se utilizar uma infinidade de recursos como textos, poemas, história de vida, vídeos, fotos, objetos, revistas, livros, alimentos, aromas, músicas, entrevistas, recordações e realidades comunitárias e familiares.

A técnica de oficinas possibilita que a sala de aula se constitua no que Both (2006, p. 43) entende como “local de comunicação e de aprendizado ético por excelência”, pois, conforme o autor, “as mediações em torno da cooperação e da convivência amistosa podem gerar um sentido de participação, proteção e de saú-

de mental.” O que Scortegagna (2010, p. 180) corrobora ao afirmar que a escola é o “espaço para aprender e ensinar, e as ações educativas, quando realizadas por mediações significativas, poderão fazer emergir situações e realidades interessantes, como situações de cuidado, conferindo melhor qualidade de vida no processo de viver-envelhecer de professores e alunos.”

5 CONCLUSÃO

O currículo, as disciplinas e a disposição pedagógica das direções solicitam novos olhares e práticas educacionais, com o sentido de atender a necessidade geral de qualificar a vida que está estendida e solicita novas competências para atender os direitos fundamentais, tais como saúde, inserção social, proteção, disposições para novas opções e integração de gerações. Enfim, a escola tem a função de dispor recursos, através de um estilo de vida, em todo o ciclo de vida, bem como educar para que as instituições se ajustem a esta nova categoria social que são os mais velhos. Em estudos críticos é preciso gerar conhecimentos em ações práticas, renovar o potencial ético das crianças e dos jovens para que tenham a si mesmos como criadores de melhoria em suas vidas. Para tanto, os hábitos realizados em condutas concretas, na escola e fora dela ou em oficinas, podem gerar uma nova dimensão no processo educativo, como forma de promoção da saúde e alternativas existenciais, oportunizando que se explorem novos arranjos educacionais face à longevidade.

BIBLIOGRAFIA

ATLAS Socioeconômico do Rio Grande do Sul.
Disponível em: < www.scp.rs.gov.br/atlas/indice_mapas.asp?menu>. Acesso em: 23 ago. 2010.

BALTES, P. B.; SMITH, J. *Novas fronteiras para o futuro do envelhecimento: da velhice bem sucedida do idoso jovem aos dilemas da Quarta Idade. A Terceira Idade*, São Paulo, v. 17, n. 36, p 7-31, jun. 2006.

BOTH, A. *Educação Gerontológica*. Erechim: São Cristóvão, 2001.

BOTH, A. Escola e currículo: para uma pedagogia da qualidade de vida e da velhice ativa. In: CASARA, M.B.; CORTELLETTI, I.A.; BOTH, A. (Org.). *Educação e envelhecimento humano*. Caxias do Sul: Educus, 2006. p. 31-44.

BRASIL, Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <www.pedagogiaemfoco.pro.br/lindice.htm>. Acesso em: 23 ago. 2010

CANDAU, V.M. et al. *Tecendo a cidadania: oficinas pedagógicas de direitos humanos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

FORQUIN, Jean-Claude. As abordagens sociológicas do currículo: Orientações teóricas e perspectivas de pesquisa. *Educação e Realidade*, "Currículo e política de identidade", v. 21, n. 1, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Faculdade de Educação, 1996, p. 187-198.

GROISMAN, D. Velhice, entre o normal e o patológico. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p. 61-78, jan./abr. 2002.

HAMILTON, I.S. *Psicologia do Envelhecimento*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 ago. 2010.

KOOPMAN, R. *Desarrollo de currículum*. Buenos Aires: Ediciones Troquel, 1970.

MORAGAS, R. *Gerontologia Social*. São Paulo: Paulinas, 1997.

MÜTSCHLE, M.S.; GONSALES FILHO, J. *Oficinas pedagógicas: a arte e a magia do fazer na escola*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

PALMA, L.; SCHONS, C. *Conversando com Nara Costa Rodrigues sobre Gerontologia Social*. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2000.

SCORTEGAGNA, H.M. Oficinas temáticas como estratégia pedagógica. In: CASARA, M.B.; CORTELLETTI, I.A.; BOTH, A. (Org.). *Educação e envelhecimento humano*. Caxias do Sul: Educus, 2006. p. 45-69.

_____. *Vivendo e aprendendo para um envelhecer saudável*. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

_____. *O mundo da vida na escola como espaço para a construção do ser saudável no processo de viver-envelhecer*. 2010. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

TABA, H. *Elaboración del currículo*. Buenos Aires: Ediciones Troquel, 1977.

PROGRAMA DE AÇÕES DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA COM IDOSOS DA UNATI/UERJ: UMA PROPOSTA EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL

Alzira Tereza Garcia Lobato¹

Resumo: O trabalho educativo com idosos, alunos da UnATI/UERJ, tem sido desenvolvido pelo Serviço Social envolvendo jovens estudantes da universidade, através de proposta de cursos e workshops oferecidos aos idosos, contribuindo para a socialização de informações e capacitação nas questões do envelhecimento e de políticas e direitos dos idosos, estimulando a participação social dos sujeitos envolvidos e o engajamento na luta para uma velhice digna.

Palavras-chave: universidade de terceira idade, educação, idosos e participação social.

ACTION PROGRAM ON SOCIAL AND CITIZENSHIP INVOLVEMENT FOR ELDERLY AT UNATI/UERJ : A SÓCIAL SERVICE EDUCATIONAL PROPOSAL

Abstract. Education for elderly with students of UnATI/UERJ has been developed with the work of young University students of Social Services. Throughout courses and workshops offered to the elderly, this program contributes for socialization and for training on aging issues, policies and rights of the elderly. It also encourages social participation and engagement on old age. Dignifying.

¹ Assistente Social da UERJ/UnATI (cidadania.unati@gmail.com)

Key words: university of the third age, education, seniors and social participation.

INTRODUÇÃO

Estudos sobre o envelhecimento da população, ou seja, de pessoas com 60 anos ou mais de idade, informam que esse segmento vem tendo um crescimento acelerado. Assim sendo, tem-se a expectativa de que, no ano 2025, estaremos com um contingente de idosos da ordem de, aproximadamente, 32 milhões de pessoas. Conforme Veras e Camargo (1995) o Brasil deverá ocupar o sexto lugar no mundo em população idosa.

Dados da PNAD (2007) indicam que os idosos, que já contabilizam 20 milhões, correspondem a 10,5% do total da população brasileira. Assim sendo, a expectativa de vida do brasileiro chegou a 73 anos. As mulheres, que representam 55% dos idosos do nosso país, vivem em média sete anos a mais que os homens. De acordo com Berzins (2003) o Brasil também reproduz, no crescimento de sua população idosa, o fenômeno mundial da feminização do envelhecimento.

Se vamos viver mais tempo, resta saber como viveremos, com todas as dificuldades que temos presenciado no contexto econômico e social brasileiro, permeado de desigualdades, que se avolumam com a entrada do país no mundo da globalização que tem gerado desemprego e vem desmontando os chamados Estados de Bem – Estar Social que, minimamente, garantiam políticas públicas aos mais necessitados.

Os idosos em nosso país, que ainda não oferece boas condições de vida para a maioria da população, experimentam o envelhecimento de forma heterogênea. Conforme os estudos de Nunes (2000), compreender fenômenos como o envelhecimento, em nossa sociedade, implica em ir além das diferenças de classe social e considerar também as questões de gênero, raça, e etnia. Conforme Louro (1995) o gênero interfere em nossas oportunidades sociais e orienta nossas relações com os outros (p. 7).

A nosso ver, buscar apoio em estudos de gênero pode ser um caminho para analisarmos os programas de terceira idade, que tem sido desenvolvidos em nosso País, desde a década de 1960 e tem dado visibilidade a uma grande parcela de idosos, em sua maioria mulheres, passando uma imagem da velhice como tempo de realizações, de atividade e de aprendizado. A evolução, no Brasil, dos programas de universidade de terceira idade, tem sido verificada nos centros urbanos mais recentemente. Os programas, em sua maioria, localizam-se no interior das universidades, tradicionalmente espaços freqüentados por jovens estudantes.

Nossa proposta neste artigo é apresentar o trabalho educativo do Serviço Social, responsável por Programa de extensão e pesquisa, desenvolvido na UnATI/UERJ – Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, discutindo algumas questões sobre o processo de envelhecimento no Brasil, políticas para idosos e programas de universidade de terceira idade em nosso país.

2 QUESTÕES SOBRE O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

O Brasil não é mais um país de jovens. Nas ruas, praças e outros lugares públicos podemos encontrar senhores e senhoras que buscam novas formas de viver a velhice. Embora o envelhecimento populacional ocorra em todas as sociedades, assume características diferentes em cada país. Camarano e Beltrão (1997), em seus estudos sobre as características sócio-demográficas da população idosa brasileira, explicam que esse crescimento dos idosos em nosso país deve-se à queda dos índices de fecundidade e ao aumento da longevidade. Isso ocorre em detrimento do peso da população jovem no total da população brasileira. As autoras declaram também que esta é uma tendência mundial e que essa mudança na distribuição etária indica novas demandas por políticas sociais.

Apresentamos, anteriormente, previsões de que seremos, em breve, a sexta população do mundo em idosos. Ao mesmo tempo em que isso nos orgulha, pois significa que estamos com maior expectativa de vida, também nos preocupa, pois as desigualdades sociais cada vez se acentuam mais em nosso país, principalmente com a implementação de políticas de ajuste neoliberal, pelos últimos governos, que obrigam a redução dos gastos públicos, gerando cortes significativos no financiamento das políticas sociais e taxas de desemprego sempre crescentes.

Assim sendo, estamos diante de um quadro adverso para os jovens, que não tem garantias de acesso ao mercado de trabalho formal. Dados do Censo

de 2000 do IBGE indicam que mais da metade dos trabalhadores brasileiros, por estarem inseridos no mercado informal de trabalho, não contribui para a previdência social. Portanto, esses trabalhadores ficarão excluídos do direito à aposentadoria e de outros benefícios como o auxílio-doença, que garantem remuneração ao trabalhador quando este se afasta do trabalho por motivo de doença.

Nesse contexto, pensar em condições dignas de vida para os nossos idosos é enfrentar o desafio de respeitá-los como trabalhadores, que ajudaram a construir a riqueza desse país. Porém verificamos que, muitas vezes, o desrespeito parte de nossos governantes, que vêem os aposentados e pensionistas como causadores de déficits na previdência pública. Dados apresentados na mídia televisiva, recentemente, informam que 66% dos aposentados recebem apenas um salário mínimo de aposentadoria, valor considerado insuficiente para suprir necessidades básicas de saúde, alimentação, moradia e outras. Mas, contraditoriamente, são esses idosos que, mesmo com suas baixas aposentadorias e pensões, tem garantido o sustento de suas famílias, ao mesmo tempo em que movimentam também a economia do município em que residem. Portanto, percebemos que, aquele discurso dos governantes, a nosso ver, é ofensivo e não condiz com a realidade que vivenciamos em relação ao segmento de idosos do país.

Estudos de Pereira (2002) comprovam que o ideário neoliberal vem desmantelando as políticas sociais no Brasil, percebidas como instrumentos de concretização de direitos de cidadania. Além disso, os direi-

tos sociais tem sido, desde os anos 90, contestados por esse mesmo ideário, que preconiza o Estado mínimo, transferindo para a sociedade civil a responsabilidade com a produção de bens e serviços de consumo coletivo.

A Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde são as três políticas que compõe a Seguridade Social e consideradas bens públicos e direitos pela Constituição de 1988. A reforma da previdência, já realizada com a Emenda Constitucional 41/03, no atual governo, mais uma vez irá afetar não só os aposentados, chamados de inativos, como também os trabalhadores ativos, que terão que conjugar tempo de serviço e idade mínima para terem direito à aposentadoria.

Ser idoso no Brasil é ora ser reverenciado pela mídia, como garoto propaganda ou freqüentador de bailes e programas de terceira idade, ora ser apresentado como segmento excluído da sociedade, muitas vezes vivendo nas ruas das grandes cidades, em precárias condições, ou ainda em asilos ou casas de repouso.

Em nossa sociedade, a imagem que se tem da velhice ainda é bastante negativa, embora nos programas de terceira idade os idosos sejam representados como ativos e disponíveis para viver intensamente essa fase da vida. Debert (1997) alerta para o fato de que essa imagem da velhice bem-sucedida não deve descartar, mesmo com os avanços médicos e tecnológicos, a condição de dependência na velhice.

Estudos de vários autores demonstram que as desigualdades sociais tem gerado um número crescente

de idosos incapacitados funcionalmente e com saúde precária. Os idosos sofrem de doenças crônico-degenerativas, o que implica redefinições nas políticas de saúde voltadas para esse segmento. A esse respeito, Veras e Camargo Jr. (1995) ainda chamam a atenção para o aumento de custos com internação, tratamento, equipamentos e medicamentos, que atendam de modo adequado às demandas dos idosos, tendo em vista que o envelhecimento da população brasileira tem sido permeado pela carência geral de recursos que garantam programas públicos de qualidade.

Portanto, como se pode verificar, o processo de envelhecimento não se resume apenas aos aspectos demográficos; implica criação de políticas públicas para o segmento de idosos que demanda melhores condições de saúde, habitação, aposentadorias e pensões, assistência social, enfim, condições dignas de existência, pelos anos a mais de vida.

3 POLÍTICAS PARA OS IDOSOS NO BRASIL: A LUTA PELOS DIREITOS NA VELHICE

As preocupações sociais decorrentes do envelhecimento da população são relativamente recentes. O primeiro mecanismo legal de garantia dos direitos do cidadão idoso no Brasil foi a Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 230, tornou clara a responsabilidade da família, do Estado e da sociedade em relação à subsistência e dignidade dos mais velhos (NUNES, 2001).

Na Constituição de 1988 os direitos da popula-

ção idosa são consolidados como universais e independentes da existência de um vínculo empregatício, sendo contemplados em vários artigos (203, 229 e 230), fruto das reivindicações das Associações e Confederações de Aposentados.

Ressaltamos na década de 1980 a organização política dos idosos em Associações e Conselhos. No período de 1984 a 1988, os primeiros Conselhos foram criados nos estados da região sudeste e sul, respectivamente, São Paulo e Rio Grande do Sul. Esses conselhos são compostos paritariamente por instituições governamentais e não-governamentais, indicando uma organização coletiva dos idosos para participarem desses espaços.

Buscando dar efetividade aos princípios constitucionais, foram criados também, a partir do ano de 1989, diversos grupos de trabalho junto ao então Ministério do Bem-estar Social e, posteriormente, da Previdência e Assistência Social, para elaboração de um projeto de Política Nacional do Idoso. Dentre os diversos atores envolvidos, destacamos a Associação Nacional de Gerontologia (ANG), que realizou um grande seminário em Brasília, que contou com a participação de várias entidades interessadas na criação de políticas sociais para idosos. Este seminário gerou um documento intitulado “Políticas para a Terceira Idade nos anos 90”, que serviu de base para o texto da Política Nacional do Idoso (LOBATO, 2004). Depois de muitas idas e vindas, decorrentes de mudanças políticas e administrativas nos Ministérios, foi implementada no Brasil a Lei nº 8.842, aprovada em 04 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política

Nacional do Idoso (PNI).

A Política Nacional do Idoso regulamenta os princípios expressos no artigo 230 da Constituição Federal de 1988. Seu objetivo é “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva” (Artigo 1, Capítulo I).

Resultado de inúmeras discussões, a referida política adota como princípios basilares garantir ao idoso os direitos de cidadania efetiva na sociedade, avaliando a sua autonomia e integração social, bem como promover o bem-estar e o direito à vida, trazendo estes como dever do Estado e da família. Ressalta-se que a cidadania implica na participação nas questões sociais, na busca de soluções para esses problemas, ou seja, almeja benefícios e igualdade entre todos.

A Política Nacional do Idoso é resultado das proposições da sociedade e dos movimentos sociais no período histórico recente. Em seus artigos encontramos os dispositivos garantidores de direitos, os princípios e as diretrizes da política com vistas a assegurar uma vida digna ao segmento de idosos.

Em seu capítulo sobre a organização e gestão da Política Nacional do Idoso, a lei explicita ser competência dos Conselhos a formulação, coordenação, supervisão e avaliação da Política Nacional do Idoso, no âmbito das respectivas instâncias administrativas (federal, estadual e municipal). Sobre as ações governamentais, no artigo 10, a Lei define as competências dos órgãos e entidades públicas e determina ações nas áreas: Promoção e Assistência Social; Saú-

de; Educação; Trabalho e Previdência Social; Habitação e Urbanismo; Justiça e Cultura, Esporte e Lazer.

No ano de 1999 foi promulgada a Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI), como parte integrante da PNI, que objetiva assegurar um envelhecimento saudável dos idosos brasileiros, buscando preservar sua capacidade funcional, autonomia e qualidade de vida. Ela é fruto do trabalho coordenado de um grupo de profissionais de vários estados, professores de universidades e técnicos do Ministério da Saúde, organizados em comissão, que foram convocados a elaborar a Política (LOBATO, 2004). Suas diretrizes são: a promoção do envelhecimento saudável, a manutenção da capacidade funcional, a assistência às necessidades de saúde do idoso, a reabilitação da capacidade funcional comprometida, a capacitação de recursos humanos, o apoio ao desenvolvimento de cuidados informais e o apoio a estudos e pesquisas.

Embora a Política Nacional do Idoso e a Política Nacional de Saúde do Idoso determinem medidas e providências para possibilitar qualidade de vida ao idoso, bem como participação efetiva na sociedade, a realidade dos idosos brasileiros ainda está longe da situação defendida nessas legislações.

No atual governo, tivemos a aprovação do Estatuto do Idoso, Lei 10.741/2003, após a ocorrência de fóruns permanentes de discussão da Política Nacional do Idoso (PNI) e, com a presença de grupos de profissionais, idosos e Conselhos, assegurou-se que as diretrizes da PNI fizessem parte do Estatuto do Idoso. Este Estatuto reitera a Política Nacional do Idoso e define a tarefa de cada órgão público na

execução das diretrizes dessa política, sob a coordenação de órgão específico. Contudo, o Estatuto deu cunho mais objetivo aos direitos dos idosos, quando garante medidas de proteção aos mesmos. Amparando os mais diferentes aspectos da vida cotidiana, a referida lei destaca o papel da sociedade e do poder público de assegurarem o direito à saúde, alimentação, cultura, esporte, lazer, trabalho, cidadania, liberdade, dignidade, respeito e convivência familiar das pessoas idosas.

Dentre os tópicos garantidos pelo Estatuto, estão as medidas de proteção ao idoso em estado de risco pessoal, a política de atendimento por meio da regulação e do controle das entidades de atendimento ao idoso, o acesso à justiça com a determinação de prioridade ao idoso e a atribuição de competência ao Ministério Público para intervir na defesa do idoso e qualificando, nos crimes em espécie, novos tipos penais para condutas lesivas aos direitos dos idosos e, principalmente, ressaltando os direitos fundamentais, presentes na Carta Universal de Direitos Humanos, de 1948.

Embora o tema da participação social esteja presente no texto das políticas para idosos, ainda existe uma grande lacuna entre a lei e a concretização da participação, na garantia dos direitos sociais dos idosos. Porém, consideramos que é por dentro dos programas direcionados para os idosos que os assistentes sociais podem trabalhar as questões relativas à participação social e ao exercício do controle social, com o intuito de envolver os idosos e os profissionais, na luta pela implementação de políti-

cas públicas para aquele segmento. É nesse sentido que apresentaremos algumas considerações sobre os programas de universidade de terceira idade no Brasil, localizados no interior das universidades, possibilitando assim, o desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa voltados para os idosos, alunos daqueles programas.

4 PROGRAMAS DE UNIVERSIDADE DE TERCEIRA IDADE: BREVES CONSIDERAÇÕES

A primeira Université du Troisième Âge (UTA) voltada para o ensino e a pesquisa e tendo preocupações com as questões de saúde física, mental e social dos idosos, foi fundada no ano de 1973 por Pierre Vellas na cidade de Toulouse, na França (NUNES; PEIXOTO, 1994).

Na América Latina, em abril de 1983, é criada a UNI 3 Uruguai, com sede no Instituto de Estudos Superiores de Montevideú. Palma (2000, p. 69) chama atenção para o fato de que este programa não tem vínculo com nenhuma universidade tradicional uruguaia, pois é uma universidade aberta que, criada por dois educadores, propõe uma pedagogia de educação permanente intergeracional. Seu processo pedagógico tem base em Paulo Freire e Carl Rogers, é laica, gratuita e universal. É aberta a todas as pessoas, buscando recuperar o valor social, cultural, moral e econômico do idoso, preparando-o para as transformações do mundo.

Esse movimento das UNI 3 ampliou-se para ou-

tros países latino-americanos. No Brasil, encontramos na Universidade de Passo Fundo (RS), o Crea-ti UNI 3, única instituição ligada aquele movimento, através da Rede das Universidades Abertas.

Comentários de Palma (2000) a respeito das propostas das UNI 3, identificam-nas como inovadoras, pois tem caráter intergeracional, promovendo a solidariedade entre as gerações, oportunizando a qualquer pessoa o crescimento individual e coletivo, através da educação não-formal. Se por um lado, as UNI 3 são inovadoras, pois possibilitam trocas entre diferentes gerações, o fato de serem gratuitas e o não-vínculo com uma universidade, parecem trazer limites a sua proposta.

A trajetória dos programas de universidades de terceira idade no Brasil, se deu no interior das universidades, sejam elas de caráter privado ou público, tendo como influência o modelo francês do pioneiro Vellas.

O Serviço Social do Comércio, (SESC) desde a década de 1960 abriu espaço para o trabalho com idosos através dos Grupos de Convivência, voltados para o lazer e a ocupação do tempo livre. Interessante é que um dos primeiros grupos de idosos era de homens aposentados. Nos anos 1970, técnicos do SESC São Paulo, ao retornarem de intercâmbio na Universidade de Toulouse (França) fundaram a primeira Escola Aberta para a Terceira Idade que podemos considerar como o embrião dos programas de universidade de terceira idade, do modo como estão hoje constituídos. Essas escolas estavam direcionadas para um público de idosos mais qualificado em

termos educacionais e sua programação organizada em módulos, oferecia “programas para aposentadoria, informações sobre aspectos biopsicosociais do envelhecimento e atualização cultural, além de atividades físicas e complementação sociocultural” (PALMA, 2000, p. 71).

Na década de 1980 encontramos, no interior das universidades, núcleos de estudo sobre o envelhecimento que deram importante contribuição para o aprofundamento dessa temática. Com a proposta de desenvolver atividades com idosos voltadas para o ensino, a saúde e o lazer, e realizar pesquisas, temos no ano de 1982 a criação do Núcleo de Estudos de Terceira Idade (NETI) da Universidade Federal de Santa Catarina, que tem como destaque a formação de técnicos e voluntários da área gerontológica, contribuindo com as prefeituras na implantação e implementação de programas gerontológicos.

Outro núcleo que surge no ano de 1982 é o Núcleo Integrado de Estudos e Apoio à Terceira Idade (Nieati) da Universidade de Santa Maria, RS. Destacamos o projeto Aluno Especial II, proposta pioneira, que oferece vagas para alunos idosos em algumas disciplinas nos cursos regulares da universidade.

Em agosto de 1990, a Faculdade de Serviço Social da PUC – Campinas, implantou a Universidade de Terceira Idade, que contou com a assessoria do Professor Paulo Freire, na discussão de sua proposta pedagógica, de extensão universitária e de educação permanente, concebida como um direito do cidadão idoso na busca da liberdade e da democracia (SÁ, 1998).

Ao longo da década de 1990, temos a criação de outros programas de universidade de terceira idade em diferentes Estados do Brasil e com a criação da Política Nacional do Idoso (Lei nº 8842 de 04/01/1994) que tem objetivo de garantir os direitos sociais e a participação efetiva dos idosos na sociedade, aqueles Programas ganharam maior legitimidade, sendo uma das diretrizes dessa política nas ações voltadas para a educação de idosos.

5 A PROPOSTA DE ENSINO DO PROGRAMA DA UNIVERSIDADE ABERTA DA TERCEIRA IDADE DA UNATI/UERJ

Estudos de Palma (2000) sobre educação permanente e programas de universidade de terceira idade chamam a atenção para a criação desses programas com o objetivo de tirar os idosos do isolamento, uma das preocupações de Pierre Vellas, além de propiciar-lhes saúde, energia e interesse pela vida buscando modificar a imagem do idoso perante a sociedade. Vellas acreditava que as dificuldades decorrentes da idade poderiam ser compensadas através da inserção dos idosos em um programa que apresentasse novas possibilidades de vida social, atividades físicas, culturais e de ações de saúde preventiva.

Com uma filosofia semelhante àquela de Pierre Vellas, nossa universidade iniciou suas atividades em agosto do ano de 1993 e veio a se constituir como a primeira iniciativa de programa de universidade de terceira idade de caráter público, no estado do Rio de Janeiro, que já contava com outros programas vincu-

lados às universidades privadas.

O Programa tem como objetivo geral, contribuir para a melhoria dos níveis de saúde física, mental e social das pessoas idosas acima de 60 anos. A partir dessa intenção, percebemos que, nesse programa, a saúde assume uma concepção ampliada, tendo relação com as condições de vida dos idosos.

Veras e Camargo (1995, p. 13), discutindo aquela proposta, sinalizam que para garantir a melhoria na qualidade de vida dos idosos precisamos enfrentar um duplo desafio: assegurar serviços de qualidade para este segmento e desenvolver recursos humanos de excelência e conhecimento para lidar com o grupo etário que mais cresce em nosso país. Na perspectiva daqueles autores, os programas de universidade de terceira idade estão mais direcionados para idosos com autonomia e independência. Essa condição pode ser mantida por muito tempo se houver apoio de profissionais qualificados para atender a esse segmento.

O Programa UnATI/UERJ está estruturado em três módulos: ensino, pesquisa e extensão, que também são áreas de atuação da Universidade. Buscando desenvolver ações articuladas também se constitui como uma microuniversidade temática nas questões do envelhecimento.

Na perspectiva da elevação da qualidade de vida do idoso pretende-se no Programa: proporcionar um local qualificado como instituição de saúde pública, de socioterapia e de serviços comunitários, além de pesquisas e ações gerontológicas; promover cursos para atualização de conhecimentos, buscando a integração dos idosos à sociedade contemporânea;

capacitar profissionais de várias áreas do conhecimento para o atendimento de problemas de pessoas idosas; assessorar órgãos governamentais e não-governamentais na formulação de políticas específicas para o grupo etário de mais de 60 anos.

O módulo ensino do Programa é composto por duas sub-áreas: educação continuada (com a oferta de cursos livres para os idosos agrupados em áreas temáticas) e desenvolvimento de recursos humanos. Na área de capacitação de recursos humanos oferecemos estágio curricular para alunos graduandos e pós-graduandos da Universidade, além de cursos de Gerontologia para profissionais interessados em trabalhar com idosos, desenvolvendo também, seminários e grupos de estudo. Nessa Coordenação de Ensino temos também a Assessoria de Comunicação Social, responsável por toda a divulgação da programação, a Coordenação Pedagógica, que orienta os professores na organização dos cursos e desenvolve avaliações periódicas do processo pedagógico e a Coordenação de Eventos, que organiza programação de palestras, workshops e calendários de festas significativas para idosos que freqüentam o programa. Cabe ressaltar que toda a programação de ensino direcionada aos idosos está localizada no Centro de Convivência do Programa.

Para Nunes (2000) pensar a educação de idosos como um processo contínuo é desenvolver uma nova postura crítica e reflexiva frente aos problemas decorrentes dessa fase da vida estimulando a emergência de potencialidades e de criatividade dos alunos do programa. Nesse processo é importante que o ido-

so possa exercitar uma visão crítica da realidade em que vive e atua, bem como a convicção de que é possível transformá-la.

O idoso que estiver interessado em participar do programa precisa ter, no mínimo, 60 anos e qualquer nível de escolaridade. No ato da matrícula, contará com a orientação pedagógica e poderá freqüentar até três cursos por semestre. Além disso, o idoso poderá participar de palestras e outros eventos, ao mesmo tempo em que é estimulado a freqüentar os espaços da Universidade que oferece farta programação científica e cultural.

Portanto, a proposta pedagógica do Programa, segundo Nunes (2000), diz respeito às ações e projetos educacionais que permitirão ao idoso a absorção de novos conteúdos que lhes dêem acesso aos bens e serviços da sociedade, usufruindo desses bens na condição de sujeitos e cidadãos de terceira idade.

6 PROPOSTA EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL COM OS IDOSOS

Nosso trabalho com idosos vem sendo desenvolvido há 16 anos, através de projeto de extensão vinculado também a ações de ensino e pesquisa na área do envelhecimento.

Através das ações do projeto de extensão possibilitamos estágio curricular aos alunos da graduação de Serviço Social que são capacitados nas questões de envelhecimento no Brasil, desenvolvendo atividades e cursos para os idosos do programa de universidade de terceira idade. As atividades do projeto direcio-

nadas aos idosos são as seguintes: curso de capacitação nas questões de participação social e cidadania na terceira idade e workshops sobre questões do envelhecimento e políticas sociais para idosos.

O curso de capacitação de idosos é oferecido anualmente, tendo duração de dois semestres, com aulas semanais. O objetivo do curso é capacitar os idosos nas questões de participação social e cidadania na terceira idade, estimulando-os a frequentarem os espaços sócio-políticos de nossa cidade que discutem as questões de direitos sociais dos idosos, como também estimular a participação nos espaços sócio-culturais, seja no âmbito da universidade ou de nossa cidade. Ressaltamos que a ocupação desses espaços pelos idosos é uma das diretrizes da política social direcionada a esse segmento.

Estudos de Nunes (2001) quanto à caracterização dos idosos que frequentam programas de universidade de terceira idade, demonstram que as mulheres idosas são maioria e que estão interessadas em adquirir novos conhecimentos e desenvolver a sociabilidade. Esse último aspecto é interessante para nossa discussão tendo em vista os estudos de Ammann (1979) sobre associativismo como participação social indireta. Neste sentido, identificamos nos programas de universidade de terceira idade aspectos significativos que se configuram como potencializadores da participação do idoso na sociedade. No que diz respeito às condições de participação no nível do indivíduo, ou seja, no plano da conscientização, encontramos em Ammann três condições: motivação, informação e educação.

A motivação está relacionada ao modo como nos colocamos diante do mundo exterior. Existem várias ordens de motivos: lógicos, biológicos, amorosos, porém a ordem de motivos de natureza ética é a que nos leva a participar propiciando diálogo e comunicação com o outro, favorecendo a associação através da busca voluntária por outros grupos. Observamos em nosso cotidiano de trabalho que os idosos estão motivados a participar do programa buscando um significado mais positivo para a velhice, tradicionalmente percebida como período de perdas, adoecimento e tempo de “espera da morte”.

A informação é a condição que subsidia os segmentos nas escolhas a partir de seus interesses e necessidades. Verificamos que a proposta de nosso projeto educativo junto aos idosos, através do curso de capacitação, tem privilegiado a socialização de informações a respeito do processo de envelhecimento e das políticas para idosos de modo a operacionalizar essa condição de participação.

A terceira condição para a participação é a educação. Aprender a participar é se apoderar de idéias, de hábitos e habilidades com um novo padrão de comportamento, o que é possível ao longo de toda nossa vida. Portanto, através de um processo de educação permanente é que os usuários de nossos serviços podem assumir uma nova posição frente às situações do seu cotidiano, desenvolvendo potencialidades, muitas vezes adormecidas, além de acionar a capacidade de crítica, de organização e luta pela garantia de direitos em nossa sociedade.

No desenvolvimento da proposta educativa do

curso para idosos uma de nossas primeiras ações é conhecer o perfil da turma, ao mesmo tempo que apresentamos nossos objetivos e os temas da programação do curso que iremos desenvolver, acrescidas das sugestões de temas feitas pelos alunos. Ao longo desse tempo o perfil dos alunos tem apresentado as seguintes características: a maioria dos alunos é constituída por mulheres idosas na faixa dos 70 ao 75 anos, com escolaridade variando do 1º ao 2º grau completo, tendo algumas nível superior. A maioria das mulheres é viúva, mas há também um grande número de mulheres casadas e poucas divorciadas e solteiras. Há um grande número de mulheres morando com maridos e filhos, mas chamou-nos a atenção o grande número de mulheres que reside sós. Quanto à moradia, reside em bairros próximos ao programa e possui moradia própria. Muitas alunas são aposentadas, mas também, recebem pensão e a maioria possui plano de saúde. Quanto à participação em outros grupos relata participar de grupos de convivência, freqüentar diferentes credos religiosos, algumas realizam trabalho voluntário e outras relatam inserção em grupos onde exercem participação política como: partido político, associação de aposentados e pensionistas. O perfil dos homens participantes do curso é o seguinte: aposentados, casados (3) e solteiro (1), com idades entre 68 e 73 anos, nível de escolaridade variando do 1º grau completo ao superior e apenas um homem possui plano de saúde. No que diz respeito à moradia, dois alunos residem com suas esposas, e dois alunos com a esposa e filho. Assim como as mulheres, os homens participantes

declaram frequentar variados credos religiosos, residem em bairros próximos à Universidade e possuem moradia própria.

O desenvolvimento da programação do curso é realizado através de aulas expositivas e reflexivas onde, num primeiro momento, o tema é apresentado pelas coordenadoras buscando valorizar o conhecimento trazido pelas alunas a respeito do tema em discussão. Em seguida, propomos às alunas questionamentos e reflexão sobre os mesmos, tendo em vista a grupalização da discussão dos temas, o que favorece a troca de conhecimentos entre os alunos participantes e a coordenação, na busca da ampliação da visão crítica dos alunos sobre os temas do envelhecimento e da implementação das políticas para idosos em nossa sociedade.

Segundo Nunes

A grupalização como estratégia para que o idoso desenvolva a sociabilidade e o associativismo tem sido privilegiada no encaminhamento do conteúdo programático do curso. Essa prática tem propiciado o exercício de escuta do outro, como também a percepção de questões comuns à vivência como idosos e a reflexão dessas questões com vistas a uma ação participativa dos idosos (NUNES, 2001, p.60)

Durante as aulas utilizamos também técnicas de dinâmica de grupo, que favorecem a integração dos alunos, ao mesmo tempo em que socializamos informações a respeito dos espaços sócio-políticos e culturais de nossa cidade, estimulando os idosos a ocuparem esses espaços, através de visita aos locais,

como também estímulo ao exercício do controle social nos espaços sócio-coletivos dos Fóruns e Conselhos de direitos de idosos (instrumentos que idosos e pessoas vinculadas à causa desse segmento, podem utilizar para reivindicar direitos) existentes em nossa cidade. Assim sendo, nossa proposta educativa com os idosos tem nos aproximado dos pressupostos da prática reflexiva de Vasconcelos (1997) percebida pela autora do seguinte modo:

Assim concebida, a prática reflexiva tem como base a socialização da informação como instrumento de indagação e ação sobre a realidade social. O aspecto educativo aqui está direcionado para a transformação das condições geradoras dos problemas vivenciados, buscando contribuir na promoção de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, com prioridade para o trabalho com grupos sociais – o trabalho coletivo. À população não basta se organizar para reivindicar; faz-se necessário ter acesso ao saber que a instrumentalize no como e no que reivindicar, na busca de alternativas possíveis e como viabilizá-las. (VASCONCELOS, 1997, p. 134).

Os Workshops desenvolvidos pelo projeto buscam problematizar questões relativas ao envelhecimento e à implementação das políticas para idosos. Essa atividade é aberta a todos os alunos idosos e profissionais do programa e convidados externos. Percebemos que os temas apresentados suscitam discussão e questionamento dos participantes quanto às dificuldades para a implementação das políticas para idosos em nosso país. A partir dessas indagações, procuramos reforçar a importância do exercí-

cio da participação social do idoso e dos profissionais comprometidos com esse segmento, junto às instâncias coletivas do controle social que tratam dessas questões em nossa cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com idosos do programa e do projeto vem sendo reconhecido como espaço educativo de exercício da cidadania, onde os idosos são instrumentalizados a lutarem pela garantia da efetivação dos seus direitos sociais. A problematização de questões inerentes ao envelhecimento, a troca de experiências e o exercício da escuta em grupo entre os alunos e os coordenadores, tem possibilitado a constituição de um olhar crítico dos idosos sobre a realidade social, ampliando sua percepção de sujeitos nesse processo. Este aprendizado dos alunos idosos permite a percepção de que podem assumir postura de protagonismo na reivindicação de seus direitos sociais e também participar como sujeitos ativos de sua comunidade. O envolvimento de estudantes de Serviço Social no projeto tem propiciado capacitação nas questões do envelhecimento e das políticas para idosos como também trocas intergeracionais que promovem a reconstrução das representações sociais de idosos e jovens em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- AMMANN, S.B. *Participação Social*. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.
- BERZINS, M.A.V. da S. Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. In: *Serviço Social & Sociedade, Velhice e Envelhecimento, São Paulo, Editora Cortez, n° 75 – ANO XXIV, 2003, p. 19-33.*
- BRASIL. Política Nacional do Idoso. Lei n° 8.842, de 04/01/1994.
- _____. Estatuto do Idoso. Lei n° 10.741, de 01/10/2003.
- _____. Política Nacional de Saúde do Idoso. Portaria n° 1395, de 09/12/1999, publicada no Diário Oficial da União n° 237 – E, seção 1, p. 20-24, de 13/12/1999.
- CAMARANO, A. A e BELTRÃO, K. I. Características sócio-demográficas da população idosa brasileira. *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v. 5, p. 106-109, 1° sem. 1997.
- DEBERT. G. G. Envelhecimento e curso da vida. *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v.5, p. 120-128, 1° sem. 1997.
- FIBGE – Fundação do Instituto de Geografia e Estatística – *Síntese dos Indicadores Sociais*. Brasília, 2002.

LOBATO, A.T.G. Serviço Social e envelhecimento: perspectivas de trabalho do assistente social na área da saúde. In: Bravo, M.I.S. et al. (orgs.) Saúde e Serviço Social. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro:UERJ, 2004, p. 135-149.

LOURO, G.L. Educação e Relações de Gênero. In: Revista *EM PAUTA*, Rio de Janeiro, UERJ, v. 5, 1995, p.5-15.

NUNES, A.T.G.L. e PEIXOTO, C. Perfil dos alunos da Universidade Aberta da Terceira Idade. Relatório de Pesquisa Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social/UERJ,1994 (mimeo).

NUNES, A.T.G.L. As Mulheres na Universidade da Terceira Idade: Busca por novas formas de envelhecer. In: PAZ, S. et al (Orgs). *Envelhecer com Cidadania: quem sabe um dia?* Rio de Janeiro: CBCISS; ANG/Seção Rio de Janeiro, 2000, p.95-106.

_____. Serviço Social e Universidade de Terceira Idade: uma proposta de participação social e cidadania para os idosos. In: *Textos sobre envelhecimento, educação e cidadania*. Rio de Janeiro, UnATI/UERJ, Ano 3, nº 5, 2001, p. 41-65.

PALMA, L.T.S. *Educação permanente e qualidade de vida: indicativos para uma velhice bem-sucedida*. Passo Fundo: UPF Editora, 2000.

PEREIRA, P. A. Política social, cidadania e neoliberalismo: reflexão sobre a experiência brasileira. In: CARVALHO, D.B.B. et al (orgs). *Novos paradigmas da política social*. Brasília: UNB, Programa de Pós-graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social, 2002, p. 253-273.

SÁ, J.L.M. de. Da Universidade da Terceira Idade para a Comunidade: Educação Popular X Educação Acadêmica In: *Cadernos de Serviço Social*, Edição especial: PUC/Campinas, Ano VIII, 1998, p.12-39.

VASCONCELOS, A. M. de. Prática Reflexiva e Serviço Social. In: *Revista Em Pauta*. Rio de Janeiro: UERJ/ FSS, 1997. n° 10, p. 131-182.

VERAS, R.P. e CAMARGO JR. K. Idosos e Universidade: parceria para qualidade de vida. In: VERAS, R. (org.) *Terceira Idade: Um Envelhecimento Digno para o Cidadão do Futuro*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/UnATI/UERJ, 1995, p. 11-27.

Sites Consultados:

<http://www.ibge.gov.br> – Dados da PNAD 2007.
Acesso em 05 de fevereiro de 2010.

<http://www.unati.uerj.br> – Dados sobre a proposta da UnATI/UERJ. Acesso em 06 de fevereiro de 2010.

Recebido em outubro de 2010
Aprovado em dezembro de 2010

UNIVERSIDADE DA TERCEIRA IDADE ESPAÇO DE NOVOS SABERES PARA NOVOS FAZERES

Isabel Marrachinho Toni¹

Resumo. As últimas décadas têm sido marcadas por mudanças significativas provocadas pelos avanços científicos, por novas tecnologias, inovações organizacionais e por novos fatos sociais que exigem a reestruturação de instituições e o redimensionamento nas relações sociais e comportamentais. Vive-se num mundo que muda e em aceleração de mudança. As características de apenas uma dessas mudanças – a transição demográfica: o mundo envelhece – coloca como um de seus grandes desafios as questões advindas do envelhecimento da população. As conseqüências desse fenômeno se refletem nas esferas política, educacional, social, econômica e também nas relações humanas. Nesse contexto a educação tem papel fundamental por ser um instrumento de formação e desenvolvimento dos indivíduos que serão responsáveis pela criação das bases para um envelhecimento humano sustentável social e economicamente. Em especial, a Educação Superior tem a responsabilidade de formar recursos humanos e de desenvolver estudos e pesquisas nas diversas áreas do conhecimento. Essa realidade impõe desafios que incluem tanto o papel do Estado quanto da sociedade no sentido de promover as condições para um envelhecimento humano com qualidade e inserção social. As instituições de ensino superior - IES desempenham papel de fundamental importância na definição de como será o futuro brasileiro no que se refere à velhice. Cientes desse compromisso e comungando preocupações e objetivos, na década de 80 deu-se um boom, que se intensificou na década de 1990,

¹ Bacharel em Psicologia. Especialista em Gerontologia. Coordenadora da Universidade da Terceira Idade – UNTI. Universidade de Caxias do Sul

com a implantação das Universidades Abertas a Terceira Idade - UNATIS. Atualmente as Unatis desenvolvem ações de ensino, pesquisa e extensão, atividades fins de toda Instituição de Ensino Superior buscando o atendimento direto ao idoso visando qualidade de vida, inserção social, prevenção e manutenção da autonomia através de atividades de extensão. Capacitando recursos humanos para atuarem, com qualidade e competência, no trabalho com idosos, e realizando pesquisas para qualificar suas ofertas, prospectar novas clientelas, detectar novas demandas sociais e subsidiar políticas públicas.

Palavras Chave: envelhecimento, educação, universidade, universidades para a terceira idade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As últimas décadas têm sido marcadas por mudanças significativas provocadas pelos avanços científicos, por novas tecnologias, inovações organizacionais e por novos fatos sociais que exigem a reestruturação de instituições e o redimensionamento nas relações sociais e comportamentais.

Vive-se num mundo que muda e em aceleração de mudança. As características de apenas uma dessas mudanças – a transição demográfica: o mundo envelhece – coloca como um de seus grandes desafios as questões advindas do envelhecimento da população. As conseqüências desse fenômeno se refletem nas esferas política, educacional, social, econômica e também nas relações humanas. É imprescindível que indivíduos, instituições e governos estejam atentos a esse cenário, de modo a definir ações públicas e co-

munitárias para atender o novo perfil demográfico.

No século XXI as pessoas com 60 anos ou mais vão representar mais de 20% da população mundial. Já o Brasil, onde 8,6% dos habitantes têm mais de 60 anos, o número de idosos tende a ser crescente e chegará a 18 milhões de pessoas em 2017. A expectativa de vida dos brasileiros é atualmente de 72,7 anos, segundo os novos cálculos do IBGE.

Essa realidade impõe desafios que incluem tanto o papel do Estado quanto da sociedade no sentido de promover as condições para um envelhecimento humano com qualidade e inserção social. Segundo o Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento da Organização das Nações Unidas - ONU essas condições seriam propiciadas através do estabelecimento de políticas públicas sociais capazes de garantir um envelhecimento com segurança, dignidade, participação na sociedade e na família e independência.

A Organização Mundial da Saude - OMS cunhou o conceito de “Envelhecimento ativo” (Active Aging), formalmente apresentado na Segunda Assembleia Mundial do Envelhecimento (Madrid, 2002). O termo “Ativo” se refere à continuidade da participação do idoso na vida social, cultural, espiritual, cívica, não se restringindo apenas à aptidão para participar da força de trabalho. O conceito sugere uma política de Direitos Humanos que prioriza a independência, participação, dignidade e acesso a cuidados pelos idosos. Assim sendo, muda a visão estratégica baseada nas necessidades de cuidados (assistencialista), para outra baseada nos direitos de igualdade, de oportunidades e de tratamento. Considera a responsabili-

dade dos idosos por exercerem suas participações no processo político, social, comunitário à medida que há manutenção da autonomia (capacidade de tomar decisões pessoais) e independência (realizar funções relativas à vida diária).

Nesse contexto, a educação tem papel fundamental por ser um instrumento de formação e desenvolvimento dos indivíduos que serão responsáveis pela criação das bases para um envelhecimento humano sustentável, social e economicamente. Em especial, a Educação Superior tem a responsabilidade de formar recursos humanos e de desenvolver estudos e pesquisas nas diversas áreas do conhecimento.

Esta contemporaneidade põe luz nas significativas mudanças etárias, evidenciando uma população que envelhece rapidamente e a necessidade de um esforço conjunto para encontrar um rumo que possa oferecer respostas às questões trazidas pelo envelhecimento humano. Esse fato tem provocado vários segmentos e instituições a realizarem movimentos de conscientização, articulação, estudos, pesquisas e desenvolvimento de ações que objetivem conhecer melhor essa realidade e intervir na promoção de um envelhecimento digno, saudável, ativo e exitoso.

Está prevista na Política de Saúde do Idoso (1999), como responsabilidade do MEC a difusão junto às instituições de ensino e seus alunos, de informações relacionadas à promoção da saúde dos idosos, adequação dos currículos para a formação de profissionais visando ao atendimento das diretrizes fixadas por esta.

A preocupação com o processo de envelhecimento da população fez que o MEC criasse na Secretaria

de Educação Superior - SESu a Comissão Especial para Educação Superior e Envelhecimento Populacional no Brasil em novembro de 2004, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior - CAPES. Esta comissão busca a integração das diversas áreas de conhecimento e de atuação profissional, considerando o envelhecimento humano como uma área multidisciplinar e a sensibilização das comunidades acadêmicas, científicas e profissionais para este fenômeno.

2 O SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES ABERTAS

O surgimento das Universidades da Terceira Idade - UNATIS iniciou-se na França, onde a preocupação predominante era com a sociabilidade, desenvolvimento de atividades culturais, com a perspectiva de “ocupar o tempo livre” das pessoas idosas e favorecer as relações sociais, não havendo preocupação com a educação permanente e assistência jurídica. Uma segunda geração e terceira geração de UnATIs, surgiram, respectivamente, ainda na França, em 1973 e na década de 1980. A segunda geração teve como foco a preocupação com o ensino e a pesquisa, sendo as atividades desenvolvidas sob os preceitos da participação e desenvolvimento de estudos sobre o envelhecimento. Já a terceira geração caracteriza-se pelo acento em um programa educacional mais amplo, voltado à oferta de alternativas diversificadas a uma renovada população de aposentados, cada vez mais escolarizada, a exigir cursos universitários formais, com direito a créditos e diploma.

No Brasil desse panorama as instituições de ensino superior - IES desempenham papel de fundamental importância na definição de como será o futuro brasileiro no que se refere à velhice. Cientes desse compromisso e comungando preocupações e objetivos na década de 80 deu-se um boom, que se intensificou na década de 1990, com a implantação das Universidades Abertas a Terceira Idade - UNATIS.

Inseridas nas Instituições de Ensino Superior, usufruindo da estrutura das mesmas, para desenvolver programas de promoção e atenção integral à saúde do idoso, possibilitando sua participação social, sob uma perspectiva multidisciplinar, as UNATIS estão ligadas a diferentes instancias administrativas, dependendo da estrutura das mesmas.

Os objetivos da cada UNATI são definidos a partir das especificidades das regiões onde estão inseridas, mas com um foco em comum, o de conhecer o processo de envelhecimento do ser humano para contribuir na promoção do sujeito que envelhece e provocar transformações sociais na conquista de uma velhice bem sucedida.

Inicialmente as UNATIS, desenvolveram atividades direcionadas ao lazer e ao turismo, vindo de encontro as expectativas dos idosos que buscavam, num primeiro momento, a sociabilidade. A partir dessa integração, novos interesses foram surgindo, exigindo das Unatis a oferta de atividades voltadas à saúde física, seguidas por atividades relacionadas a área de atualização e aquisição de novos conhecimentos e arte e cultura, englobando dessa forma o envelhecimento bio-psicossocial e espiritual.

A educação desse segmento populacional é uma estratégia cujo objetivo é de emancipação desses cidadãos, no sentido de dar-lhes instrumentos que contribuam para a construção de políticas públicas que atendam as suas necessidades de saúde, bem como para o fortalecimento da luta de classes sociais por equidade, respeito à vida e à dignidade.

Atualmente as Unatis desenvolvem ações de ensino, pesquisa e extensão, atividades fins de toda Instituição de Ensino Superior buscando o atendimento direto ao idoso visando qualidade de vida, inserção social, prevenção e manutenção da autonomia através de atividades de extensão, de capacitação de recursos humanos para atuarem, com qualidade e competência, no trabalho com idosos, e de pesquisas, para qualificar suas ofertas, prospectar novas clientelas, detectar novas demandas sociais e subsidiar políticas públicas.

3 A UNIVERSIDADE DA TERCEIRA IDADE - UNTI, NA UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL.

A Universidade de Caxias do Sul, desde 1991, vem trabalhando no sentido de valorizar a maturidade e a velhice como um período de plenitude na caminhada pessoal e de conhecer o processo de envelhecimento humano. Esse trabalho está estruturado em um programa de vanguarda: a Universidade da Terceira Idade – UNTI, programa institucional extensionista concebido para pessoas do nosso tempo e sintonizado com os movimentos sociais da sua comunidade.

Embasada nos princípios de respeito, dignidade e valorização integral da pessoa, a UNTI desenvolve ações educativas de caráter permanente, tendo como filosofia de ação a promoção do sujeito que envelhece. Postula seu trabalho com a diretriz de preparar e construir uma velhice digna e bem sucedida, levando em consideração os valores culturais da sociedade na qual está inserida. Inspirada nos valores de liberdade humana e atenta ao compromisso com a formação dos indivíduos e com sua inserção social, a UNTI está alicerçada em um projeto pedagógico que contempla a educação como um processo de humanização e promoção do indivíduo e da sociedade.

3.1 REFERENCIAL TEÓRICO.

O processo educativo é permanente e coexistente à própria vida, por voltar-se à humanização e transformação social, com possibilidades de formação. O projeto pedagógico da Universidade da Terceira Idade – UNTI está alicerçado em dois processos: educação e envelhecimento. A educação que se propõe a desenvolver fundamenta-se na Pedagogia Social.

A Pedagogia Social é a ciência pedagógica da socialização pela qual o ser humano consegue integrar-se na comunidade, adaptar-se a ela e conviver com os demais, abarcando toda sua trajetória vital. Sua essência é educativa e tem uma intencionalidade: a intervenção pedagógica através da educação social.

A educação social, objeto de estudo da Pedagogia Social, é ação prática, e se propõe a formar o sentido

social nos indivíduos, levando-os a compreender e a integrar-se socioeconomicamente, política e culturalmente. Ela é uma ação consciente, reflexiva, planejada, fundamentada em técnicas e em metodologias adequadas à realidade com a qual trabalha.

A socialização e a aprendizagem social demandam um fazer educativo que enfatiza a dimensão dialógica que é a dinâmica a ser desenvolvida como procedimento metodológico para o processo ensino-aprendizagem na Universidade da Terceira Idade – UNTI. Considera que ensinar é proporcionar condições para que a aprendizagem seja produto de um processo de construção de conhecimento, e aprender é ser capaz de utilizar a experiência de vida e conhecimentos já adquiridos na atribuição de novos significados e na transformação da informação obtida, em conhecimento.

Conforme Cortelletti e Casara(2006)

O envelhecimento inerente à vida humana é um processo multifatorial e contínuo, que diz respeito a todo indivíduo, enquanto possibilidade de envelhecer, e a toda a sociedade, porque dela faz parte o segmento de pessoas idosas. A velhice(...) implica modificações no interagir do indivíduo com o meio no qual está inserido(...) requer uma atenção especial no que se refere à humanização e a dimensão educativa.

As dimensões biológica, psicológica, cognitiva, sociocultural, espiritual... do envelhecimento estão intrinsicamente relacionadas, mas se dão em ritmos próprios e diferenciados uns dos outros. Conhecer a

multidimensionalidade do processo de envelhecimento é essencial, não só para compreender suas causas, como também para avaliar a necessidade de procedimentos para intervir e qualificar o envelhecimento. E a educação é o principal fator dessa promoção.

Para envelhecer bem, muitos fatores interagem, como o estado de ânimo, atitude positiva diante da vida, a flexibilidade comportamental para resolver situações conflitantes, aceitar limites, descobrir novas potencialidades e estabelecer novas relações buscando realização pessoal. Todos esses fatores destacam a importância de uma educação para toda a vida.

O projeto pedagógico que dá sustentação ao Programa e norteia suas ações, está embasado nos pressupostos da Pedagogia Social, elemento fundante da intervenção sócio-educativa, que se dá ao longo de todo o processo do envelhecimento humano.

3.2 SIGNIFICAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO PARA A UNTI.

A Universidade da Terceira Idade - UNTI é um programa de educação não formal de caráter permanente, direcionado a adultos de idade madura e idosos, alicerçado em um projeto pedagógico que também é político, para dar direcionamento aos caminhos a serem seguidos, aos meios a serem adotados, sendo ponto de referência para a prática educativa.

Entendido como uma proposta que projeta a finalidade da educação, os objetivos a serem atingidos e concepções a serem assumidas, o projeto pedagógico é a caracterização social e educativa do programa do

qual é a espinha dorsal.

É um instrumento de orientação às ações, capaz de eliminar a fragmentação do trabalho e do conhecimento, de regular a práxis dos educadores, mediada pelos objetivos, e de imprimir uma reorganização geral do trabalho dos docentes, facilitando o envolvimento e a participação de todos os seus integrantes.

O projeto pedagógico para adultos e idosos, conforme Lima(2000), deverá priorizar a ação que dá significado às coisas. Uma ação que, num primeiro momento, realiza os desejos dos adultos e dos idosos e atende às necessidades, estabelecendo um movimento que os leve, num segundo momento, a assimilar os conhecimentos e atingir um novo patamar, ampliando sua visão de mundo e suas possibilidades de inserção.

4 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

Princípio é a diretriz que norteia e dirige o trabalho, que orienta a ação e a interação. Os princípios se concretizam através da ação. É o elemento constitutivo dos conhecimentos, aquilo que contém em si a razão de algum saber. O princípio pedagógico contém ideias básicas e orientam a prática educativa; é o que sustenta essa prática, o que dá a direção de como trabalhar.

Os princípios pedagógicos contribuem com a unificação do trabalho dos professores em torno de uma proposta única, fomentando a reflexão e a coerência da ação.

4.1 PRINCÍPIO DA VALORIZAÇÃO.

Uma educação que busca a humanização e a promoção do ser humano exige valorizar o indivíduo como sujeito, considerando suas experiências, conhecimentos, valores, respeitando sua história no sentido de reconstrução, da ressignificação e da busca de mudanças conceituais.

4.2 PRINCÍPIO DA ATIVIDADE.

Conceber a aprendizagem como um processo de reconstrução e (re) apropriação de conhecimentos, da habilidades e de atitudes, requer do aprendiz o envolvimento e a participação efetiva, por meio de uma ação inter- atividade.

4.3 PRINCÍPIO DA AUTONOMIA.

A autonomia requer convivência, postura curiosa e aberta, o assumir, como sujeito sócio histórico-cultural, o ato de conhecer. Envolve favorecer a oportunidade de interação, de relação com o objeto do saber, com os outros e com o mundo. O aluno não constrói sua autonomia sem tornar-se sujeito de suas próprias propostas. É o ambiente que envolve uma aprendizagem construtiva.

4.4 PRINCÍPIO DA AVALIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO.

Avaliar para promover é um processo de permanente troca de mensagem e de significado, um processo interativo, dialógico, um espaço de encontro e de confronto de ideias entre educador e educando, em busca de patamares qualitativamente superiores de saber, de saber fazer, saber ser e conviver.

5 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A metodologia é o caminho a ser percorrido pelo professor para o desenvolvimento de seus alunos dentro de uma determinada perspectiva: é o que organiza e define as atividades a serem desenvolvidas para o processo de ensino e aprendizagem.

Toda metodologia deve ser sistematizada, levando-se em conta as condições reais do aluno, o nível de aprendizagem, as experiências vivenciadas e, principalmente, as potencialidades de participação efetiva na construção da aprendizagem.

A metodologia contempla método, técnicas, atividades desenvolvidas, recursos utilizados, forma de avaliação, determinando como será trabalhado e assimilado o conhecimento.

Na UNTI, o procedimento metodológico para o processo ensino aprendizagem privilegia o método dialético, por considerar que toda ação educativa é um processo de descobrimento, criação e recriação de conhecimentos, habilidades e atitudes. Partindo sempre das necessidades específicas do grupo de

alunos, do conhecimento dos mesmos, suas experiências e suas formas de expressão.

Para isso, é necessário considerar os conteúdos que promovam as capacidades motoras, de equilíbrio e de autonomia pessoais, de relação interpessoal e de inserção social. Isso implica oferecer a cada um dos alunos a oportunidade de desenvolver todas as suas capacidades.

5.1 OBJETIVO DA UNTI.

Conhecer o processo de envelhecimento do ser humano para contribuir na promoção do sujeito que envelhece e provocar transformações sociais na conquista de uma velhice bem sucedida.

6 ÁREAS DE ATUAÇÃO

A UNTI desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão, atividades fins de toda Instituição de Ensino Superior. Na extensão busca o atendimento direto ao idoso visando qualificar a vida através da inserção social, da prevenção e manutenção da autonomia na Capacitação de recursos humanos para qualificar a competência no trabalho com idosos. Na pesquisa para qualificar e prospectar novas clientelas, detectar novas demandas sociais e subsidiar políticas públicas.

A UNTI vem se constituindo como um importante espaço de interação e integração aos idosos, pois representa uma possibilidade de significação da velhi-

ce, do processo de envelhecer, bem como subsidia o atendimento de uma parcela de suas necessidades. Diante disso, a UNTI busca fortalecer a relação entre a produção de conhecimentos, a capacitação de sua comunidade, cumprindo com o seu papel na sociedade ao buscar condições favoráveis para a vivência da velhice com qualidade de vida.

A UNTI é um canal importante para que ocorra a avaliação, planejamento, monitoramento e sistematização das ações desenvolvidas com, para e pelas pessoas idosas. Tem seu trabalho configurado em sete grandes áreas, a partir de diferentes focos e direcionadas a públicos diversos.

6.1 ÁREA DE ESTUDOS E PESQUISAS.

A UNTI busca constantemente aprimoramento e atualização de conhecimentos sobre Pedagogia Social e sobre o processo de envelhecimento humano, o que é adquirido mediante estudos e pesquisas.

Para a UNTI estudos e pesquisas são ações estreitamente relacionadas entre si e interdependentes, visto que tudo o que é estudado resulta de um processo de pesquisa e toda a pesquisa requer estudo.

O estudo nos leva a adquirir e desenvolver conhecimentos para a tomada de decisões sobre o que fazer para atingir os objetivos propostos. O conhecimento adquirido através dos estudos nos possibilita conhecer a realidade e intervir na mesma de forma que as ações propostas sejam eficazes e eficientes.

A pesquisa é uma estratégia de geração de conhe-

cimento. Pesquisa-se para qualificar a capacidade de pensar, conhecer, dialogar e intervir na realidade, para vincular adequadamente teoria e prática.

O foco é a produção de conhecimento voltada a pesquisadores e alunos da graduação e pós-graduação, da Universidade de Caxias do Sul.

Como objetivos, sistematizar, agregar e produzir conhecimentos sobre Pedagogia Social, sobre o processo de envelhecimento do ser humano e conhecer melhor a realidade do adulto e do idoso com vistas a qualificar o conjunto de ações da UNTI, e contribuir para as transformações sociais.

6.2 ÁREA DE FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.

A formação de recursos humanos prepara o indivíduo para o mundo do trabalho, contribui para a sua promoção e responde às necessidades da sociedade. Esta formação envolve: agir intencionalmente, capacitar pela aquisição de conhecimentos especializados, desenvolver habilidades promovendo ações em situações reais para uma capacidade inerente ao saber da profissão. Promover competências oportunizando a articulação dos saberes com o fazer. Refletir sobre o fazer profissional desenvolvendo o pensar crítico, constante, sobre a prática, possibilitando resignificá-la e reconstruí-la. Contribuir na busca contínua de aprimoramento suscitando a necessidade de atualização constante.

Entre os compromissos das instituições de ensino

está o de criar as condições para que as propostas citadas se efetivem, e de proporcionar aos aprendizes, além da formação profissional, uma formação pessoal que inclua conhecimentos e saberes sobre o processo de envelhecimento humano para que atuem no mundo do trabalho com competência, eficiência e eficácia.

O foco é a formação, capacitação e atualização de recursos humanos em diferentes níveis, voltada a alunos da Universidade de Caxias do Sul - UCS, profissionais e público em geral.

Como objetivo, formar recursos humanos em diferentes níveis para atuarem com competência no mercado de trabalho com indivíduos e grupos, no sentido de atender às necessidades advindas do processo de envelhecimento humano.

6.3 ÁREA DE SAÚDE, MOVIMENTO E LAZER.

A área de Saúde, Movimento e Lazer utiliza o movimento como forma lúdica ou condicionada, dando condições para que o idoso, através do movimento motor, esteja pronto para novos desafios, tenha o domínio das ações do cotidiano, melhore sua auto-estima refletindo de forma benéfica nas suas relações interpessoais e emocionais.

O foco é a promoção da saúde físico-mental. Específica para pessoas de 50 anos e mais.

Como objetivo, promover a saúde físico-mental do adulto e do idoso por meio de atividades motoras e de lazer que levem à consciência corporal, à aceitação das limitações e ao desenvolvimento pessoal e social.

6.4 ÁREA DE ATUALIZAÇÃO E AQUISIÇÃO DE NOVOS CONHECIMENTOS.

Atualização e aquisição de novos conhecimentos é uma busca constante de qualificação. Essa área diz respeito à reorganização dos conhecimentos já adquiridos, que foram modificados e/ou ampliados de acordo com as necessidades pessoais e com as transformações exigidas pela sociedade.

Esta área busca, através de encontros socio-interativos, privilegiar valores que reforcem e promovam a formação humana quanto a conhecimentos, habilidades, diálogo, convivência, criatividade e compromisso.

O foco é a atualização e aquisição de conhecimentos, específica para pessoas de 50 anos e mais.

Como objetivo, oferecer oportunidades de atualização e aquisição de novos conhecimentos, para que o adulto e o idoso, inseridos individual e coletivamente ao seu meio, se tornem mais competentes, autônomos, solidários e valorizados.

6.5 ÁREA DE ARTE E CULTURA.

Cultura é um conjunto de manifestações humanas que se criam, se preservam ou se aperfeiçoam através da comunicação. A cultura pode também ser entendida como instrumento de construção da cidadania, por fortalecer o sentimento de liberdade das pessoas. O conhecimento, a informação, a criação, a fruição dos bens culturais nos permitem avançar no processo de emancipação.

O foco é a desenvolvimento de potencialidades, de vivências de novas experiências e oportunidade de fruição dos bens culturais, específica para pessoas de 50 anos e mais.

Como objetivo, oportunizar ao adulto e ao idoso o fortalecimento da sua identidade e do seu valor, a reintegração ao meio social e a promoção da consciência crítica, oferecendo um espaço de “Arte e Cultura” para a própria renovação, descoberta de potencialidades e vivências de novas experiências.

6.6 ÁREA DE EVENTOS.

A área de eventos permite desfrutar novas possibilidades que facilitem a autonomia e enriqueçam a vida das pessoas. Diz respeito a atividades que se relacionam com os objetivos da UNTI, com as necessidades e os interesses dos que dela participam, no que se refere ao seu modo de ser social e cultural.

O foco é a socialização de experiências, saberes e conhecimentos, sensibilização da comunidade para as questões do envelhecimento humano, dirigida prioritariamente para pessoas de 50 anos e mais e para o público em geral.

Como objetivo, dinamizar a socialização dessas experiências, saberes e conhecimentos através de eventos que favoreçam as trocas e parcerias e que promovam motivação, interação, atualização e lazer.

6.7 ÁREA DE SERVIÇOS E ASSESSORIAS.

Essa área constitui-se de um conjunto de ações de caráter educativo, formativo e informativo, que procura atender às solicitações e necessidades da comunidade, visando promover o relacionamento entre as comunidades e a UNTI, no sentido do desenvolvimento e da qualificação de ações e serviços, voltados ao segmento do adulto de idade madura e ao idoso.

O foco é a atendimento a solicitações e necessidades da comunidade. Dirigida para entidades públicas e privadas.

Como objetivo, prestar serviços e assessorias para atender às solicitações e necessidades de instituições e comunidade regional, com vistas a implementar, ampliar e qualificar programas, projetos e ações que possam promover o desenvolvimento pessoal e social do adulto e ao idoso.

CONSIDERAÇÕES

As UATIs vêm se constituindo como um importante espaço de interação e integração aos idosos, pois representam uma possibilidade de significação da velhice, do processo de envelhecer, bem como subsidiam o atendimento de uma parcela de suas necessidades. Diante disso, as UNATIS devem fortalecer a relação entre a produção de conhecimentos, a capacitação de sua comunidade, cumprindo com o seu papel na sociedade ao buscar condições favoráveis para a vivência da velhice com qualidade de vida.

As UnATIs são um canal importante para que ocorra a avaliação, planejamento, monitoramento e sistematização das ações desenvolvidas com, para e pelas pessoas idosas. O termo “Universidade Aberta”, associado à educação continuada, é o indutor para pensar propostas e projetos com a perspectiva cidadã de apropriação, produção e socialização de informações e conhecimentos significativos para, com e a partir da pessoa idosa.

REFERENCIAS

CORTELLETTI, Ivonne Assunta; CASARA Miriam Bonho. *Projeto Pedagógico: Universidade da Terceira Idade – UNTI*. Caxias do Sul: Educs, 2007

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394 de 20.12.96.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília, Unesco, 2000.

BOTH, Agostinho. *Gerontologia: educação e longevidade*. Passo Fundo: Imperial, 1999.

TONI. Isabel Marrachinho; CORTELLETTI, Ivonne Assunta; CASARA, Miriam Bonho. *Aprender depois dos 50*. Caxias do Sul, Educs, 2007

_____. Educação e psicologia: interações e estratégias para uma velhice bem-sucedida
In: CASARA, Miriam Bonho; CORTELLETTI, Ivonne Assunta, BOTH, Agostinho. *Educação e Envelhecimento*. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.

LAS FUNCIONES COMUNICATIVAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA EN LA ENSEÑANZA PARA HABLANTES BRASILEÑOS DE LA TERCERA EDAD¹

Daniella Cruz Reis²

Wasley de Jesus Santos³

Resumen. Este estudio tiene como objetivo principal investigar por cuáles motivos es adecuado trabajarse con las funciones comunicativas en el proceso de enseñanza/aprendizaje de lengua española para hablantes brasileños de la tercera edad. Además de eso, queremos mostrar algunas de las funciones comunicativas por las cuales es posible comunicarse en español. Problematicamos, inicialmente, cómo esas funciones comunicativas en el proceso de enseñanza-aprendizaje de Español como Lengua Extranjera (ELE) contribuyen para el aprendizaje de los alumnos brasileños de la tercera edad. A través de la investigación bibliográfica, nos aportamos teóricamente a Abadía (2000); Bon (1995); Gómez (2007) y Nunan (2002). Este artículo está dividido en tres secciones: en la primera, presentamos algunos de los métodos y enfoques de la enseñanza de lenguas extranjeras; en la segunda, disertamos específicamente sobre la enseñanza comunicativa de la lengua; y, por último, cuestionamos el por qué de la enseñanza de las funciones comunicativas

¹ Artículo científico presentado, para obtención del grado de Licenciados en Letras, a la Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, bajo orientación del Prof. Me. Cesário Alvim Pereira Filho.

² Graduada en Letras por esa misma universidad.
Correo: daniellareis001@hotmail.com

³ Graduado en Letras por esa misma universidad. Postgraduado en Lengua Portuguesa por la Faculdade do Noroeste de Minas – FINOM.
Correo: wasleywa@hotmail.com

para la tercera edad. La relevancia de este trabajo reside en la importancia de se investigaren metodologías adecuadas para enseñarse a alumnos mayores que no tienen el español como su primera lengua y se dedican a aprenderlo. Esperamos contribuir, aunque de manera simple, a las investigaciones en este importante campo de conocimiento, que es la Didáctica de Lenguas.

Palabras clave: enseñanza/aprendizaje; funciones comunicativas; tercera edad.

Abstract. This study aims to investigate what the main reasons are appropriate to work with the communicative functions in the process of teaching and learning of Spanish language to speakers of Brazilian elderly. In addition, we want to show some of the communicative functions for which it is possible to communicate in Spanish. We question, initially, how these communicative functions in the process of teaching and learning of Spanish as a Foreign Language (ELE) contribute to student learning for older Brazilians. Through literature review, we bring theory to Abadía (2000); Bon (1995); Gómez (2007) y Nunan (2002). This article is divided into three sections: the first, we present some of the methods and approaches to teaching foreign languages; in the second, will speak specifically about the communicative language teaching; and, finally, question why the teaching of communicative functions to the elderly. The relevance of this work lies in the importance of investigating appropriate methodologies to teach older students who do not have Spanish as their first language and are dedicated to learning it. We hope to contribute, albeit simple, to research in this important field of knowledge, which is the Teaching of Languages.

Keywords: teaching/learning; communicative functions; elderly

INTRODUCCIÓN

Hoy día, nos parece difícil oponerse a la idea consensuada del lenguaje como acción interpersonal orientada por medios, condiciones y motivaciones específicas, siendo – por tanto – una necesidad vital de todo y cualquier ser humano, alimentada desde hace millones de años por las sociedades, en diferentes momentos de su historia.

De esa misma manera se tiene la lengua, una poderosa y compleja herramienta que mezcla factores sociales, fisiológicos, psicológicos y cognitivos. La lengua no es un acumulado apenas de palabras y expresiones capaces de comunicar algo, pero es el soporte por el cual todos nosotros significamos el mundo y sus cosas, aprehendemos diariamente sus significados culturales, entendemos e interpretamos la realidad de nosotros mismos.

Por tanto, la elección de esta temática se justifica por la pertinencia e interés en el momento actual, en que la necesidad de aprendizaje de una lengua extranjera se explica por una interacción cada vez más frecuente de los brasileños con los hispanohablantes. Además de eso, porque, a los hablantes brasileños de la tercera edad, es posible comprender que una lengua extranjera es producto del mundo en que vivimos, en ese sentido, cada etapa de ese aprendizaje contiene una muchedumbre de significados que remeten a la lectura y a la interpretación de ese mismo mundo.

La preferencia por la tercera edad se dio, pues, cuando percibimos que tal grupo presenta una facilidad para viajes a países hispanohablantes, ya que

se encuentran, en su mayoría, jubilados y, por supuesto, con mayor disponibilidad de tiempo (BARROS & COSTA, 2010). Dentro de ese proceso, sostenemos que, en esta etapa inicial de aprendizaje del español, es decir, de los alumnos brasileños de la tercera edad, es muy importante que el alumno-hablante supere el miedo a cometer errores y que también el profesor le demuestre que no hay ningún prejuicio respecto a ellos.

Esperamos, a través de esa investigación-reflexión, dialogar acerca de la importancia a los alumnos de la tercera edad de escuchar, hablar, leer, escribir y – igualmente – crear, pensar, interaccionar, expresar sus emociones e integrarse al mundo hispánico por medio de su propia expresión, que es, como está consensuado, uno de los mayores desafíos de aquél que quiere hablar una lengua 2.

De esa manera, basados en las ideas de Chomsky, según Lyons (1970), de que *no somos pasivos* frente al proceso de adquisición/aprendizaje de una lengua extranjera, y problematizando sobre cómo las funciones comunicativas en el proceso de enseñanza aprendizaje del ELE⁴ contribuyen en el aprendizaje de los alumnos brasileños de la tercera edad, procuramos crear ésta propuesta de investigación con el objetivo precípuo de buscar por cuales motivos es adecuado trabajar esas funciones de la lengua española con ese público de alumnos, a partir de los presupuestos teóricos de, principalmente, Abadía (2000); Bon (1995); Gómez (2007) y Nunan (2002).

⁴ Nos referimos a Español como Lengua Extranjera (ELE).

No sólo esto, pero objetivamos también explicar el objetivo del trabajo con las funciones comunicativas en el proceso de enseñanza-aprendizaje de una lengua extranjera y, por fin, mostrar algunas de las funciones comunicativas por las cuales es posible comunicarse en español.

2 LA ENSEÑANZA COMUNICATIVA DE LA LENGUA

La importancia de estudiarse los distintos métodos y enfoques posibilita una visión histórica del desarrollo de la enseñanza de lenguas y muestra, además de eso, la búsqueda constante de orientaciones nuevas, las cuales nos llevan a una enseñanza/aprendizaje de lenguas cada vez más adecuadas. A pesar de todo eso, las contradicciones de hoy reflejan algunas cuestiones que nacieron ya en los primeros años del siglo XX, pero no sumieron, han permanecido hasta este momento.

Para las clases de lengua extranjera, los profesores de didáctica han querido organizar los procesos de enseñanza como también de aprendizaje a través de un conjunto de principios metodológicos que dictan los contenidos, objetivos y procedimientos, al largo de la historia de la enseñanza de idiomas. Por consecuencia, diversas concepciones metodológicas, métodos y enfoques han ido surgiendo como forma de programar la didáctica de la lengua y ponerla en práctica en las clases, como interroga Nunan (2002) cuál es la relación entre la elaboración de tareas, el desarrollo curricular, el diseño de programas

y la metodología.

Así siendo, esos métodos y enfoques fueron nombrados de acuerdo con sus especificidades. Los principales son, según Abadía (2000, p. 07): "gramática y traducción; tradicional; reformista; natural; conversacional; directo; activo; audiolingual; situacional; audiovisual; de base estructural; nocional-funcional; comunicativo; de respuesta física (...) etc.". Sabemos, con todo, que cada uno de ellos se aproxima a la enseñanza/aprendizaje de una lengua extranjera de manera bien ordenada y específica, con procedimientos, contenidos y orientaciones teóricas muy diferentes.

Gómez (2001) nos dice que, en relación a los adultos mayores, en nuestro caso, específicamente, alumnos de la tercera edad, debemos "darles la oportunidad de conocer una forma diferente de construcción del conocimiento", para alejarlos del método tradicional de aprendizaje de lengua extranjera. Es por eso que, en este estudio, elegimos el Enfoque Comunicativo, con vista a las funciones comunicativas de la lengua, como forma de viabilidad de la enseñanza de español como lengua extranjera para hablantes brasileños de la tercera edad.

Cuando, en nuestros días, se habla de enseñanza de lenguas, se habla enfáticamente del Enfoque Comunicativo. ¿Qué es ese enfoque?

De hecho, vale citar Bon (1995, p. VII), que – en su Gramática Comunicativa – aunque no se reporte específicamente al Enfoque Comunicativo, nos contextualiza lo siguiente:

La lengua y la comunicación lingüística funcionan como un sistema de contextualización en el que todo lo que ha aparecido anteriormente constituye una clave de interpretación y base para todo acto de enunciación subsiguiente. [...]. La gramática no puede limitarse a estudiar los operadores que funcionan como mecanismos de contextualización como si vivieran en contextos únicos, aislados de lo demás y sin tener en cuenta todo lo que ya ha aparecido en el pequeño universo comunicativo en el que se inserta cada uno de sus usos.

Considerando esto, podemos inferir que el Enfoque Comunicativo tiene como característica primera el foco en el *sentido*, en el *significado* y en la *interacción* propiciada entre los sujetos en la lengua extranjera. Otra característica específica es que ese enfoque hace esfuerzo para organizar las experiencias de aprendizaje en términos de actividades relevantes, tareas de verdadero interés/necesidad de los alumnos para que se sientan capacitados a usar la lengua-meta, con objetivo de realizar acciones de verdad en los cambios interaccionistas con otros hablantes-usuario de esa lengua.

Aún en este sentido, frecuentemente los teóricos se refieren a la enseñanza comunicativa como un enfoque que exige una concepción distinta del lenguaje, o sea, un sistema de usos y no apenas de formas (BON, 1995). Ellos, también, se refieren a menudo a estrategias metodológicas que plantean el análisis del funcionamiento de los idiomas desde una perspectiva que tiene en cuenta la comunicación, en la cual se analizan todos los matices y nada se da por

descontado; y en la cual se reconoce un nuevo papel central a las interpretaciones que se dan de los enunciados analizados, como base para la comprensión del funcionamiento del sistema.

Y también se refieren a una propuesta que sitúa a los interlocutores y la interacción que existe entre ellos en el centro del análisis. Obliga, entonces, que tenga una fundamental importancia el modo que tienen los hablantes de expresar las cosas en cada situación, conforme sus intenciones comunicativas⁵.

Resumidamente, Nunan (2002, pp. 214-215) nos simplifica, en una visión general, el Enfoque Comunicativo como un trabajo metodológico ordenado en el cual la *teoría de la lengua* "es un sistema para expresar el significado", con función primordial la interacción y la comunicación.

Para Nunan, las *actividades* en ese enfoque implican una comunicación real, al paso que "la *realización de tareas* significativas y la *utilización de lenguaje* significativo para el alumno incentivan el aprendizaje".

El autor establece que los *objetivos del enfoque* "reflejarán las necesidades del alumno e incluirán habilidades funcionales y objetivos lingüísticos". Ya el *programa*, cuya orden se guiará por las necesidades del alumno, "comprenderá todos o algunos de los

⁵ Dicen, comúnmente, que todo método de enseñanza de lenguas es esencialmente comunicativo, pero Bon (1995, Tomo II) denuncia que eso no corresponde de facto a la realidad. Complementa que, en una rápida mirada a los otros métodos, con base en manuales de gramática, eso se demuestra de manera clara.

siguientes puntos: estructuras, funciones, nociones, temas, tareas".

Aún según Nunan, las *tipologías de las actividades* de ese enfoque "implican al alumno en la comunicación. Incluyen procesos como compartir información, negociar el significado y participar en una interacción".

De un lado, cuanto al *papel del alumno*, el aprendiz de la lengua es un "negociador que da y recibe". De otro, ahora cuanto al *papel del profesor*, aquél que enseña una lengua es un "facilitador del proceso de comunicación, de las tareas y textos de los participantes, analizador de necesidades, consejero, organizador del proceso".

Por último, pero no menos importante que los demás, Nunan dice del *papel de los materiales* en el Enfoque Comunicativo que lo "principal es promover el uso comunicativo de la lengua" Dice también que esos materiales didácticos no pueden dejar de ser "basados en tareas" y "auténticos". Toda esa descripción hecha por Nunan que traemos aquí, aunque de manera simplificada, tal vez sea el motivo por el cual el autor adjetiva el Enfoque Comunicativo como un trabajo metodológico bien ordenado.

3 POR QUÉ LA ENSEÑANZA DE LAS FUNCIONES COMUNICATIVAS PARA LA TERCERA EDAD?

Según datos reales de la Organización Mundial de la Salud (OMS), el aumento de la población con edad superior a cincuenta años es un factor mundial y que

lleva a las sociedades modernas el desafío de incluir socialmente los individuos de esa faja etaria (WEPIK & NOAL, 2008, p. 2). La educación, específicamente la parte responsable por la enseñanza de idiomas, es uno de los sistemas que pueden contribuir para esa inclusión social, pues, a medida que se desenvuelven las experiencias de la memoria, da oportunidad a los cambios de ideas y conocimientos de una nueva lengua y cultura, además de aumentar la auto-estima, llevando a una mejoría de la cualidad de vida.

Barros & Costa (2010, p. 3), en sus relatos de experiencia de trabajo investigación y enseñanza de español para la tercera edad, nos cuenta que "a pesar de que los motivos por los cuales esos señores busquen esa experiencia sean diversos, la comunicación parece ser la razón que une a todos. La soledad, la falta de objetivos, y la depresión han sido mencionadas como causa común"

Eso nos hace concluir que los alumnos mayores, apenas por aprendieren una lengua extranjera, ya se sienten satisfechos y motivos para la vida, como también hacer los viajes de paseos e intercambios culturales por Latinoamérica.

Por causa de eso, en relación a la aplicabilidad de ese enfoque, compartimos la idea con que nos informa Abadía (2000, p. 106), que "no todas personas que estudian una lengua extranjera pueden usarla en situaciones auténticas". Segundo ese autor, hay que organizar, entonces, el trabajo en el aula como marco de actuación en el que tiene lugar el intercambio comunicativo. Aún según ese autor, por añadidura, podríamos decir que toda tarea debe tener características de

los procesos comunicativos de la vida real, que sea cooperativa y realizada en parejas o en grupo.

Otro presupuesto de ese enfoque respeta a los errores en lengua. En esta concepción del lenguaje, no se ponen obstáculos ni tampoco límites porque un estudiante de idioma comete errores al comunicarse en una lengua extranjera. Sin embargo, aún nos queda la pregunta por qué, pues, las funciones comunicativas para alumnos de la tercera edad.

En Almeida Filho (1998), encontramos una posible respuesta para que se trabajen las funciones comunicativas en la enseñanza de una lengua extranjera. Conforme él,

Ser comunicativo significa preocupar-se mais com o próprio aluno enquanto sujeito e agente do processo de formação através de LE. Isto significa menor ênfase em ensinar, y mais força para aquilo que abre ao aluno a possibilidade de se reconhecer nas práticas do que faz sentido para sua vida e do que faz diferença para seu futuro como pessoa (ALMEIDA FILHO, 1998, p. 42).

Las funciones comunicativas de la lengua entran aquí, por lo que nos dice el autor, como una sustituta satisfactoria de los aspectos puramente gramaticales y del exceso de vocablos descontextualizados, porque aquellas producen significados que expresan lo que se necesita o se desea, enfatizando realmente aquello que tiene más utilidad para la vida de los aprendices de la tercera edad.

Alonso (1994) nos explica que la lengua extranjera, independientemente para cual público se enseña,

debe ser articulada de manera integrada, desarrollando en los alumnos, como prioridad, la competencia sociocultural y cuatro habilidades comunicativas, a saber: las expresiones oral y escrita, las comprensiones oral y lectora. Siendo así, ¿cómo las funciones comunicativas contribuyen para esa expresión útil de la vida?

Ya que las clases de lengua española consideran el alumno de la tercera edad como un sujeto que aprende constantemente, Gómez (2007) ratifica que el aprendizaje sólo es significativo si, por un lado, establezca relaciones entre nuevos contenidos y los que ya se conocen, y, por otro, que haga sentido para necesidades inmediatas de comunicación y expresión.

Por fin, funciones comunicativas porque captan la esencia de la comunicación, porque a través del estudio de ellas se puede, de manera general: saludar, cumplimentar (usos sociales de la lengua); pedir informaciones; expresar los gustos y las opiniones propias; proponer y dar órdenes a alguien en determinados contextos de habla e intenciones; expresar los futuros cercano y lejos; expresar causa, consecuencia e hipótesis; situarse a sí mismo y a alguien en el tiempo; localizarse a sí mismo y a alguien en el espacio; o expresar cantidades.

CONSIDERACIONES FINALES

Nuestro objetivo principal era investigar por cuales motivos es adecuado trabajar las funciones comunicativas en el proceso de enseñanza-aprendizaje

de ELE para alumnos brasileños de la tercera edad, cuando problematizamos cómo esas funciones en el proceso de enseñanza-aprendizaje de ELE contribuyen en el aprendizaje de esos alumnos.

Sabemos que cuando un individuo busca aprender un idioma es porque tiene objetivos claros. Entonces, una propuesta de enseñanza de lengua a este público, específicamente, debe tener como metas, por ejemplo, promover actividades relacionadas con el desenvolvimiento humano, realizando aquellas que enriquezcan el auto-conocimiento, promoción de la auto-estima, como ya decimos, la tan importante sociabilidad, la integración e intercambios de experiencias dentro y entre generaciones, además también de estimular el ejercicio intelectual y reflexivo de expresar ideas, gustos, opiniones, como elementos de dignidad en la vejez.

Al cabo de este trabajo, percibimos que no agotamos, obviamente, las investigaciones relacionadas a la enseñanza de lenguas extranjeras para alumnos brasileños de la tercera edad. Entendemos que este estudio, humildemente, contribuye para otras posibles pesquisas a alumnos de cursos de licenciatura de lenguas o a profesores que ya actúan en esta área.

Nuestro esfuerzo, aquí, se demostró como una tentativa de conocer un poco más el universo maravilloso de lo cual las personas mayores hacen parte y comparten sus experiencias de vida, aprenden y, por qué no, enseñan también.

REFERENCIAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. 2. ed.

Campinas: Pontes, 1998.

ALONSO, Encina. *¿Cómo ser profesor y querer seguir siéndolo?* Madrid: Edelsa, 1994.

ABADÍA, Pilar Melero. *Métodos y enfoques en la enseñanza/aprendizaje del español como lengua extranjera* (Programa de Autoformación y Perfeccionamiento del Profesorado – PAP). Madrid: Edelsa, 2000.

BARROS, Luizete Guimarães; COSTA, Maria José Damiani. *Enseñanza de español para la tercera edad*. Disponible en: <http://www.cce.ufsc.br/~lle/congresso/trabalhos_lingua>. Acceso en: 02 de junio de 2010.

BON, Francisco Matte. *Gramática comunicativa del español*. (Tomo II) Madrid: Edelsa, 1995.

GÓMEZ, Alejandra Paula. *¿Cómo construyen el conocimiento los adultos mayores?* Foro Iberoamericano de Programas Educativos de Mediana & Tercera Edad. Universidad Nacional de Lomas de Zamora. Buenos Aires: 2001. Disponible en: <<http://www.fimte.fac.org.ar/doc/01gomeza.htm>>. Acceso en: 02 de junio de 2010.

LICERAS, Juana M. <<Hacia un modelo de análisis de la interlengua>> en (compil.). *La adquisición de las lenguas extranjeras*. Madrid: Visor, 1992.

LYONS, John. *As idéias de Chomsky*. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1970.

NUNAN, David. *El diseño de tareas para la clase comunicativa*. Madrid: Cambridge University Press, 2002.

WEPIK, Fernanda Fátima; NOAL, Joselma Maria. *Espanhol e terceira idade: uma prática possível*. (publicado en octubre de 2008). Disponible en: <http://www.uri.com.br/cursos/arq_trabalhos_usuario/513.pdf>. Acceso en: 02 de junio de 2010.

UNIVERSIDADE ABERTA PARA A TERCEIRA IDADE: A CONSTRUÇÃO DE SABERES PARA UM NOVO OLHAR SOBRE A VELHICE

Rita de Cássia da Silva Oliveira¹

Flávia da Silva Oliveira²

Paola Andressa Scortegagna³

Resumo. A universidade, ao desempenhar as suas funções de ensino, pesquisa e extensão, diante da realidade efervescente no Brasil qual seja, o envelhecimento da população que tem provocado mudanças significativas na pirâmide demográfica, abre gradativamente espaço pedagógico e assume sua responsabilidade social acolhendo os idosos em diferentes intervenções educativas, programas, cursos e projetos. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e este artigo objetiva refletir sobre a educação permanente enquanto pressuposto teórico fundamental para a criação da Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI) na Universidade Estadual de Ponta Grossa; resgatar a história da criação e implementação da UATI; identificar as políticas públicas para o idoso, sob o recorte educacional, explicitar os objetivos e a estrutura deste projeto extensionista que está institucionalizado. A UATI/UEPG oferece diferentes atividades aos idosos, distribuídas em quatro

¹ Pedagoga e Gerontóloga. Doutora em Educação pela Universidade de Santiago de Compostela. Professora Permanente do Mestrado em Educação na UEPG. Coordenadora da Universidade Aberta para a Terceira Idade na UEPG. E-mail: soliveira13@uol.com.br

² Bacharel em Direito. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Coordenadora e Professora do Curso de Direito na Faculdade União. Professora da Universidade Aberta para a Terceira Idade na UEPG.

³ Pedagoga. Mestre em Educação pela UEPG. Professora da Universidade Aberta para a Terceira Idade na UEPG.

grandes eixos: saúde, nutrição e qualidade de vida; cultura e arte; esporte e lazer; direito, empoderamento e cidadania. A UATI voltada para os objetivos de contribuir para uma melhor qualidade de vida do idoso, valorizar e elevar a auto estima desta faixa etária, proporcionar a aquisição de conhecimentos e informações, atualizar o idoso para poder usufruir da sua cidadania e em decorrência maior inserção, participação familiar e social, tem conquistado êxito, reconhecimento institucional e da sociedade em seus 19 anos de existência.

Palavra-chave: Universidade Aberta para a terceira idade. Idosos. Políticas públicas. Educação permanente.

OPEN UNIVERSITY OF THE THIRD AGE: THE CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE TO A NEW VIEW OF OLD AGE

Abstract. University to fulfill its functions of teaching, research and extension, effervescent face of the reality in Brazil that is, an aging population that has caused significant changes in demographic structure, educational space gradually opens and assumes its social responsibility and we welcome the elderly in different educational interventions, programs, courses and projects. We performed a literature search and this article reflects on lifelong learning as a theoretical assumption fundamental to the creation of the Open University of Third Age (UATI) at Universidade Estadual de Ponta Grossa; rescue the history of creation and implementation of UATI, identifying the public policies for the elderly, under the focus of education, clarify the objectives and structure of this project extension worker who is institutionalized. The UATI / UEPG offers different activities for the elderly, divided into four main areas: health, nutrition and quality of life, culture and art, sports and leisure law, empowerment and citizenship. The UATI toward the goals of contributing to a better quality

of life of the elderly, enhance and raise self esteem in this age group, facilitate the acquisition of knowledge and information, updating the elderly to take advantage of their citizenship and due to higher integration and family and social participation, has won success, and institutional recognition of the company in its 19 year existence.

Keywords: Open University for seniors. Elderly. Public policies. Permanent education.

INTRODUÇÃO

O mundo tem presenciado uma mudança no perfil etário da população e, na América Latina, a população idosa atual atingiu a marca de 49 milhões de pessoas, representando cerca de 9% da população total. Para o ano de 2025, a projeção é de 95 milhões de idosos, ou seja, 14% da população. Já no ano 2050, uma em cada quatro pessoas na América Latina será idosa, assim, essa população chegará a um crescimento de 85 milhões de idosos em relação a 2025, representando 24% da população (BATISTA et all, 2008; CAMARANO; PASINATO, 2007; ONU, 2006).

O Brasil também tem enfrentado nas últimas décadas uma mudança no seu desenho demográfico. O nosso país é constituído por aproximadamente 20 milhões e no ano 2025, segundo projeção do IBGE (2008), a população brasileira estará composta de 34 milhões de idosos, representando 15% da população. O Brasil se encontra entre os dez países com maior número absoluto de idosos.

Atualmente, há cerca de 688 milhões de idosos no

mundo, isto significa que para cada grupo de 9 pessoas, há aproximadamente 1 pessoa com 60 anos ou mais (ONU, 2008).

No contexto global, a proporção de pessoas com 60 anos ou mais está crescendo mais rapidamente que a de qualquer outra faixa etária. Entre 1970 e 2025, espera-se um crescimento de 223% ou em torno de 694 milhões, no número de pessoas mais velhas (WHO, 2005, p. 8).

Os idosos mais velhos, aqueles com 80 anos ou mais, representam atualmente 13% da população idosa mundial. Em 2050, a proporção destes idosos será de 20% da população idosa. Atualmente, há cerca de 287 mil centenários. Em 2050, este número irá crescer consideravelmente, passando a marca de aproximadamente 3,7 milhões de centenários no mundo (ONU, 2008).

Segundo as projeções da ONU, em 2025, existirá um total de aproximadamente 1,2 bilhões de pessoas com mais de 60 anos no mundo e até 2050 haverá dois bilhões, sendo 80% nos países em desenvolvimento.

Dessa maneira, as questões relativas ao processo de envelhecimento e da velhice, nos diferentes aspectos, tem suscitado estudos e investigações científicas para atender as necessidades e exigências dessa parcela da população.

Segundo afirma Oliveira (1999, p.134)

O rápido aumento da expectativa de vida no século XX pode ser atribuído à substituição das causas de morte, anteriormente provocadas por doenças infecciosas ou parasitárias, por doenças cardíacas

e pelo câncer que, na década de 30, constituíram quase a metade das causas de óbito nas capitais brasileiras e, a partir de 40, com o advento dos antibióticos, melhorias no saneamento básico e uma melhor consciência quanto às medidas de higiene ajudaram a evitar as doenças. Com a diminuição dessas causas de óbito, aumentou a sobrevivência entre os mais jovens, baixando a mortalidade infantil, beneficiando de certa forma a mortalidade proporcional aos grupos etários mais velhos.

A longevidade é atribuída aos avanços científicos e tecnológicos, e estimula uma maior preocupação com a qualidade de vida, pautada em uma visão preventiva, ou seja, inicia-se o mais precocemente possível os cuidados com a saúde, superando assim, uma visão apenas profilática e reparadora.

O processo desordenado de desenvolvimento determina problemas sociais graves e afeta sensivelmente a estrutura social, econômica e política do país. É nesse quadro que se situam as questões relativas à velhice no Brasil. Segundo Oliveira (1999, p.127) “É fato consumado o envelhecimento populacional do país, que sucede de maneira rápida, embora pouco se tenha feito em resposta a essa evidência, mesmo diante do alerta silencioso e impotente da própria população idosa”.

À proporção que o indivíduo envelhece existe uma modificação significativa nos papéis sociais que desempenha, carecendo até certo ponto de definição mais objetiva, de propósito e de identidade. Esses papéis precisam ser substituídos, caso contrário, o idoso torna-se alienado da sociedade e de si mesmo. Um ponto essencial para reverter essa situação é a valori-

zação da velhice, atribuindo aos idosos novos papéis socialmente valorizados, e aqui a educação assume papel de destaque.

O idoso deve ser reconhecido com prioridade nas áreas da saúde, educação, política, economia, previdência social, cultura, lazer, comunicação, direito, enfim, uma variedade de aspectos devem ser evidenciados e mais, devem ser realizadas ações práticas pela sociedade política e civil.

A educação para o idoso deve superar os estereótipos negativos atribuídos à velhice, superando preconceitos como inutilidade, incapacidade para aprender, doença, improdutividade, etc., propiciando a valorização do idoso, para que desenvolva autonomia e possa exercer novos papéis sociais, favorecendo assim, maior inserção e participação social.

Este artigo objetiva refletir sobre a educação permanente enquanto pressuposto teórico fundamental para a criação da Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI) na Universidade Estadual de Ponta Grossa; resgatar a história da criação e implementação da UATI; identificar as políticas públicas para o idoso, sob o recorte educacional, explicitar os objetivos e a estrutura desse projeto extensionista que hoje com 19 anos de existência, está institucionalizado devido ao seu sucesso e ao reconhecimento acadêmico e social.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O IDOSO

A esfera governamental precisa cumprir com sua função de responsabilidade social, sendo decisão do

poder público proporcionar ações comunitárias na região em que está presente e minorar possíveis danos provenientes de discriminações da faixa etária. Responsabilidade social é entendida aqui como um compromisso do poder público em relação à sociedade em geral e uma forma de prestação de contas do seu desempenho. Sendo a terceira idade uma realidade da população brasileira, compete também assumir esse compromisso social com essa parcela da população que contribuiu para a sua formação. Porém, não pode ser considerado um ato de assistencialismo, mas antes deve ser encarado como de solidariedade e de justiça social, além de retorno da dívida social para com a sociedade mais ampla que se utilizou da capacidade de trabalho de pessoas físicas as quais hoje são integrantes dessa faixa etária.

A reativação social dos idosos reflete e interfere significativamente no processo de envelhecimento saudável, na medida em que a participação e integração social apresentam-se como uma situação oposta de marginalização.

A nova realidade demográfica que se apresenta impulsiona para novas propostas e políticas públicas que reconheçam o grande contingente de idosos e coloquem esse segmento no centro das preocupações nacionais. “O idoso flutua instável entre a medicina que prolonga sua existência e a sociedade ou o Poder Público que não lhe preservam a plena dignidade de vida nas ultimas etapas desta vida” (CENEVIVA, p. 13, 2004).

As políticas públicas específicas para o idoso situam-se como um alerta e acusam a insensibilidade

do país com relação a esse segmento etário. Ao mesmo tempo em que a ciência desenvolve instrumentos capazes de prolongar a vida do homem, oferecendo recursos tecnológicos, de proteção e segurança, a sociedade desestimula a participação da população idosa nos processos socioeconômicos e culturais de produção, decisão e integração social.

O Brasil, preocupado com o crescimento da população idosa, considerando aqui idoso acima de 60 anos, elaborou a Política Nacional do Idoso, Lei 8842/94. Uma lei de grande relevância para a sociedade, porém, que não alcançou a repercussão esperada e muito pouco foi implementada. As discussões em redor do assunto cada vez mais se evidenciam e a sociedade política colocou o idoso na pauta das políticas públicas.

A luta em prol do idoso continuou e foi aprovada em 2003 a Lei 10.741/03 - Estatuto do Idoso, que veio resgatar os princípios constitucionais que garantem aos cidadãos idosos direitos que preservem a dignidade da pessoa humana, sem discriminação de origem, raça, sexo, cor e idade.

Essa Lei mobilizou muitas discussões em diferentes segmentos da sociedade, levantando a bandeira da discriminação e da marginalização da qual o idoso, em diferentes situações, estava sendo vítima. O Estatuto surgiu de inúmeras pressões da sociedade brasileira, com influência do documento Política para a 3ª Idade nos anos 1990, produzida pela Associação Nacional de Gerontologia (ANG), que contempla um rol de recomendações para essa faixa etária bem como a Lei 8.842/94 a qual estabelece a Política Na-

cional do Idoso.

O Estatuto do Idoso, nos seus 118 artigos, veio resgatar os princípios constitucionais que garantem aos cidadãos os direitos que preservem a dignidade da pessoa humana, sem discriminação de origem, raça, sexo, cor e idade conforme o artigo 3º da Constituição da República Federativa do Brasil.

A maior preocupação reside na implementação e operacionalização, pelo governo e pela sociedade civil, de ações que minimizem a situação do idoso evitando um agravamento do panorama hoje pouco otimista.

Oliveira (1999) afirma que infelizmente nessa trama social, alguns pontos são obscuros e distantes para a maioria da população, o que impede um preparo adequado para a velhice.

O idoso para exercer seu papel social, utiliza suas perspectivas de cidadania, que para ser efetivamente praticada, exige do indivíduo a capacidade de analisar e compreender a realidade, criticá-la e atuar sobre ela.

O resgate da dignidade e da cidadania do idoso, possibilitando uma qualidade de vida, só será possível pela ação conjunta da sociedade civil à medida que se conscientize dessa demanda social, aliada a sociedade política que efetivamente estabeleça políticas públicas em prol dessa clientela, de uma educação gerontológica baseada nos valores de respeito, solidariedade ao ser humano e o próprio idoso que deve reivindicar o seu reconhecimento no cenário social.

3 EDUCAÇÃO PERMANENTE: FUNDAMENTO TEÓRICO PARA A UATI

Para possibilitar uma visão diferenciada acerca do idoso e da velhice, a educação surge como oportunidade de ação, tanto para a sociedade conhecer e aprender a respeitar o idoso, como para o idoso ter novas condições de abrir-se para o mundo, conhecendo seus direitos e vivenciando novas experiências.

A educação tem um papel político fundamental, (...) ela deve desempenhar um papel eminentemente democrático, ser um lugar de encontro, de permanente troca de experiências (GADOTTI, 1984, p.157).

Percebe-se então que a educação possui um caráter de transformação, ultrapassando a mera idéia de transmissão de informações. Nesse sentido, parafraseando Piconez (2002), a educação instrumentaliza crítica e criativamente, tendo em vista a inovação da realidade. Desta maneira, observa-se o quanto o processo educativo permite um estágio de mudanças, independente da idade.

Nesse âmbito, “os velhos precisam de um espaço de fala que torne possível uma re-significação de seu eu. Algo que lhes permita relançar o desejo e manter o olhar sobre si” (CASTRO, 2001, p. 68). Desta maneira, a educação é um importante meio de transformação e valorização destas pessoas.

Observa-se que as pessoas idosas estão começando a serem percebidas como seres pensantes, que tem muito para ensinar, porém ainda tem muito a aprender, demonstrando que possuem a necessidade de sempre estar em contato com novos conhecimentos e novas experiências.

O indivíduo aprende constantemente em sua vida; assim, a educação não pode ser caracterizada apenas como uma etapa com tempo e espaço pré-determinados. Segundo Furter (1976) o homem é um ser inacabado, que busca a perfeição; neste sentido, a educação se torna um processo contínuo que só termina com a morte.

Ao se pensar a educação como uma ação permanente e o processo de aprendizagem durante toda a vida do homem, isto não evidencia apenas uma evolução do pensamento pedagógico; trata-se de uma necessidade de constante atualização num ambiente globalizado, onde as mudanças são rápidas e contínuas, permitindo que o homem evolua segundo estes preceitos (OLIVEIRA, 1999).

A educação enquanto prática social permite que o homem constantemente aprenda, tornando possível pensar numa transformação cultural e na própria sociedade. Para Pinto (1989, p. 39), “a educação não é uma conquista do indivíduo”, mas sim “uma função da sociedade e como tal dependente de seu grau de desenvolvimento. Onde há sociedade há educação: logo, esta é permanente”.

Gadotti (1984, p. 69) afirma que, “a educação permanente visa uma educação rearranjada, refletida e integrada no seu todo. Ela sustenta a ideia de um controle de todos os recursos educativos possíveis de uma sociedade e de sua execução”. A estrutura educacional começa a ser pensada num outro viés, emergindo do pensamento escolar, não o descaracterizando, mas assegurando que o processo de aprendizagem não se completa nos bancos escolares.

Nesta perspectiva, “imprescindível é reconstruir uma completa e compreensível imagem da educação ao longo da vida nas diferentes sociedades, levando-se em conta as crescentes aspirações e demandas para atuar com mais autonomia e competência” (PALMA, 2000, p. 103). A sociedade atual está exigindo uma nova postura do homem, com mais capacidades e conhecimentos, e este desenvolvimento somente poderá ocorrer por meio de uma ação educacional consciente e que aconteça de maneira permanente, permitindo a atualização constante.

A educação ao longo de toda a vida é uma construção contínua da pessoa humana, do seu saber e das suas aptidões, mas também da sua capacidade de discernir e agir. Deve leva-la a tomar consciência de si própria e do meio que a envolve e a desempenhar o papel social que lhe cabe no mundo do trabalho e na comunidade. O saber, o saber-fazer, o saber viver juntos e o saber-ser constituem quatro aspectos intimamente ligados, de uma mesma realidade. Experiência vivida no cotidiano, e assinalada por momentos de intensa esforço de compreensão de dados e de fatos complexos a educação ao longo de toda a vida é o produto de uma dialética com várias dimensões. Se, por um lado implica a repetição ou imitação de gestos e de práticas, por outro é, também, um processo de apropriação singular e de criação pessoal. Junta o conhecimento não-formal ao conhecimento formal, o desenvolvimento de aptidões inatas à aquisição de novas competências. Implica esforço, mas traz também a alegria da descoberta. Experiência singular de cada pessoa ela é, também, a mais complexa das relações sociais, dado que se inscreve ao

mesmo tempo no campo cultural, no laboral e no da cidadania. (DELORS, 2001, p. 107).

Assim, “a preocupação básica que orienta o desdobramento de educação permanente e desenvolvimento cultural não se refere à contínua maturação humana, mas ao desenvolvimento socioeconômico e cultural” (PAIVA, 1985, p. 48). Possibilita-se, então, que o homem, no espaço histórico, cultural, político e social em que está inserido, consiga evoluir junto com a sociedade, e esta evolução individual reflete diretamente na constante evolução social.

Por meio da educação, o homem se humaniza, se caracteriza, torna-se social e consciente. “A educação é um processo contínuo e permanente que dá ao ser humano o sentido da vida, pela possibilidade que estabelece na medida em que promove maior compreensão sobre o mundo” (HERÉDIA, 2006, p. 126).

A educação permanente representa uma necessidade de ampliação da participação ativa do homem no contexto social e cultural, visando uma melhoria nas relações interpessoais, na qualidade de vida, na compreensão de mundo e na esperança de futuro melhor e mais digno. Pela educação permanente assume-se uma nova concepção de vida humana, cujo princípio central é só aprender, mas principalmente viver para aprender, estando integrado e interagindo com quem se encontra ao seu redor (OLIVEIRA, 2007).

A educação deve desenvolver o sujeito como um todo, permitindo que este esteja integrado à sociedade, com uma participação ativa e consciente. Pensar

num desenvolvimento integral permite pensar numa educação permanente que vise à superação da marginalização social, possibilitando uma formação contínua, que tenha como princípio elementar a prática social, pensando o homem em sua totalidade.

Conforme Toni (2006, p.139), “pensar a educação é entender que o ser humano, de maneira flexível e adaptativa, aprende desde o nascimento até a morte”. O sujeito, no processo de aprendizagem, “utiliza saberes já adquiridos, os quais, somados aos que vai experienciando e vivenciando em seu cotidiano, o tornam um ser aprendente”.

Para que a educação permanente ocorra satisfatoriamente, há necessidade de que esta seja organizada e pensada para que atinja seus fins. É Furter (1976, p. 127) quem afirma:

a necessidade de uma educação contínua, que seja uma constância na vida humana e que permita viver plenamente o mundo planetário, não pode ser preenchida por um simples prolongamento da educação, nem por um maior alastramento do campo escolar. Deve tomar a forma de uma educação permanente, a partir da qual deverá ser pensada toda educação, e que obrigará os educadores a inventar novas técnicas e novos métodos adequados.

A partir do momento em que a educação permanente fixar seus propósitos e estruturar-se de maneira democrática, um grande salto qualitativo irá ocorrer na educação. O homem aprende durante toda sua vida, seja em espaços escolarizados ou não; assim, possibilitar que a educação traga mais qualida-

de para as aprendizagens é fundamental.

A educação permanente possibilita o desenvolvimento do capital humano (MOODY, 2008). Desta maneira, a mesma deve estar vinculada para que realmente este capital se desenvolva independente da classe social ou situação de marginalização em que o indivíduo esteja inserido, permitindo que o desenvolvimento intelectual, social, cultural e político ocorram.

Logo, ao se pensar a educação permanente, torna-se imprescindível pensar esta para o idoso. Segundo Saraiva (2004, p. 31), o conceito de educação permanente,

como formulado originalmente, era uma crítica à idéia que separava em etapas ao longo da vida os períodos de formação (correspondentes à infância e a juventude), trabalho produtivo (idade adulta) e tempo livre (velhice, tempo posterior à aposentadoria), substituindo-se pela educação permanente, trazendo a idéia de contínua atualização de conhecimentos. Essa atualização é necessária frente ao ritmo acelerado da mudança social e tecnológica, além de diminuir o fosso cultural da terceira idade, já que, devido à redução dos índices de natalidade e elevação da expectativa de vida, a população tende ao envelhecimento.

Então, percebe-se a necessidade de uma ação educacional voltada para a terceira idade, num caráter de educação permanente. Nota-se que, quando a educação torna-se permanente na vida dos idosos, é possível encontrar um novo sentido em viver, mes-

mo quando já se encontram desacreditados pela própria sociedade.

Neste sentido, a educação permanente é considerada atualmente como “um processo que não se conclui nunca, estendendo-se por toda a vida dos sujeitos. Significa dar oportunidade de aprendizagens contínuas, objetivando a atualização do ser humano, atendendo suas necessidades de interação e aprimoramento do saber” (TEODORO, 2006, p. 43).

Dessa maneira, Mosquera (1975, p. 141) conclui que “educação permanente é universal no seu caráter e essencial à completa democratização da aprendizagem, caracterizada pela sua flexibilidade e diversidade em conteúdos, apreendendo elementos, técnicas e finalidades abertas ao tempo e ao espaço”.

4 O COMPROMISSO DAS UNIVERSIDADES NA TAREFA DE EDUCAR O IDOSO: AS UNIVERSIDADES ABERTAS PARA A TERCEIRA IDADE

Cumprindo com a legislação brasileira, em especial com o Estatuto do Idoso, e as funções que são atribuídas às universidades: ensino, pesquisa e extensão, são oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior programas como formas alternativas de atendimento ao idoso e também aos indivíduos que vão envelhecer, visando além de uma valorização, uma maior conscientização da sociedade em geral a respeito do processo de envelhecimento da população no país.

Os programas para a terceira idade não devem assumir uma conotação meramente assistencialista

ou de lazer porque de certa maneira não deixam de ser uma forma sutil de marginalizar e alienar os idosos na sociedade. Deve ser privilegiada a aprendizagem, por um lado se confrontando com o rompimento do preconceito de que o idoso tem menor capacidade de aprendizagem e por outro lado, fazendo emergir a aprendizagem com sabor de conquista, de vitória, elevando a auto estima e imagem do idoso, além de aguçar o sentido de utilidade, aprimorando a capacidade crítica, a liberdade de expressão e participação desse segmento da população.

Muitas universidades abrem espaço para os idosos, com a criação das Universidades para a Terceira Idade, fazendo com que elas ampliem o seu compromisso, buscando integrar aqueles que se encontram à margem do processo de desenvolvimento, exclusão convencional à idade e, por conseguinte, levá-los a usufruir dos bens advindos com esta proposta.

A questão do envelhecimento populacional é uma realidade em nosso país. A questão do idoso merece, pois, cada vez maior interesse dos órgãos públicos, dos formuladores de políticas sociais e da sociedade em geral, dado o volume crescente deste segmento populacional, seu ritmo de crescimento e de suas características demográficas, econômicas e sociais.

Os programas voltados para os idosos, nas universidades, apresentam um propósito bem definido: a melhor qualidade de vida. Assim, contribuem para a reformulação do sentido que se dá à vida, ampliar as relações sociais e produzir um conhecimento específico, que possa subsidiar políticas pertinentes.

Indispensável o despertar de mais atenção e in-

vestimentos do Estado e da sociedade civil para minimizar a precariedade de vida dos idosos. A terceira idade, no Brasil, não constitui um fato econômico sério, e, assim, não atrai maiores investimentos no setor. Essa situação, pela educação, deve ser revertida; para isto o idoso deve ser tratado com respeito e dignidade e precisa-se, não apenas de políticas públicas, mas de ações, de intervenções práticas, educativas, com ética, consciência e compromisso.

5 OS CAMINHOS TRILHADOS PARA A CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA PARA A TERCEIRA IDADE (UATI) NA UEPG

O Brasil, por muitos anos, sustentou a idéia de um país jovem; entretanto, aos poucos, independentemente da sua vontade, está se transformando em um país de cabelos brancos, porque a população envelhece.

O preparo do homem é fundamental; só se viverá bem na velhice se houver uma preparação antecipada, pois a vida reserva preocupações e problemas em qualquer idade, que poderão ser agravados na velhice se não existir um planejamento pessoal e social. Para isso é necessário que ele esteja planejado (SKINNER, 1985).

Na UEPG buscou-se criar um curso que contemplasse o idoso, pela educação, inserindo-o como projeto de extensão universitária. Com isto, almeja-se uma equalização social, uma superação das discrepâncias testemunhadas, revendo valores que ora servem de suporte à sociedade e pela educação per-

manente, como estímulo e arma, o idoso poderá se inserir e participar ativamente na sociedade como elemento que muito potencial ainda possui para produzir e colaborar num processo destinado a compen-sar uma situação de carência e até de abandono.

O espaço para a terceira idade no nosso contexto universitário abriu-se timidamente. Como toda idéia inovadora se defronta com muitas resistências, obstáculos e zombarias, por muitas vezes caiu na ausência de credibilidade de docentes que não viam qualquer condição de sucesso do projeto.

Precisam ser rompidos os muros da universidade, diminuída a distância que existe com a sociedade, oportunizando conhecimentos atraentes e interessantes aos idosos.

Imbuída dessa idéia, inicia-se um trabalho árduo, de pesquisa e conquista de pessoas que desejassem aderir lutando para que uma simples idéia pudesse ser transformada na criação e implantação da Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI) na UEPG.

O trabalho de sensibilização da própria comunidade para buscar apoio na implantação desse novo curso fazia também parte das estratégias para tornar esse sonho uma realidade.

O grupo de colaboradoras, a princípio pequeno (6 professoras), com grande responsabilidade, dedicou-se arduamente ao trabalho de planejamento para a concretização da UATI.

Para esse trabalho, procurou-se primeiramente adeptos à causa, considerando que a UEPG sempre procurava priorizar projetos que privilegiassem a pessoa humana.

O Departamento de Educação da UEPG propôs, em 1989, o I Encontro Vivência da Terceira idade como uma primeira tentativa de colocar em pauta e ressaltar a reflexão sobre os problemas dos idosos na nossa comunidade.

A educação para o envelhecimento passou a ser preconizada dentro das condições sócio-econômicas e culturais, com seguridade social adequada, para a manutenção de uma vida digna e produtiva na terceira idade.

Partindo da idéia de que não só viver por mais tempo é importante e necessário ao ser humano, mas viver com qualidade, com saúde física e mental e com a compreensão das limitações porventura existentes, embasou-se a idéia desse encontro, propondo uma reflexão sobre as estruturas sócio-culturais consolidadas, tendo como prerrogativa a criação de mecanismos de participação dos idosos na sociedade, visando alcançar, no futuro, uma situação mais justa para todos.

Os objetivos do encontro arrolaram sobre a problemática do idoso na comunidade ponta-grossense, gerando discussões e reflexões sobre o tema, na tentativa de alertar e conscientizar a comunidade visando levantar alternativas para os problemas da terceira idade, favorecendo integração e conagraçamento dos 30 idosos participantes do evento.

No ano seguinte, em 1990, foi elaborado o II Encontro Vivencial da Terceira Idade “Trabalho e Lazer”, o qual teve como objetivos: proporcionar informações, atividade e lazer para a terceira idade da comunidade local, debatendo a problemática do tra-

balho e lazer para o idoso em Ponta Grossa; ao mesmo tempo, informando sobre o mercado de trabalho local oferecido na época, estimulando a participação e integração dos idosos em cursos e atividades que a comunidade para eles destina. O número de participantes foi mais significativo, 50 pessoas, o que estimulou ainda mais a organização do próximo evento com uma carga horária mais ampla.

Em 1991, aconteceu o III Encontro Vivencial da Terceira idade “Integrando Gerações”. O encontro propunha refletir sobre o envelhecimento humano a partir dos enfoques social, político, cultural e espiritual, procurando, dessa forma, conscientizar a todos os estudantes, professores e participantes da questão do idoso enquanto responsabilidade de todos e questionamento do próprio futuro.

Buscava, também, favorecer a integração entre gerações em uma convivência digna e democrática. Debatendo a problemática do idoso na comunidade ponta-grossense, voltava-se para propor novas vivências do idoso frente a essa mesma comunidade.

O número de participantes foi maior, totalizando 150 pessoas. A instituição e comunidade, dessa maneira, pareciam responder positivamente para a implantação do Curso da Universidade Aberta para a Terceira Idade na UEPG.

O projeto para a implantação do referido Curso já havia sido realizado; entretanto, os professores convidados para trabalharem as diferentes disciplinas se encontravam receosos diante da faixa etária dos alunos. Organizou-se um Curso para Capacitação de Pessoal para trabalhar com a Terceira Idade.

Depois de muito trabalho, êxitos e fracassos, surgiu a Universidade Aberta para a Terceira Idade. Assim, após o trâmite burocrático exigido pela instituição, A UATI foi aprovada e homologada pelo CEPE pelo Parecer nº 23/92 de 14/04/1992.

Institucionalizou-se o Grupo de Trabalho com a Terceira Idade (GTI), formado por seis professores, responsáveis pela implantação teórico-metodológica das diferentes atividades oferecidas na UATI.

A pretensão era desenvolver um trabalho interdisciplinar e interdepartamental voltado ao processo da valorização humana e social da terceira idade através da implantação da UATI, como projeto extensionista e de atualização cultural da UEPG. Ampliava-se, assim, a ação educativa dessa universidade através da educação permanente oferecida aos idosos, tendo como prerrogativa a valorização dessa faixa etária na sociedade.

6 A UNIVERSIDADE ABERTA PARA A TERCEIRA IDADE (UATI) NA UEPG: UM SONHO CONCRETIZADO

A UATI, criada em 1992, fundamenta-se na concepção de educação permanente e auto realização do idoso. Estrutura-se com abordagem multidisciplinar, priorizando o processo de valorização humana e social da terceira idade, analisando constantemente a problemática do idoso nos diversos aspectos; biopsicológico, filosófico, político, espiritual, religioso, econômico e sócio-cultural.

O Curso da UATI fundamenta-se no conceito de

Educação permanente, na modalidade não formal. Ressalta-se que a Educação permanente é um conjunto de experiências educativas apresentando-se como hipótese para o futuro diante das mudanças sociais, econômicas, culturais que se apresentam à nossa sociedade, integrando os diferentes meios de instrução e formação. Constitui-se como uma necessidade de ampliar a participação dos indivíduos na vida social e cultural, visando a melhoria nas relações interpessoais, qualidade de vida, compreensão do mundo e esperança de futuro.

“A capacidade de aprendizagem na terceira idade ou quarta idade deve ser estimulada, respeitando o ritmo de cada um e a necessidade de aliar as atividades a tarefas significativas, criando um ambiente de apoio para avanços dos idosos” (GROPPO, PARK, 2009, p.211).

A UATI possui como objetivos: - proporcionar uma melhor qualidade de vida , tornando o idoso mais ativo, alegre, participativo e integrado à sociedade; possibilitar a aquisição de conhecimentos e informações em diferentes áreas, apoiada na educação permanente; possibilitar a elevação da auto estima dos idosos; ampliar o seu convívio social; possibilitar o desenvolvimento de potencialidades intelectuais e habilidades por parte do idoso; valorizar a pessoa do idoso proporcionando sua atualização cultural e aquisição de conhecimentos nos aspectos filosóficos, históricos, políticos, econômicos, biopsicológicos, gerontológicos e integração social; respeitar e valorizar experiências de vida e profissional, especialmente dos aposentados e donas de casa, contribuindo efetivamente

como monitores nas ações comunitárias; - possibilitar um convívio intergeracional; favorecer a implantação de leis para os idosos, na Região dos Campos Gerais, particularmente na cidade de Ponta Grossa; desenvolver a função universitária de ensino, pesquisa e extensão, voltada à atenção e à promoção humana, na fase do envelhecimento.

Com a inserção do idoso na comunidade universitária, ocorre a integração entre gerações, estimulando reflexões e questionamentos sobre os diferentes aspectos que envolvem essa faixa etária, analisando preconceitos e discriminações que são cristalizados socialmente embora sem fundamentação científica.

A UATI estrutura-se em disciplinas teóricas e práticas, totalizando 240 horas, ao longo de três semestres letivos, seguindo o calendário universitário.

O Curso estrutura-se em quatro grandes eixos articuladores, nos quais baseiam-se as disciplinas oferecidas, são eles:saúde, nutrição e qualidade de vida, cultura e arte; esporte e lazer; direito, empoderamento e cidadania.

As disciplinas teóricas abordam as diferentes dimensões humanas e sociais, apóiam-se nos eixos articuladores e são ministradas por diferentes profissionais em suas áreas específicas, entre elas: Gerontologia Social; Cultura da Paz; Reflexões e Vivência em busca do ser; Patrimônio cultural; O idoso, a família e a sociedade; Aspectos sociais na Terceira Idade; Esoterismo; Cidadania; Atendimento ao idoso - Programa de ação social; Cuidados e profilaxia dentária; Fisioterapia aplicada à Gerontologia; Relações humanas na Terceira Idade; Alterações Fisioló-

gicas no envelhecimento; Psicomotricidade na Terceira Idade; Aspectos Psicológicos na Terceira Idade; Amor e Sexualidade- Aspectos Psicológicos/Biológicos; A poesia em questão; Estatuto do Idoso; Instituições Sociais e Inserção Comunitária; Etiqueta Social; Educação Ambiental; Leis de Proteção do Idoso; Aposentadoria- Herança; Espiritualidade; Alimentação alternativa; Turismo para a Terceira Idade; Função Social do trabalho na Terceira Idade; História do Paraná; Filosofia na Terceira Idade; Contexto geo-histórico regional; Aspectos históricos de Ponta Grossa.

São também oferecidas as disciplinas optativas que atualmente são em número de treze. Cada aluno deverá escolher no mínimo duas por semestre podendo dar continuidade na disciplina até o final do curso. Estas disciplinas de caráter optativo possibilitam ao idoso experimentar diferentes áreas artísticas e de conhecimentos, muitas vezes despertando interesses e desenvolvendo habilidades que ele mesmo desconhecia possuir.

Entre essas disciplinas optativas, estão as que se voltam para aquisição de conhecimentos e desenvolvimento intelectual como o inglês, o espanhol e informática. Entre as disciplinas que possibilitam o desenvolvimento de habilidades artísticas encontram-se a pintura em tela e o artesanato. As atividades físicas também são evidenciadas através das disciplinas de natação e hidroginástica, dança de salão, yoga, alongamento, relaxamento e atividades esportivas.

A disciplina de seresta, com o Grupo de Seresta Reviver, possui em torno de 60 integrantes. Já gra-

vou 3 CDs com músicas variadas; participa de missas de formatura, abertura de eventos científicos, festas da comunidade, cantatas natalinas em escolas, asilos, creches e shopping.

O Grupo de Seresta Reviver participa anualmente do Encontro de Corais e da Noite de Seresta organizado pela UEPG, com apresentações de muito sucesso.

O Grupo de Teatro se apresenta em escolas, creches, eventos culturais apresentando diferentes peças, inclusive no Festival Nacional de Teatro Amador (FENATA). As peças teatrais são escritas e representadas pelos próprios idosos.

O currículo da UATI é organizado de maneira interativa, conforme as opções dos próprios idosos, sendo as disciplinas teóricas de caráter obrigatório e as práticas de caráter optativo.

As disciplinas teóricas formam o primeiro ano do curso e depois, no terceiro semestre letivo é substituída pelo Estágio de Inserção Comunitária.

O Estágio realizado na UATI, constitui o último semestre letivo do Curso, no qual são programadas atividades como visitas a diversas instituições, entre elas: hospitais, asilos, creches, centros de convivência de idosos. São realizadas entrevistas para detectar as reais necessidades de cada local e depois desenvolvem-se atividades filantrópicas, assistenciais, recreativas, visando uma socialização e integração. São elaborados projetos pelos idosos sob a orientação da professora e depois eles vão a campo implementar as atividades planejadas.

As atividades desenvolvidas atualmente, assumem as características de Projetos e são as seguintes:

Resgate Cultural de brincadeiras e cantigas: é realizado um trabalho de pesquisa, em equipe, na qual resgata-se as principais cantigas de rodas e brincadeiras de infância, elaborando um álbum descritivo. Realiza-se uma apresentação demonstrativa para os próprios alunos da UATI e depois vão aos diferentes locais previamente agendados, fazendo as devidas apresentações. Todos os alunos se caracterizam conforme o personagem e realizam atividades interativas, convidando as pessoas a participarem das brincadeiras e das cantigas.

O resgate da Memória Cultural constitui uma coletânea de casos, lendas, provérbios, folclore, na qual os idosos organizam uma pasta relacionando esses aspectos e posteriormente apresentam, através de dramatizações e teatro de fantoches. A pesquisa também é o ponto inicial para o desenvolvimento dessa atividade.

Contador de Histórias: os alunos receberam orientações dos professores e em equipes, organizam uma pequena peça de teatro representando diferentes histórias infantis clássicas, com as devidas caracterizações dos personagens. Constitui uma dramatização de histórias infantis. Primeiramente apresentam para o próprio grupo de colegas e depois são distribuídos em diferentes locais para realizar as apresentações. Essa atividade é precedida de uma pesquisa sobre as histórias que quando as idosas eram crianças ouviam de suas mães e avós.

Memorial e História de Vida: Esse projeto é desenvolvido individualmente pelos alunos. Cada um relata sua história, registrando os fatos mais marcantes

ao longo da vida, com ilustrações, fotografias, cartas, poemas, enfim o que era mais significativo, registrando e elaborando um álbum. Posteriormente, é marcado um dia no qual todos apresentam a sua produção e cada um conta alguma passagem de sua vida que mais lhe foi marcante, pela tristeza ou pela alegria.

Tanto o Contador de História como o Resgate da Memória Cultural tem apresentado resultados muito bons porque muitos idosos depois de desenvolverem essas atividades gostam tanto que continuam como voluntárias e se integram em Ongs, na Liga de Combate ao Câncer, na Pastoral da Terceira Idade e na Pastoral da Criança. Assim, presencia-se o estímulo dos idosos para cada vez mais se inserirem na sociedade e desempenharem atividades de voluntariado, sentindo-se mais úteis e produtivos.

As disciplinas de atividades esportivas preparam o grupo em diferentes modalidades de esporte, sempre adaptado à faixa etária, prepara também os idosos para competições.

O grupo continuamente é convidado para participar das olimpíadas da terceira idade que acontece em Palmeira, Irati e em Ponta Grossa. São realizadas diferentes competições nas modalidades de bola ao cesto, basquete, chute ao gol, voleibol, tenis de mesa, boliche, corrida de revezamento, tria, truco, dominó, dama. Sempre os “idosos atletas” tem se saído muito bem, trazendo muitas medalhas e troféus. Considera-se importante à integração dos diferentes grupos da Terceira Idade não só da cidade mas também de outras cidades vizinhas, participando de atividades recreativas e desportivas, competições nos mais variados esportes. A

participação em eventos é sempre estimulada pela coordenação e correspondida pelos alunos.

São realizadas todas as sexta-feiras uma caminhada do idoso, no Campus Universitário, com duração em média de 1 hora, sob a coordenação de professor e da coordenadora da UATI.

Para maior entrosamento entre os 400 idosos que frequentam o Curso, existe o Grêmio da Universidade Aberta da Terceira idade (GUATI) cuja diretoria é escolhida anualmente no mês de julho, com as atribuições principais de oferecer festas anuais, a saber: Festa da Integração do Calouro, Festa do Dia das Mães, Festa Junina, Festa da Primavera ou a Fantasia e Festa de Encerramento ou Natalina. As festas são resolvidas pela diretoria do Grêmio, considerando além da temática, as atividades que serão desenvolvidas como bingo, danças e sorteios de brindes. A organização das festas ficam sob responsabilidade do Grêmio sob a orientação da coordenadora da UATI. As festas possuem o objetivo de integrar os alunos da UATI, os egressos e divulgar o Curso almejando atrair futuros alunos.

A UATI também proporciona aos seus integrantes viagens culturais. Entre as viagens realizadas pode-se citar: as viagens para Curitiba com a visita aos pontos turísticos e museus, as praias do litoral do Paraná (Caiobá, Matinhos, Guaratuba), Paranaguá, Lapa, Irati, Palmeira, Ouro Fino, Vila Velha, Joinville. Todas essas são acompanhadas pela coordenadora ou pelos professores para além de se tornar uma viagem de lazer também se constituir em um passeio para aquisição da cultura e resgate histórico de cada local.

Os alunos recebem certificado de conclusão de

curso por ocasião da formatura que acontece anualmente, em meados de julho, na qual participam autoridades universitárias e da comunidade.

No final do ano de 2006, foi comemorado os 15 anos da existência da UATI com uma grande festa, na qual foi apresentada uma retrospectiva do Curso, com apresentação dos alunos das diferentes disciplinas e o lançamento do botom comemorativo com o logotipo da UATI, resultado de um Concurso entre os idosos.

A avaliação da UATI é realizada continuamente, com os alunos, professores e coordenação. Abrange a participação, os relatórios orais e escritos dos alunos e dos responsáveis de cada conteúdo teórico ou prático, enfatizando a auto realização do aluno, sua integração ao meio sócio-cultural. As disciplinas da UATI são reformuladas conforme as necessidades e sugestões apresentadas.

A avaliação dos alunos se baseia em dois critérios: aproveitamento e freqüência. O aluno é avaliado por participação nas atividades a critério de cada professor.

Concomitantemente, a coordenadora mantém um Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq intitulado Educação Permanente de Jovens, Adultos e Idosos, no qual acadêmicos e professores semanalmente refletem sobre a questão do idoso, o processo de envelhecimento e sua problemática na realidade brasileira, buscando subsídios teóricos para constante reformulação do Curso conforme os interesses da clientela, além de instrumentalizar os docentes com o conhecimento para atuarem com essa faixa etária. Outra linha de pesquisa intitula-se Envelhe-

cimento, maturidade e velhice, também cadastrada no CNPq que acolhe pesquisadores interessados nesta temática e mantém um grupo com significativa produção científica.

Paralelamente é desenvolvido o Projeto de extensão Jornal da UATI, possibilitando a integração intergeracional. O Jornal elaborado por alunos de Jornalismo, juntamente com os idosos, apresenta notícias específicas selecionadas conforme o interesse dos idosos. Hoje registra-se o quarto ano do Jornal com edição trimestral.

Para comemorar o Dia do idoso é realizada a Tarde dos Talentos, sem fins competitivos, voltada para oportunizar a participação de todos os idosos interessados em mostrar seus talentos, seja na dança, música, representação, declamação de poesias, ou outra manifestação cultural.

Atualmente o Curso conta com 19 anos de existência com grande sucesso e a procura tem se intensificado anualmente. Hoje existem 400 alunos matriculados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança na pirâmide etária, com o aumento significativo do contingente de idosos, não deve se constituir apenas de uma preocupação da sociedade política, mas também da sociedade civil, que precisa se conscientizar do envelhecimento da população brasileira e trazer o idoso para o cenário nacional, atribuindo a esse segmento etário maior espaço e re-

conhecimento social. Os idosos constituem um segmento da população que precisa de atenção, investimento e espaço para uma vida de boa qualidade. É necessário que possibilitem a continuidade e organização em torno de seus interesses básicos.

A preocupação reside na implementação e operacionalização, pelo governo e pela sociedade civil, de políticas públicas e ações que minimizem a situação do idoso evitando um agravamento do panorama hoje pouco otimista.

A universidade, diante desse crescimento significativo do contingente de idosos, abre espaço e acolhe os idosos em diferentes projetos, cursos e programas educativos, reforçando suas funções de pesquisa e extensão.

As universidades abertas para a terceira idade cada vez mais se ampliam na sociedade brasileira, mas ainda é superficial a preocupação e real o interesse do poder político para o problema da velhice que por muitos é apenas ressaltado em campanhas eleitoreiras sendo desconsiderado ou esquecido nas políticas públicas e em intervenções práticas presentes em planos de governos. Em especial a UATI/UEPG apresenta benefícios incontestáveis aos idosos que a freqüentam, tem contribuído para o resgate da cidadania do idoso, oportunizando àqueles que a freqüentam diferentes atividades e possibilidades de melhoria na qualidade de vida, empoderamento, exercício da cidadania e autonomia para se inserir ativamente na sociedade.

Pensar na educação para idosos é pensar em instrumentos para a melhoria na qualidade de vida des-

se segmento etário. A educação ao longo da vida “deve fazer com que cada indivíduo saiba conduzir seu destino, num mundo onde a rapidez das mudanças se conjuga com o fenômeno da globalização para modificar a relação que homens e mulheres mantêm com o espaço e o tempo” (DELORS, 2001, p. 105).

“Os idosos vêm, desde as três últimas décadas do século passado, transformando-se, a cada dia, em produtivos cidadãos, atraentes consumidores e influentes leitores” (MACIEL, 2009, p.241). Hoje emerge no Brasil um outro perfil de idoso, mais ativo, participativo, valorizado, conhecedor de seus direitos e deveres como cidadão, contribuindo para o desenho de um novo paradigma de velhice do século XXI.

REFERÊNCIAS

BATISTA, A. S. et al. *Envelhecimento e dependência: desafios para a organização da proteção social*. Brasília: MPS, SPPS, 2008. Coleção Previdência Social, v. 28

CAMARANO, A. A; PASINATO, M. T.
Envelhecimento, pobreza e proteção social na América Latina. *Papeles de Población*, abril-junho, nº52, Universidad Autónoma Del Estado de México, Toluca, México, p. 9-45, 2007.

CENEVIVA, W. Estatuto do idoso, constituição e código civil: a terceira idade nas alternativas da lei. *A terceira idade*. Sesc: SP, vol 15, nº 30, maio/2004.

CASTRO, O. P. *Envelhecer: um encontro inesperado?* Sapucaí do sul: Notadez, 2001.

DELORS, J. et al. *Educação um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez/Unesco, 1999.

GADOTTI, M. *A educação contra a educação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HERÉDIA, V. B. M. A família, a educação e o envelhecimento humano: desafios para a sociedade. In: CASARA, M. B.; CORTELLETTI, I. A.; BOTH, A. *Educação e envelhecimento humano*. Caxias do Sul: EDUCS, 2006. p. 109-132.

IBGE. *Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2008*. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Rio de Janeiro, 2008.

MACIEL, D. M. Construindo e reconstruindo velhices. In: PARK, M. GROppo, L.A. *Educação e velhice*. São Paulo: Setembro, 2009.

MOODY, H. R. The new aging enterprise. *Occasional papers*. Washington, Academic Affairs, n. 4, p. 1-50. may. 2008.

MOSQUERA, J. *Vida adulta: personalidade e desenvolvimento*. Porto Alegre: Sulina, 1978.

OLIVEIRA, F. S. *A implementação do Estatuto do idoso nas áreas de saúde e educação pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa*, Ponta Grossa, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa).

OLIVEIRA, R. C. S. *Terceira Idade: do repensar dos limites aos sonhos possíveis*. Campinas: Papyrus, 1999.

_____. O processo histórico do estatuto do idoso e a inserção pedagógica na universidade aberta. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, n. 28, p. 278-286, dez. 2007.

OLIVEIRA, F. S, OLIVEIRA, R. C. S. As pessoas idosas no Brasil: contexto demográfico, político e social. In: Osório, A. R., Pinto, F. C. *As pessoas idosas: contexto social e intervenção educativa*. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

ONU. *Indicadores demográficos populacionais*. Revisão 2006.

ONU. *Indicadores demográficos populacionais*. Revisão 2008.

PALMA, L. *Educação permanente e qualidade de vida*. Passo Fundo: UPF, 2000.

PAIVA, V. *Educação permanente e capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 1985.

PARK, M.B. e GROPPPO, L.A. *Educação e velhice*. São Paulo: Setembro, 2009.

PICONEZ, S. *Educação escolar de jovens e adultos*. São Paulo: Paulinas, 2002.

PINTO. Á.V. *Sete lições de educação de adultos*. São Paulo: Cortez, 1989.

SARAIVA, I. S. *Educação de jovens e adultos: dialogando sobre aprender e ensinar*. Passo Fundo: UPF, 2004.

SKINNER. *Viva bem a velhice*. São Paulo: Summus, 1985.

TEODORO, M. UNATI/UERJ: uma proposta de educação permanente para o cidadão idoso. 2006. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Católica de Petrópolis, Rio de Janeiro, 2006.

TONI, I. M. Educação e psicologia: interações e estratégias para uma velhice bem-sucedida. In: CASARA, M. B.; CORTELLETTI, I. A.; BOTH, A. *Educação e envelhecimento humano*. Caxias do Sul: EDUCS, 2006. p. 133-150.

World Health Organization (WHO). *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

A IMPORTÂNCIA DAS UNIVERSIDADES ABERTAS E NOVOS PRINCÍPIOS PARA GERONTOLOGIA EDUCACIONAL

Celia Maria de Souza Sanches Vieira¹

Resumo. O Brasil não é mais um país de jovens, mas um país em acelerado processo de envelhecimento. Esse perfil populacional exige do Estado e da sociedade ações efetivas voltadas à garantia dos direitos fundamentais das pessoas envelhecidas. O objetivo deste trabalho é demonstrar a importância de universidades que oportunizam trabalhos com pessoas idosas. Com este intuito, apresenta-se a historicidade das pioneiras bem como os modelos e descrições de algumas universidades abertas. A pesquisa bibliográfica apresenta com mais precisão a Universidade Aberta da Terceira Idade/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UnATI/Uerj, e as atividades pedagógicas desenvolvidas nessa Instituição Pública e sua proposta filosófica, baseada na Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003, que trata do Estatuto do Idoso, e visa assegurar todas as oportunidades para a preservação da saúde física, mental, intelectual e social da pessoa idosa. O projeto está alicerçado no processo de educação permanente e continuada, levando os idosos a integrarem-se política e socialmente, ampliando conhecimentos sobre o processo de envelhecimento, tendo como princípio a valorização do indivíduo, de modo a respeitar suas experiências de vida, favorecendo sua autonomia.

Palavras-chave: Idoso, Educação Permanente, Autonomia.

¹ Coordenadora Pedagógica da Universidade Aberta da Terceira Idade/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UnATI/Uerj, Gerontóloga – Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia-SBG, Mestre em Ciências Pedagógicas – Instituto Superior de Estudos Pedagógicos-ISEP, E-mail: sanches_celia@yahoo.com.br

THE IMPORTANCE OF OPEN UNIVERSITIES AND NEW PRINCIPLES OF EDUCATIONAL GERONTOLOGY

Abstract. Brazil is no longer a young country, but a country undergoing rapid aging. This population profile requires the State and society effective actions aimed at guaranteeing the fundamental rights of individuals aged. The aim of this paper is to demonstrate the importance of universities to nurture work with older people. With this in mind, we present the historicity of the pioneers and models and descriptions of some open universities. The bibliographic research demonstrates more accurately the Open University of the Third Age / University of Rio de Janeiro - UnATI / UERJ, and educational activities developed in the Public Institution and its philosophical proposal, based on Law 10,741, 1 October 2003, which deals with the Elderly, and aims to ensure all opportunities for the preservation of physical, mental, intellectual and social elder. The project is founded on continued education and continued taking the elderly to integrate themselves socially and politically, expanding knowledge about the aging process, with the first appreciation of the individual, to respect their life experiences, and encouraging their autonomy.

Keywords: Elderly, Continuing Education, Autonomy

INTRODUÇÃO

As universidades abertas para a terceira idade são espaços dedicados à reformulação de padrões tradicionais de envelhecimento, vivenciada em ambiente de ensino, como uma experiência coletiva, no sentido de promover aumento da qualidade de vida em defesa dos direitos e interesses dos mais velhos.

Esta ação educativa privilegia a dinâmica da sociedade, que produz a renovação de valores, reciclando e atualizando culturalmente os idosos, sintonizando-os com o mundo contemporâneo e dando-lhes condições de serem capazes de influenciar a construção de um novo modo de envelhecer.

As universidades oferecem aos seus participantes a possibilidade de ampliar seus conhecimentos e círculos de amizade. Assim, passam a significar para tais grupos uma oportunidade ímpar para reencontro ou redescoberta de seu potencial, a possibilidade de se perceberem individualmente como seres humanos que devem e podem se valorizar como cidadãos ativos e participantes dos acontecimentos, em geral. Têm também como objetivo recuperar a sua autoestima, resgatando sua autoimagem e mostrando aos seus familiares, e à sociedade como um todo, sua capacidade de pensar e agir por si mesmos e, sobretudo, de lutar por seus direitos e por conquistas de novos objetivos e metas na vida (KACHAR, 2001, p. 52).

O fenômeno do envelhecimento demográfico motivou iniciativas do tipo remapeamento dessa etapa da vida humana. Atualmente, vem sendo elaborada uma proposta pedagógica, com base nos princípios de uma educação que pressupõe um olhar sobre as pessoas idosas. O objetivo é fazê-las retornar aos bancos escolares, com um conjunto de alternativas dinâmicas de autodesenvolvimento e atualização, resgatando a dignidade do idoso, reduzindo os problemas de solidão, quebrando preconceitos e estereótipos. Neste sentido, é importante que se desenvolva um planejamento que proporcione uma aprendiza-

gem que contemple atividades diferenciadas, considerando-se as diferentes fases da vida humana, na expectativa de promover uma educação mais prazerosa e efetiva, com mudanças de métodos e abordagens pedagógicas. Destaca Kachar que:

Os cursos da Universidade Aberta dizem respeito à proposta pedagógica que procura trabalhar e desenvolver esse conceito de educação permanente, voltando-se para a atualização, valores e atitudes das pessoas maduras, tanto no que diz respeito às suas atividades sociais, culturais e políticas individuais, como coletivas, incentivando o exercício da cidadania (2001, p. 51).

As universidades da terceira idade objetivam a recuperação do valor social, cultural, moral e econômico da pessoa idosa, atualizando-a, como também a promoção de uma vida útil e plena, permitindo a essas pessoas, por meio de uma educação permanente, o acompanhamento dos avanços tecnológicos e das transformações que ocorrem no mundo, hoje.

Os idosos são excluídos quando interrompem suas atividades profissionais bem como diminuem sua atividade doméstica e familiar. Com esse *status*, eles passam a ser considerados pessoas improdutivas, que são até mesmo apontadas como encargos para a sociedade. Muitas vezes o idoso chega à Universidade Aberta, desinteressado e deprimido, sentindo-se culpado por ser velho e ter perdido sua posição dentro da comunidade.

A universidade aberta contribui para reinserir o idoso no seu meio social, democratizando o acesso

aos conhecimentos culturais sem exigir apresentação de diploma, numa combinação entre a vivência e a sabedoria, auxiliando no resgate da dignidade e na redução dos problemas de solidão, e promovendo aos alunos uma convivência melhor com o mundo onde eles vivem.

2 PROGRAMAS PIONEIROS IMPLEMENTADOS PARA A TERCEIRA IDADE

Os Programas para a Terceira Idade se constituem em exemplos privilegiados para demonstrar que a experiência de envelhecimento pode ser vivida de maneiras distintas.

Alguns programas para idosos foram implementados na década de 1960 na França, e somente nos anos 90 eles se disseminaram pelas cidades brasileiras. Conselhos e Comissões foram criados para orientar a administração pública, com propostas de medidas para melhorar a qualidade de vida da população idosa, mesmo em municípios muito pobres e onde a população com 60 anos ou mais era relativamente pequena.

Três organizações foram pioneiras nessa área no Brasil: a LBA (Legião Brasileira de Assistência), o Sesc (Serviço Social do Comércio), e as universidades católicas, como é o caso da PUCCAMP; os programas hoje estão presentes em várias universidades públicas, nas diferentes regiões do país.

Os três programas eram abertos a todos os idosos, mas mobilizavam, sobretudo, setores de classes populares – caso da LBA –, sendo que no Sesc e nas

universidades a maior demanda é para as classes médias e altas. Portanto, não se pode afirmar que a participação nestes programas seja exclusiva de grupos com situação privilegiada, do ponto de vista econômico. “A LBA, extinta em 1995, trabalhou oferecendo atividades físicas, artísticas, socioculturais e de lazer” (CACHIONI, 2003, p. 52).

Nos programas para a terceira idade, a participação masculina raramente ultrapassa os 20%, de forma que existe a tendência de se acreditar que no Brasil esta é uma experiência essencialmente feminina.

O sucesso destes programas se evidencia na produção de uma nova sensibilidade na relação entre as pessoas envolvidas, tanto na reconstrução de sua identidade, como também na participação com entusiasmo e satisfação nos bailes, excursões, atividades físicas e outras propostas.

A primeira universidade da terceira idade foi criada em Toulouse, na França, em 1973, pelo professor Pierre Vellas. Esta universidade iniciou suas atividades da terceira idade junto a gerações jovens. Segundo Frutuoso (1999: 61), o programa era aberto a músicos da atualidade e sempre havia jovens nas salas dos idosos. A Universidade da Terceira Idade de Toulouse objetivou ação em favor do envelhecimento pela atualização de conhecimentos e proporcionando a interação social dos idosos.

No final da década de 1970, o sucesso da universidade de Toulouse incentivou a criação de mais 20 universidades da terceira idade em outras cidades da França, além de Bélgica e Suíça. As exigências foram surgindo nessas instituições, as matérias eram ofe-

recidas para indivíduos com idades e formação acadêmicas diferentes, motivando a troca de saberes e ideias dos idosos com os da nova geração.

Na Bélgica, esta modalidade de universidade contempla uma ligação da terceira com a quarta idade, constituída de pessoas acima de 80 anos, aceitas em qualquer de seus cursos.

No Brasil, as universidades da terceira idade começaram a se expandir na década de 1990. Em São Paulo, segundo Frutuoso, existem universidades que desenvolvem ações diretas ou indiretas, orientadas segundo proposta de Vellas, o criador da universidade da terceira idade na França.

Na universidade, as primeiras ações foram no âmbito da extensão universitária, na área gerontológica, e datam do início da década de 1980. Nessa modalidade de ação, em 1982 foi fundado o NETI, Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina, que dava ênfase à realização de estudos e à divulgação de conhecimentos gerontológicos (Guedes e Vahl, *apud* CACHIONI, 2003, p. 52-53).

No Rio de Janeiro, temos diversas universidades particulares com o trabalho da terceira idade; mas a UnATI/Uerj foi a primeira universidade estadual a desenvolver atividades com este segmento.

A Universidade da Terceira Idade da PUCCAMP - Pontifícia Universidade Católica de Campinas foi criada em 1990, com organização de atividades em dois níveis e de oito módulos interdisciplinares, com inscrições aceitas a partir de 45 anos de idade.

Em São Paulo, a UATI/PUC/SP, Universidade

Aberta da Terceira Idade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, foi fundada em 1991, ministrando cursos de três semestres de atualização, com carga horária de 90 horas cada, com idade mínima para inscrição de 45 anos.

Em 1993, foi inaugurada a primeira Universidade Estadual da Terceira Idade em São Paulo, na USP, oferecendo vagas em cursos regulares de graduação nas unidades acadêmicas, preferencialmente na de Comunicação e Artes, e outras atividades especialmente dirigidas aos idosos, com idade mínima de 60 anos para inscrição.

Na Bahia, duas universidades da terceira idade foram criadas. Uma em 1992, na Universidade Católica de Salvador, organizada pela Escola de Serviço Social, com exigência mínima de 45 anos para inscrição, com currículo modular integrador e interdisciplinar. Outra foi criada em 1993 a UATI – Universidade Aberta da Terceira Idade, na Universidade Estadual de Feira de Santana, com programação em três ciclos, interdisciplinar em ciclo básico e atividades culturais e recreativas, com a mesma exigência de idade para inscrição nas atividades.

Em 1992, a UCG - Universidade Católica de Goiás criou a UNATI, Universidade da Terceira Idade, oferecendo cursos em dois semestres. Ao término, o ex-aluno estará apto a participar da Oficina de Convivência, ou, como ouvinte, de disciplinas isoladas da graduação. O público-alvo é composto de pessoas com idade acima de 50 anos.

A Universidade Federal de Santa Catarina iniciou suas atividades relativas à terceira idade em 1982,

com o Neti - Núcleo de Estudos da Terceira Idade, com cursos para monitores (capacitação de pessoas para trabalhar com idosos), cursos de relacionamento entre avós e netos, cursos de contadores de histórias, entre outros. O Núcleo contempla a pesquisa e o intercâmbio com instituições públicas e privadas para ampliação de conhecimentos e formação de pessoal, com foco na promoção de projetos para idosos com idade acima de 50 anos.

No Ceará, a Universidade sem Fronteiras, organizada pela Universidade Estadual do Ceará, começou a trabalhar com atividades para a terceira idade em 1988, resultado de uma pesquisa que gerou uma série de atividades de extensão, como cursos e seminários para técnicos dos diversos programas sobre idosos, ciclos de estudos e outros.

O Creati, Centro Regional de Estudos e Atividades para Terceira Idade, criado em 1991 pela UPF, Universidade de Passo Fundo, iniciou com cursos e oficinas para a terceira idade nos campi universitários. Expandiu-se em 60 prefeituras, com envolvimento de várias escolas com atividades intergeracionais, inserção ou reinserção social dos mais velhos. Inclui também o Curso de Especialização em Gerontologia, oferecido para aprimoramento de profissionais na área do envelhecimento.

Em 1995 surgiu o Seami, o projeto de Serviços, Estudos e Atividades na Meia-Idade desenvolvido pela Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, oferecendo palestras semanais na parte da tarde, filmes, esportes e outros.

A UNITI é uma Universidade da Terceira Idade da

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que iniciou suas atividades no segundo semestre de 1990, para pessoas maiores de 50 anos, com temática sociocultural e promovendo o trabalho voluntário.

A UNA, Universidade Aberta da Terceira Idade de Araçatuba, em São Paulo, foi inaugurada em 1997, em parceria com a UNESP - Universidade Estadual de São Paulo. Os alunos idosos criaram um diretório acadêmico e implantaram o Museu do Som com colaboração da Prefeitura de Araçatuba.

A UMI - Universidade da Melhor Idade foi criada em 1998 pela Coordenadoria de Cultura e Lazer da Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Algumas oficinas oferecidas para os idosos são realizadas pelos acadêmicos da instituição, objetivando um bom relacionamento intergeracional.

No Rio de Janeiro, no segundo semestre de 1992, com iniciativa privada, a Universidade Gama Filho criou sua Universidade Aberta à Terceira Idade, a UnATI/Gama Filho. Oferecia aos alunos participação como ouvintes nas disciplinas oferecidas na graduação, principalmente no curso de Serviço Social, nas disciplinas de Pesquisa e Trabalho Social, e atividades no Grupo de Convivência. A idade mínima permitida para participação é de 45 anos. Esses encontros possibilitam a integração planejada de seus integrantes, como também encontros intergeracionais.

A FaCE foi criada em 1992 pelo Instituto Metodista Bennett. Esta universidade da terceira idade não exige idade mínima – os alunos oscilam de 50 a 60 anos de idade –, não impede que pessoas mais jovens

frequentem as aulas, e os cursos básicos exigem que os alunos sejam alfabetizados.

Em 1993, no primeiro semestre, a universidade da terceira idade das Faculdades Integradas Hélio Alonso – Facha iniciou suas atividades contemplando seis áreas: Comunicação, Direito e Cidadania, Saúde e Meio Ambiente, Economia e Finanças, Cultura e Lazer, e Tecnologias Modernas, para pessoas maiores de 45 anos.

A Universidade Aberta para a Terceira Idade da Universidade Veiga de Almeida – UVA foi inaugurada em 1993, com duração de um semestre cada módulo, com seminários e excursões culturais. Para participar dos cursos, o aluno deve ter mais de 50 anos.

A Universidade Castelo Branco - UCB, Rio de Janeiro, iniciou suas atividades no segundo semestre de 1994, construindo um Centro de Atualização para a Terceira Idade. Em 1995, transformou-se em uma universidade da terceira idade, com oficinas de teatro, da saúde, do corpo, hidroginástica e outras atividades.

Existem hoje mais de 1200 universidades da terceira idade no mundo (Swindell, Thompson e Neri *apud* PALMA, 2000, p. 59).

O crescimento numérico das universidades da terceira idade gerou dois significativos modelos de programas de universidades, que foram adotados por vários países. Iniciou-se com o modelo francês e, logo após, o inglês.

O modelo francês é o programa original, que tem suas bases no sistema tradicional universitário, que sofreu alterações à medida que a clientela se tornou

heterogênea. Este programa passou a atender a aposentados precoces, donas de casa, desempregados e outras pessoas com desvantagens educacionais. Em geral, são abertos e disponíveis a diferentes cursos universitários, oficinas de trabalhos, excursões e programas de saúde, mas principalmente com conteúdos das áreas de humanas e artes.

O modelo inglês nasceu em Cambridge, em 1981, com características bastante diferentes do modelo francês. Os participantes do programa podem atuar como professor ou aluno, o importante é que tenham a possibilidade de atuar na pesquisa. O objetivo principal é o de autoajuda. Os alunos idosos não precisam pagar a universidade se o professor for mais jovem; em caso contrário, o idoso terá que pagar as mensalidades. Além dos próprios idosos, profissionais e não profissionais são envolvidos no programa. Os benefícios desse modelo: o baixo custo para a sua clientela; o acesso facilitado em vários locais – como prefeituras, bibliotecas, centros comunitários, escolas, domicílios –, horários, currículos e metodologias bem flexíveis, ampla oferta e nenhuma restrição acadêmica para o ingresso.

Brasil, Espanha, Alemanha, Suíça, Itália e outros países seguem o programa do modelo francês, o original, e assemelham-se por estarem ligados às universidades. Foi na Suíça, Universidade de Genebra, que o movimento das UNII-3 da América Latina buscou sua inspiração, especialmente numa universidade aberta, de caráter intergeracional, com base nos princípios de uma educação permanente não formal de adultos.

Nos Estados Unidos e no Canadá, existem mais de 180 programas relacionados à terceira idade e a aposentados. Neles a maioria dos professores são voluntários e suas propostas assemelham-se às dos modelos inglês e francês.

Os cursos de extensão para terceira idade, no ano 2000, já atingiam o patamar dos 140, representando uma conquista educacional sem precedentes e muitos dos seus aspectos, talvez, sirvam de parâmetro para mudança na própria estrutura e funcionamento da universidade tradicional (KACHAR, 2001, p. 55).

3 A HISTORICIDADE DA UNIVERSIDADE ABERTA DA TERCEIRA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNATI/UERJ

Américo Piquet Carneiro foi um médico e professor do Hospital Universitário Pedro Ernesto/Uerj - Hupe, e o responsável pela formação do embrião da Universidade Aberta da Terceira Idade. Foi bastante significativa a sua sensibilidade e visão geral sobre a variedade das formas de conceder e de viver o envelhecimento, participando ativamente nos assuntos e decisões que envolviam a temática de prolongamento da vida do ser humano com qualidade.

No Hupe, este professor reunia semanalmente grupos de profissionais interessados nas questões do envelhecimento, incluindo professores convidados de outras instituições, que participavam também destes encontros. Esta troca de experiências com profissionais e instituições gerou o projeto Núcleo de Atenção

ao Idoso no Hupe, conhecido como “NAI”, que objetivava atendimento integral à saúde do idoso, num processo para o aprimoramento da qualidade de vida.

O NAI foi o embrião para o nascimento da primeira universidade pública estadual para a terceira idade no Rio de Janeiro, a UnATI/Uerj, que iniciou suas atividades no segundo semestre do ano letivo em 25 de agosto de 1993. Ela hoje é uma instituição social que vem promovendo cursos, atendimento e pesquisa para sua comunidade do Maracanã e adjacências, durante seus 17 anos de história e trabalhos sociais e comunitários para a clientela da terceira idade.

A UnATI/Uerj, atualmente, dispõe de 700 m², no 10º andar, do espaço da Uerj, no bairro do Maracanã, no Rio de Janeiro. Entretanto, este espaço físico ainda é reduzido, face à diversidade de cursos oferecidos à clientela. São usados também outros espaços da Universidade, oficializados por meio de documentação legal de comprometimento do espaço físico nos Institutos, setores etc., úteis à iniciativa, utilizando-se, desta maneira, também outros andares da Uerj.

A UnATI tem por objetivo principal contribuir para a melhoria dos níveis de saúde física, mental e social de homens e mulheres, com idade a partir de 60 anos.

Destaca-se que, ao ser inaugurada, a UnATI/Uerj começou oferecendo 21 atividades, desenvolvidas em forma de cursos, seminários, palestras, workshops, visitas e festividades, oferecidas à população idosa. Ficou estabelecido que estas atividades, inclusive os cursos, seriam agendadas semestralmente. Na inscrição obteve-se um número aproximado de 431 ido-

so matriculados nos cursos oferecidos. Estes cursos não eram divididos por áreas temáticas, sua atuação começava no processo ensino-aprendizagem, iniciando a própria prática pela vivência profissional do educador. A experiência com trabalho gerontológico, em 1995, começava a ser vivenciada e experimentada pelos professores, utilizando uma ação pedagógica inovadora, com organização da programação dos cursos livres, em sete áreas temáticas, desenvolvendo novas habilidades e obtendo um total de 2.142 alunos matriculados. A instituição ampliava seu quadro de professores contratados, bolsistas, voluntários, professores e coordenadores na Uerj. Estes profissionais da educação começavam a produzir conhecimentos que aceleravam, basicamente, a produção de trabalhos desenvolvidos na UnATI.

A coordenação pedagógica, juntamente com estagiários de pedagogia, condensou estas sete áreas em quatro, com objetivo de qualificar e adequar estas atividades, com acompanhamento constante, permanente e sistemático do desenvolvimento deste processo. São estas as áreas:

- **Educação para Saúde:** nesta área verifica-se o desenvolvimento da promoção da saúde do idoso. Para tal, os cursos desta área trabalham o aprimoramento do corpo, da movimentação, das articulações; a melhora da postura física; a respiração; a relação e influência do corpo na mente e vice-versa, a nutrição, a prevenção e a detecção de distúrbios cognitivos. As atividades proporcionam a melhora no equilíbrio,

na habilidade e na agilidade, permitindo maior independência ao idoso, bem como o aumento da resistência orgânica, possibilitando maior qualidade de vida;

- **Arte e Cultura:** como característica comum, os cursos classificados nesta área apresentam a utilização de técnicas que envolvem a dança, o canto, a interpretação, a expressão corporal e a técnica vocal. Eles objetivam desenvolver, despertar e expandir a criatividade popular, a saúde física e mental, a autoconfiança e a comunicação, proporcionando uma vida mais dinâmica e produtiva, onde o idoso amplia sua capacidade de observação e crítica. Pode-se dizer que estas atividades desenvolvem diferentes habilidades manuais e intelectuais, transmitindo valores e conceitos da nossa sociedade, bem como a participação na construção da cultura;
- **Conhecimentos Gerais e Línguas Estrangeiras:** os cursos desta área têm como objetivo aprimorar o aprendizado em diversificados conhecimentos. Eles exercitam a capacidade de crítica no aluno idoso, o exercício da leitura e escrita, sua importância no cotidiano e no contexto social, possibilitando o desenvolvimento do raciocínio lógico, reflexivo, discursivo e sua capacidade de conviver em grupo. Esta área favorece o relacionamento interpessoal e o crescimento do indivíduo, tornando mais abrangente sua capacidade intelectual e social;

Conhecimentos Específicos sobre a Terceira Idade: como característica comum, essas atividades apresentam o aprimoramento dos aspectos biológicos, psicológicos e culturais, promovendo a discussão, elaboração e reflexão sobre o processo do envelhecimento, a cidadania e a troca de experiências de vida entre eles. Possibilitam ampliar o conhecimento, a afetividade e a divulgação de informações que esclarecem os direitos e suas garantias perante as políticas públicas.

Pensar consiste em coordenar essas estruturas umas com as outras de tal modo que elas possam se formar umas às outras. O pensador nesse mundo é um meio especial que pode produzir coordenação entre muitos meios estruturados, alguns internos, outros externos, alguns corporificados em artefatos, alguns em idéias, e alguns em relações sociais. (Hutchins *apud* DANIELS, 2003, p.39)

O projeto da UnATI/Uerj foi estabelecido por um conjunto de metas para ações em três áreas, distintas e interligadas, de Ensino, Pesquisa e Extensão, constituindo desta forma uma microuniversidade, envolvendo questões inerentes ao envelhecimento. Este projeto apresenta um conjunto de metas, segundo estabelece o documento Uerj (2002, p. 5), que são as seguintes: promover estudos, debates, pesquisas e assistência à população idosa do Estado do Rio de Janeiro; assessorar órgãos governamentais na formulação de políticas específicas para o grupo etário de mais de 60 anos; prestar consultorias e serviços a órgãos governamentais e não governamentais em assuntos que envolvam

a terceira idade; contribuir para a elevação dos níveis de saúde física e mental de pessoas idosas, utilizando os recursos e alternativas existentes na Universidade; promover cursos para idosos, visando atualizar seus conhecimentos e integrando-os à sociedade contemporânea; prestar assistência à saúde, jurídica e física *lato sensu* à população idosa; oferecer à população idosa uma unidade de excelência, fazendo da UnATI uma instituição de saúde pública e, igualmente, de socioterapia, serviços comunitários, pesquisas e ações gerontológicas de um modo geral; capacitar profissionais de várias áreas de conhecimento a lidar com os problemas da população idosa; promover análises comparativas entre os estudos sobre terceira idade, realizados no Brasil e nos diferentes países; realizar seminários, publicações, documentos e quaisquer outras modalidades que tornem públicas as informações e os estudos desenvolvidos pela UnATI.

Considerando seu tripé de atuação, sustentado pelos eixos ensino, pesquisa e extensão, destacam-se, a seguir, as seguintes coordenações:

- Ensino: consiste em uma equipe multidisciplinar responsável pela coordenação pedagógica, de eventos e também pela assessoria de comunicação;
- Pesquisa: desenvolve atividades envolvidas na questão do envelhecimento, identificando desenvolvimento histórico, oportunizando pessoas afins na pesquisa de trabalhos em monografias, teses e livros; e
- Extensão: proporciona diversificados cur-

tos para professores, funcionários e estagiários. Está centrada em projetos e atividades vinculados aos ambulatórios, atividades multidisciplinares, envolvendo também projetos direcionados à unidade de ensino da Uerj, e treinamento de acadêmicos, que irão atuar com a população idosa.

A universidade é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada (CHAUÍ, 2001, p. 35).

Todas as sociedades humanas encaram tarefas cognitivas que estão além das capacidades de qualquer membro individual. Até mesmo a mais simples cultura contém mais informação do que a que poderia ser aprendida por qualquer indivíduo durante toda a sua vida, de modo que as tarefas de aprendizagem, memorização e transmissão de conhecimento são inevitavelmente distribuídas. A execução de tarefas cognitivas que excedem as habilidades individuais é sempre moldada por uma organização social de cognição distribuída (Hutchins, *apud* DANIELS, 2003, p.95)

3.1 COORDENAÇÃO DE PROJETOS DE ENSINO UNATI/UERJ

Coordena ações e projetos educacionais, desenvolve ações de capacitação continuada, direcionadas aos alunos de graduação e pós-graduação, na promoção de estágio curricular. A Coordenação de Pro-

jetos de Ensino tem desempenhado suas atividades em dois segmentos.

No primeiro segmento, oferece diversificados cursos livres para alunos com idade mínima de 60 anos, com a intenção de atualizar seus conhecimentos, tornando-os participativos da sociedade como cidadãos da terceira idade, numa perspectiva de uma educação permanente. As atividades dos cursos livres têm acompanhamento pedagógico, com finalidade não apenas de ampliação das atividades mas, sobretudo, de promoção da qualidade do produto ofertado à clientela. Os idosos podem se inscrever em até três cursos, anualmente, possibilitando desta maneira, a oferta de mais vagas para a comunidade idosa externa, e evitando a possibilidade de evasão nas atividades oferecidas.

O corpo docente é responsável por ministrar cursos livres da UnATI. É composto por equipe multidisciplinar, destinada a desenvolver um ensino sobre qualidade de vida, gerando troca de conhecimentos, numa educação em construção e reconstrução de saberes, de formas substanciais para todos os envolvidos.

O produto final das atividades realizadas com os idosos dá substrato à produção cultural, gerando livros de poesias, memórias de bairros da cidade do Rio de Janeiro, e outros, incentivando estes alunos à produção de conhecimentos e valores deste desenvolvimento social, formando cidadãos politicamente conscientes e valorizados.

O segundo segmento dessa Coordenação tem como base a capacitação de recursos humanos, mais especificamente de alunos da graduação e pós-gra-

duação, dos vários cursos da Uerj, interessados em estágios na UnATI/Uerj. Esta atividade é realizada em parceria com a Extensão, que proporciona treinamento inicial aos estagiários, bolsistas e residentes, com acompanhamento desse processo ao longo de sua permanência na Instituição.

A capacitação, voltada para os profissionais da UnATI, conta com as parcerias de Pesquisa e Extensão, através de grupo de estudos, palestras, workshops e apresentação dos trabalhos desenvolvidos.

O Centro de Convivência é composto por três vertentes de trabalho: Coordenação Pedagógica, de Eventos e Assessoria de Comunicação Social. Atualmente há um coordenador responsável por cada uma dessas vertentes e todos trabalham em equipe.

A Coordenação Pedagógica analisa os currículos e programas durante o semestre, planejando estratégias para a educação permanente da terceira idade. É importante o conhecimento global dos problemas relativos ao envelhecimento, as peculiaridades do homem e da mulher que chega à terceira idade, proporcionando a este idoso uma visão crítica e construtiva, objetivando a elevação da sua autoestima. No ato da matrícula, os idosos recebem as orientações necessárias para escolha dos cursos livres e os procedimentos necessários para sua efetivação.

Esta Coordenação é composta por uma pedagoga, estagiários do Cetreina (programa de estágios e bolsas, coordenado pela Sub-Reitoria de Graduação - SR-1), e outros de extensão (o programa **Bolsas de Extensão** é mantido com recursos próprios da Universidade e tem por objetivo contribuir para a forma-

ção dos acadêmicos), que colaboram nos projetos pedagógicos. Esta coordenação supervisiona e orienta também estagiários que necessitam de carga horária, são alunos da Uerj, e que estão terminando o Curso de Pedagogia, Psicologia que tem o propósito de se especializar nas atividades pedagógicas e de promover e ativar projetos educacionais.

A Coordenação de Eventos responde pela organização dos programas de workshops, palestras, seminários e festividades para os alunos, professores e comunidade, supervisionando estagiárias de letras que auxilia neste projeto.

Assessoria de comunicação tem a responsabilidade por toda atividade de divulgação da programação e administração das informações internas e externas da UnATI, contando com estagiários que colaboram nos projetos da assessoria.

A UnATI desenvolve aglutinação de diversificados conhecimentos, através de atuação pluridisciplinar, dando consistência, assim, a esses saberes de variados segmentos, em uma prática transdisciplinar, objetivando a valorização e a perpetuação destes cidadãos, com foco em seu viver pleno, com dignidade e qualidade.

Uma reflexão sobre a questão da educação, no contexto aqui exposto, é mencionada por Libâneo, quando afirma que:

Para que o processo educativo se efetive, são necessários uma teoria e um conjunto de objetivos e meios formativos, encaminhados à formação humana. Conforme a concepção histórico-social de

educação, as atividades educativas ocorrem em condições históricas e sociais determinadas que estabeleçam limites às possibilidades objetivas de humanização. Desde modo, as finalidades e meios da educação subordinam-se às estruturas e à dinâmica das relações entre classes e grupos sociais. A prática educativa encaminha-se, pois, a objetivos distintos, conforme interesses explicitados pelos seus agentes sociais. A Pedagogia assume, precisamente, essa tarefa de orientar a prática educativa de modo consciente, intencional, sistemático, para finalidades sociais e políticas cunhadas a parte de interesses concretos no seio da práxis social, ou seja, de acordo com exigências concretas postas à humanização num determinado contexto histórico-social (2000, p. 142)

Conforme a citação, o processo educativo poderá obter resultado positivo quando todos os objetivos propostos encaminharem adequadamente bem, principalmente na formação de recursos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que nas universidades abertas da terceira idade, predomina um número grande de mulheres, como se aquelas tivessem sido planejadas para estas, com total de 80%, e o restante são homens que vão chegando de “mansinho”, deixando um pouco do machismo de lado, ao se permitirem aprender, dentre outras habilidades, pintura em tela, que muitos definem como atividade feminina. Enquanto os *homens ficam indecisos* quanto à participação nas atividades, as *mulheres vão se inscrevendo em muitos cur-*

sos, participando efetivamente de várias iniciativas, passeios, palestras, workshops.

Outro fato observado nas universidades indica que uma parcela considerável destas *mulheres são viúvas*. Como as mulheres normalmente se casam com homens mais maduros que elas, e possuem uma expectativa de vida superior à dos homens (em média oito anos a mais, dado apontado pelo IBGE), comprovava-se um maior índice de alunas viúvas nestas instituições de ensino. No passado, as mulheres continuavam viúvas até a morte, enquanto os homens se casavam rapidamente; porém, hoje em dia, as mulheres idosas estão encontrando sua segunda “carametade” nas escolas, onde namoram, amam, vivendo sua vida com muito mais opções do que em décadas passadas. Normalmente, com a pensão deixada pelo primeiro marido, já não há mais tanto constrangimento em casar outras vezes, mesmo com a idade acima de 60 anos.

De certa maneira, a maioria destas mulheres, ao procurar resgatar este tempo perdido, busca a *felicidade, tanto no estudo, quanto na vida amorosa*, com ou sem parceiro. A percepção é que, ficar “livre” para elas passa a ser naquele momento, a melhor opção de suas vidas e, assim, elas têm mais oportunidades de aproveitar todos os lazeres oferecidos pelas instituições da terceira idade.

Existe uma necessidade natural de interação dos idosos com pessoas da mesma idade e esse contato é essencial para sua saúde física e mental. Porém, o que na realidade acontece é que a maioria dos amigos de sua convivência, geralmente, já morreu, ou-

tros se mudaram ou viajaram para locais de difícil acesso. Normalmente, este idoso, dentro de casa, repetirá aos filhos e netos, as histórias passadas em sua vida, tornando-as mais enfeitadas, mais bonitas até do que na realidade aconteceram. Entretanto, é fato que os parentes, normalmente, passam a reclamar, comentando que “já escutaram mais de mil vezes as mesmas histórias”, deixando-o sem alternativas de convívio, tristes e sem expressão perante a família.

A educação gerontológica tem uma contribuição fundamental a dar no contexto atual e mais abrangente da educação, especial na mudança em relação à escola. Isto se dá em razão de sua própria natureza, uma vez que está voltada para a promoção da qualidade de vida e da longevidade, tornando-se um imperativo de sobrevivência. Além disso, abarca o homem na sua totalidade e em seu desenvolvimento, bem como o envelhecimento enquanto processo, sendo fundamental para a formação da identidade. (PY, 2006, p. 310).

Este idoso, ao entrar na universidade, adquire novas perspectivas de vida, passa a ter um “espaço” para se atualizar e assimilar outras histórias para contar; ele viaja e amplia seu mundo vivencial e, assim, aumenta sua autoestima e suas habilidades de viver coletivamente. Conclui-se que – ainda mais nesse novo contexto oferecido pelas universidades da terceira idade – *o contato que o idoso estabelece com pessoas de outras gerações beneficia tanto a ele quanto aos mais jovens*, pela troca de saberes, por

aprenderem, juntos, as experiências vividas.

As universidades da terceira idade tiveram seu início na década de 1970, na França, na Universidade de Toulouse, apesar de alguns trabalhos com idosos terem sido registrados na década de 1960. No Brasil, o Sesc, a LBA e a PUCCAMP foram os pioneiros no desenvolvimento de atividades exclusivas para idosos. Estes primeiros trabalhos influenciaram muito na evolução dos futuros planejamentos didático-pedagógicos adotados pelas universidades da terceira idade existentes no país.

Neste texto destaca-se brevemente a atuação de algumas universidades brasileiras e internacionais para a terceira idade e seus benefícios, finalizando com uma análise mais detalhada sobre a primeira universidade pública no Rio de Janeiro, que oferece programas para Terceira Idade, a *UnATI, Universidade Aberta da Terceira Idade*, há 17 anos. Esta instituição *oferece atualmente diversificadas atividades* para pessoas com idade acima de 60 anos, cumprindo o Estatuto do Idoso. O professor Piquet Carneiro foi o precursor deste trabalho brilhante e o atual Diretor da UnATI, professor Renato Veras, vem dando prosseguimento a esse trabalho, com uma repercussão grandiosa no Brasil e no exterior, pela excelência de seus resultados.

Na profissão de pedagoga, a autora, ao longo destes anos na UnATI/Uerj, vem coordenando e desenvolvendo um trabalho pedagógico para a clientela da terceira idade, com finalidade de aprimorar o intelecto, a autoestima, e a ressocialização do aluno. Nestas tarefas o professor e o estagiário exercem um papel

fundamental como alavanca do projeto pedagógico. A metodologia deste projeto aponta para o objetivo único de promover qualidade de vida para os idosos, possibilitando uma forma de ampliação dos conhecimentos que proporciona uma formação permanente e especializada para a terceira idade.

Afirma-se que a *educação deste idoso só será adequada numa visão pedagógica*, em que cada profissional, no seu campo de atuação, possa desenvolver suas atividades, *de acordo com seu perfil de especialização*. Infelizmente, ainda acontece e é observado em ambientes profissionais de conhecimento da autora, que especialistas de áreas não compatíveis com Pedagogia, continuam assumindo a responsabilidade pelo trabalho pedagógico em instituições de ensino dessa natureza.

REFERÊNCIAS

- BOTH, Agostinho. *Gerontologia: educação e longevidade*. Passo Fundo, RS: Imperial, 1999.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. *Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000*. Rio de Janeiro: IBGE. Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- CACHIONI, Meire. *Quem educa os idosos?: um estudo sobre professores de Universidades da Terceira Idade*. Campinas, SP: Alínea, 2003.
- COLLET, Heloisa Gouvea. *Educação permanente: uma abordagem metodológica*. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 1976.
- DANIELS, Harry. *Vygotsky e a Pedagogia*. São Paulo: Loyola, 2003.
- DEBERT, Guita Grin. Gênero e Envelhecimento: Os Programas para a Terceira Idade e o Movimento dos Aposentados. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p. 33-51, 1994.
- FRUTUOSO, Dina. *A terceira idade na universidade: relacionamento entre gerações no terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 1999.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e cultura política*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época, 71).

GORDILHO, A. *et al.* *Desafios a serem enfrentados no terceiro milênio pelo setor saúde nas políticas de cuidado integral ao idoso.* Rio de Janeiro: UnATI, Uerj, 2000.

HADDAD, Eneida G. de Macedo. *O direito à velhice: os aposentados e a previdência social.* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KACHAR, Vitoria. *Longevidade: um novo desafio para educação,* São Paulo: Cortez, 2001.

KNECHTEL, Maria do Rosário. *Educação permanente: da reunificação alemã a reflexões e práticas no Brasil.* 3. ed. Curitiba: UFPR, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos: para quê?* São Paulo: Cortez, 2002.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DA SAÚDE. *Envelhecimento: mitos na berlinda.* {S. 1.}: OMS, 1999.

PALMA, Lucia Terezinha Saccomori. *Educação permanente e qualidade de vida: indicativo para uma velhice bem-sucedida.* Passo Fundo, RS: UPF, 2000.

PY, Lygia *et al.* *Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais.* 2 ed. Holambra, SP: Editora Setembro, 2006.

STANO, Rita de Cássia M. T. *Identidade do professor no envelhecimento.* São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, 87).

UERJ. *Conhecendo a UnATI: Universidade Aberta da Terceira Idade.* Rio de Janeiro: NAPE/DEPEXT/SR3, 2002.

VERAS, Renato P. *Terceira idade: gestão contemporânea em saúde*. Rio de Janeiro: Dumará, UnATI/Uerj, 2002.

_____. *Terceira idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro*. Rio de Janeiro: Dumará, UnATI/Uerj, 2002.

VELHICE E EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: UM IMPERATIVO PARA UM CONVÍVIO MAIS HUMANO

Raimunda Silva d' Alencar¹

Resumo. Embora já superada a falsa idéia de que velhice e educação não traduz uma relação adequada, a experiência de educação desenvolvida na Universidade Estadual de Santa Cruz, há doze anos, continua enfrentando desafios importantes, em especial pelo pouco envolvimento de docentes para uma contribuição efetiva nas atividades desenvolvidas, situação que acarreta desgaste para quem coordena. A proposta deste artigo é refletir sobre a trajetória dessa experiência, que vem oferecendo oportunidades às pessoas idosas do entorno da Universidade enquanto espaço de construção de saberes. Essas oportunidades tem contribuído para melhorar o nível de conhecimento e informações, valorizar e elevar a auto-estima, colaborando efetivamente com a melhoria da qualidade de vida desse segmento.

Palavras-chave: educação de idosos – universidade aberta – velhice

AGING AND EDUCATION THROUGH LIFE: AN IMPERATIVE FOR HUMANE CONVIVIALITY

Abstract. Although the idea that old age and education does not reflect an appropriate relationship is long overcome, the

¹ Profa. Assistente da UESC/DFCH. Coordenadora do Núcleo de Estudos do Envelhecimento. Ilhéus, Bahia (r_alencar2@yahoo.com.br)

experience of elderly education developed at the University of Santa Cruz for the last twelve years continues to face significant challenges, especially with the limited number of teachers involved on effective contribution in activities, a situation discourage the coordinators. The purpose of this paper is to discuss this experience and how this project has provided opportunities for older people in the University surroundings and how they see it as an area of building knowledge. These opportunities have contributed to improve the level of knowledge and information, to enhance and raise self-esteem, contributing for the quality of life of elderly.

Keywords: education for older people - Open University - old age

INTRODUÇÃO

Apostando em um novo sistema de formação continuada, as universidades abriram definitivamente as suas estruturas para um dos segmentos mais visíveis atualmente, o idoso brasileiro. Basta que se considere, nos últimos dez anos, os encontros, congressos, seminários, fóruns, sobre velhice e envelhecimento ou temas a eles vinculados, cada vez mais crescentes.

Nesses eventos, tem sido possível constatar o incremento de cursos e pesquisas voltadas para maiores de cinquenta anos, traduzindo uma proposta de inovação das universidades ao crescente segmento idoso da população, bem como o avanço e aprofundamento de estudos buscando responder às múltiplas expectativas demandadas por essa emergente e heterogênea velhice.

Essas mudanças, relevantes não apenas no campo demográfico, estimuladas por melhorias das con-

dições de vida da população, ampliam-se para a solidariedade, estimuladas hoje por um Estado com necessidades de reduzir custos financeiros públicos, passa pelo desenvolvimento de serviços sociais direcionados aos idosos, chegando às mudanças nos meios de comunicação e nas leis que, movidas pela visibilidade da velhice, imprimem novas imagens e reclamam melhorias nas condições sanitárias, de segurança, de acesso à educação e à cultura.

O idoso nas universidades tem representado um grande desafio, seja porque questiona o modelo ensino-aprendizagem orientado basicamente para créditos, diplomas, certificados, seja pela preocupação com a formação dos profissionais da educação, cada vez mais exigidos em competência, seja pela necessidade de reflexão em torno da revisão da educação mesma que, como outros territórios sociais, vive incertezas, desafios, contradições mas, principalmente, pelo espaço de cidadania que o idoso tem conquistado. Além disso, para o idoso representa um bom momento para retomar a formação e o desenvolvimento pessoal, enquanto realidade inacabada.

Uma das questões importantes a considerar é que os maiores de sessenta anos, apesar da associação que ainda se faz de velhice com doença, estão plenamente produtivos, muitos continuam trabalhando, pesquisando, ocupando-se da saúde física e buscando, na atividade intelectual, uma maneira saudável de continuar interagindo, em movimento.

Ao considerar os sete saberes necessários à educação do futuro, MORIN (2002, p. 15) assinala que

O ser humano é a um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social, histórico. Esta unidade complexa da natureza humana é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas, tendo-se tornado impossível aprender o que significa ser humano. E preciso restaurá-la, de modo que cada um, onde quer que se encontre, tome conhecimento e consciência, ao mesmo tempo, de sua identidade complexa e de sua identidade comum a todos os outros humanos...

Nesse sentido, vale a pena questionar com o que se interessam os idosos e com o que deve se preocupar a educação para essa nova geração de pessoas. Outras tantas questões podem ser formuladas a partir daí. Seria uma educação para viver saudavelmente a vida, ou só para a etapa da velhice? As estruturas das escolas estariam preparadas para garantir a formação dos idosos nas dimensões da vida e da velhice? Como garantir isso, se parte considerável desses idosos não teve acesso à educação formal nas fases pretéritas de suas vidas e hoje, jubilados do trabalho, sobrevivem com parcas aposentadorias que mal garantem a sobrevivência cotidiana, não lhes sobrando para pagamento de cursos (algumas IES cobram pelas atividades oferecidas e, lamentavelmente, ainda há professores que se perguntam o que fazer com esses idosos em sala de aula e o que lhes ensinar)? Como garantir isso se parte considerável da juventude também não consegue acesso a essa educação e aqueles que conseguem lá não permanecem? Como garantir isso se parte considerável dos professores não foram preparados para lidar com alunos

em faixas etárias mais avançadas, e continuam tratando-os como se ali não fosse o seu lugar? Considerando esses questionamentos, os desafios são muitos, tanto para professor como para organizações de ensino e para as próprias pessoas idosas.

Para parte dos docentes, ainda acostumados a lidar com expectadores sem experiência, um dos grandes desafios é compreender que o idoso é um sujeito ativo, experiente e, como tal, deve ser tratado. Além disso, os docentes são desafiados a trabalhar no sentido de valorização da vida, muitos deles lutando pela própria sobrevivência, tratados por quem os emprega sem a devida valorização e exigidos como responsáveis pelos males atribuídos à educação. A exigência tem sido de que cada docente coloque o seu conhecimento a serviço da melhoria da auto-estima dos outros, no caso os idosos, fazendo com que se sintam úteis, saudáveis e pertencentes; a grande questão é que muitos dos docentes, hoje, vivem desencantados com a educação, porque também desencantados com a vida, angustiados, sem perspectivas de melhorias na sua qualidade de vida, fragilizados pelos baixos salários pagos por estados e municípios, que não garantem uma rotina de leveza, prazer e alegria.

O que precisamos levar em conta é que os idosos que hoje buscam as universidades são aqueles que têm autonomia de movimento e sabem da capacidade que têm de conduzir o próprio destino, de compartilhar com outros a oportunidade de viver a própria história, em um mundo onde as mudanças ocorrem cada vez mais velozes; são idosos que desejam estar atentos às questões atuais, que precisam compreen-

dê-las e delas participar. Sentem necessidade de voltar a atenção para as questões do seu tempo, que é agora, para perceber as possibilidades de reinvenção dos espaços gestados nas inúmeras experiências da vida, sejam espaços públicos ou privados. Têm consciência de que educar-se, é fazer-se cidadão. E ser cidadão é estar apto a participar da vida pública, tomando-a como a capacidade de interagir e de intervir na realidade, de conviver social e cotidianamente, de pertencer.

2 UMA QUESTÃO DE CIDADANIA – A PREOCUPAÇÃO COM O OUTRO

A concepção de cidadania não é linear no tempo, tampouco universal no conteúdo. “No esplendor da polis grega e cidade-estado romanos, eram cidadãos apenas os homens que participavam da vida pública na cidade (SOARES, 2004, p.44). Atualmente, de acordo com essa mesma autora, a cidadania é compreendida como o conjunto de deveres e direitos – individuais, sociais, econômicos, políticos e culturais – e, essencialmente, como participação na vida pública (SOARES, 2004, p. 43-65).

O conceito de cidadania traz a idéia de relação social; e a relação social se caracteriza pela relação entre sujeitos: eu-outro. “os seres humanos devem reconhecer-se em sua humanidade comum e ao mesmo tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano” (MORIN, 2002, p. 47). E uma relação, como todos sabem, demanda reciprocidade, respeito, solidariedade. De acordo com Ferrei-

ra (1993, p. 220), “é um péssimo cidadão aquele que não consegue ser generoso ao ponto de limitar, minimamente que seja, seus próprios interesses diante de interesses coletivos”. Aqui está o grande desafio, dada a dificuldade de conciliar a própria necessidade com a necessidade do outro.

Como afirma ainda essa autora (ibidem, p.219), “se não somos deuses, se por natureza somos carentes, se nossa liberdade esbarra sempre na liberdade do outro, se o homem só se isola em sociedade, o que nos resta, senão com-viver?”. Assim, a cidadania deve ser compreendida como a possibilidade concreta de compartilhar espaços com outras pessoas, de participar de forma eficiente e criativa na construção da sociedade, considerando especialmente que essa participação não se faz de maneira solitária; ao contrário, resulta de uma ação conjunta de homens e mulheres em contexto e tempo determinados, marcado por valores criados por esses mesmos homens e mulheres. Daí dizer-se que todo conhecimento deve contextualizar seu objeto, para ser pertinente. *Quem somos é inseparável de onde estamos, de onde viemos, para onde vamos.*

A cidadania é, pois, uma questão que ainda não envelheceu na agenda social e política brasileira. Uma educação que dê conta dessa construção deve, como quer Morin (2002, p. 13-18), centrar-se na condição humana, no conhecimento das disposições psíquicas e culturais que conduzem o homem ao erro ou a ilusão, na idéia de que os seres humanos, todos, partilham o mesmo destino; deve centrar-se no ensino das incertezas, dos imprevistos, do desconhecido,

no ensino da compreensão e da tolerância, para corrigirmos a nossa incapacidade de viver com, na consciência de que ser humano é ser, ao mesmo tempo, indivíduo, parte da sociedade e parte da espécie.

3 Os Espaços de Aprendizagem ao Longo da Vida

A educação vem ocupando cada vez mais um significativo espaço na vida das pessoas, e está na ordem do dia, na medida em que o seu papel na dinâmica das sociedades modernas também é ampliado. Como afirma Ferreira (1993, p. 23), “educar o homem para a cidadania não é mais um dilema, mas um imperativo social”. De outro lado,

Não basta ... que cada um acumule no começo da vida uma determinada quantidade de conhecimentos de que possa abastecer-se indefinidamente. É, antes, necessário estar a altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos, e de se adaptar a um mundo em mudança (DELORS, 2000, p. 89).

As possibilidades de aprendizagens são cada vez múltiplas, e a necessidade contínua de saberes também se faz maior, embora o jovem se desencante cada vez mais pela educação. O contexto cultural é mais exigente, daí a necessidade de se oferecer ao idoso espaços educativos que lhe permitam incrementar seu poder pessoal para manter-se saudável e integrado a seu contexto. O que temos acompanhado é que os

idosos que retornam à sala de aula parecem se reencontrar pela educação, parecem estar seduzidos por ela, pelo prazer de conhecer, de compreender, ainda que parte considerável dos professores não vivam essa mesma sensação. O desafio está, exatamente em que, dispondo de mais tempo de vida, vivendo mais, passa a dispor de mais tempo livre e, por consequência, a estabelecer novas demandas, novas exigências para continuarem inclusos e participantes ativos da vida social, da mesma forma que apontam novas contribuições à mesma.

Nesse sentido, a educação se transforma em uma das ferramentas mais importantes para permitir aos idosos manterem-se social e mentalmente competentes o que, sem dúvida, melhora a sua qualidade de vida. Além disso, a continuidade da educação para o idoso pode significar a desconstrução de fronteiras entre o velho e o novo.

Aprender ao longo da vida é uma exigência cada vez mais premente às pessoas que precisam continuar inclusas nos contextos de pertencimento. Mas Delors (2000, p. 105) sinaliza uma perspectiva preocupante ao afirmar que

[...] a medida que se generaliza o desejo de aprender, garantia de maior realização pessoal, corre-se o risco de ver aumentar, também, a desigualdade, porque a insuficiência da formação inicial, ou a sua ausência, podem comprometer gravemente a continuação da educação ao longo da vida.

O desnível de escolaridade, que alcança parcela

da população idosa, é também gerado pelos níveis de desigualdade nas condições de sobrevivência. É ainda Delors quem afirma que “quanto mais formado se é, mais desejo se tem de formação, e esta tendência é observada tanto em países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento”. De outro lado, e apesar dos avanços já conquistados, não se pode desconsiderar que vivemos uma fase crítica da educação, em que jovens chegam às universidades sem conseguir domínio básico de conhecimento, inclusive da língua materna, sem saber interpretar um texto que lê, sem saber construir ou dar sentido a uma frase que escreve ou fala.

4 A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA COM IDOSOS NA UESC – UM PROGRAMA DE EXTENSÃO

A Universidade Estadual de Santa Cruz, depositária de uma cultura científica e de valores da sociedade sul baiana tem, entre suas funções, a de ampliar a participação das áreas acadêmicas junto à comunidade do seu entorno, potencializando a convivência e a troca de experiências entre diferentes segmentos sociais e indivíduos, independente da idade, escolaridade, cor, religião e condição social.

O tema da velhice e do envelhecimento foi colocado na agenda da Universidade Estadual de Santa Cruz em 1997, através de um projeto de pesquisas que teve como objetivos: analisar a situação de pessoas inclusas em diferentes categorias ocupacionais (bancários, funcionários públicos administrati-

vos, professores, comerciários, motoristas), seus estilos de vida, interesses, suas representações em torno da velhice, percepção dos serviços oferecidos à população idosa.

Uma vez aprovada, após exatos onze meses de tramitação (fruto de resistência com o tema) a pesquisa foi desenvolvida e sinalizou um amplo desconhecimento da questão pela população local, uma carga de preconceitos presentes nas falas de pessoas que integraram a amostra da pesquisa, e um forte isolamento dos já idosos (aqueles com idade igual e superior a 60 anos). A partir desses sinais, foi realizado o I Encontro da Universidade com a Terceira Idade². A idéia foi discutir aquilo que a pesquisa sinalizou e interpretamos, as questões de desconhecimento, preconceito e isolamento. Realizado em dois dias, o evento contou com 250 participantes, uma oferta de cursos, oficinas/vivências em torno de temas como música, biodança, família, religiosidade/espiritualidade, técnicas de meditação, ocupação do tempo livre, educação ambiental, planejamento do gasto doméstico, estética, exibição e comentário de filme, além de painéis e mesas-redondas, onde foram discutidos Envelhecimento com Dignidade e Legislação na Teoria e na Prática.

A avaliação positiva desse Encontro e as demandas decorrentes motivaram a elaboração de um Pro-

² Incluiu-se no cartaz e programação as expressões terceira idade, melhor idade, feliz idade, quarta idade, maior idade, pessoa maior, preocupados em utilizar expressões como velho, idoso ou velhice e, com isso, afastar a possibilidade da presença de um maior número de pessoas da comunidade.

grama de Educação Continuada, que contemplou pessoas a partir dos 50 anos de idade, e a chamada “geração Pivô”, para aquelas pessoas que, ainda trabalhando, estavam em fase preparatória para a aposentadoria. Os objetivos desse Programa, focados na educação, também definidos em função do que sinalizou a pesquisa, contemplaram a saúde, o auto-conhecimento e a interação social, estabelecendo-se como objetivos: a conscientização dos participantes sobre o papel da educação como um direito fundamental do homem e como possibilidade de singularizar o processo do envelhecimento, reintegrando e dando autonomia a quem o vive; proporcionar a oportunidade de conhecer e refletir sobre o próprio processo de envelhecimento, motivando o auto-conhecimento e a prevenção de problemas com a própria saúde; promover a sociabilidade, a integração e a troca de experiências entre os participantes e entre estes e a Universidade. Configurado em dois módulos, cada módulo se desdobrou em três ações. O primeiro, Envelhecimento e Qualidade de Vida, foi configurado em projetos, como: a) *Viver com Saúde*, um ciclo de palestras proferidas por profissionais da área da saúde e discussão de temas como *Fisiologia do Envelhecimento; A Alimentação como uma Questão de Respeito ao Próprio Organismo; As Tecnologias da longevidade, com foco nas vitaminas, hormônios e cirurgias plásticas; O Isolamento, a Depressão e a Autoestima; As Doenças crônico-degenerativas; Os perigos do tabagismo, alcoolismo e auto-medicação; A sexualidade e o afeto – rompendo preconceitos; Saúde da família e prevenção: uma questão de inteligência; O*

papel da família na (re)socialização do idoso. Considerando que a idéia com essa ação era desenvolver a capacidade de escuta das emoções e seus reflexos no próprio corpo, após cada palestra os integrantes participavam de uma terapia vivencial desenvolvida por terapeuta corporal.

O segundo projeto foi uma *Oficina de Dança*, cujo propósito era ampliar as possibilidades de expressão da pessoa idosa, conscientizando-a da necessidade do auto-conhecimento, estimulando-a a pensar a sua corporalidade como um complexo que vai além do corpo, pois envolve emoção e sociabilidade. A avaliação desse curso pelas idosas chama a atenção: *ajudou a desenvolver meu corpo e minha mente; me ajudou a soltar as emoções; aproveitei a oportunidade para me soltar mais, pois sou muito tímida; me ajudou a ter vida e momentos saudáveis, conheci pessoas novas; acho que passei a acreditar mais na vida; me ajudou a ficar livre de aborrecimentos, angústia, desânimo; passei a ter mais vontade de viver, depois dos 67 anos.*

O terceiro projeto foi *Ginástica / motricidade na Terceira Idade*, trabalhada dentro do conceito biopsicológico de reeducação de movimentos e de ressignificação da linguagem do corpo, na busca de autonomia e manutenção da capacidade funcional. Foi desenvolvida duas vezes por semana uma hora por dia.

Já o segundo Módulo, intitulado *Atualização Cultural*, também foi configurado em três projetos: *Informativa para a Terceira Idade*, com o propósito de ampliar as possibilidades de comunicação e de uso da tecnologia. O segundo projeto desse Módulo foi *Ge-*

ração Pivô – Preparação para a Aposentadoria, cuja idéia foi refletir sobre a aposentadoria como oportunidade para novas habilidades e envolvimento, a partir do auto-conhecimento e desenvolvimento da auto-estima, além de discutir questões cotidianas, trabalhistas e previdenciárias; e o terceiro projeto foi uma *Oficina de Leitura*, cujo objetivo foi desenvolver a capacidade de perceber, construir e interpretar os múltiplos textos que a realidade oferece, além de desenvolver a compreensão de que as leituras individualmente construídas possibilitam multi interações.

Finalizada essa primeira experiência, diretamente vinculada ao Departamento de Filosofia e Ciências Humanas e desenvolvida em apenas dois meses, foi submetido à apreciação do Conselho Superior um segundo Programa, iniciado junto com o calendário letivo de 1999, ano internacional da pessoa idosa e ano em que a UESC sediaria o VI Fórum Nacional de Coordenadores de Projetos da Terceira Idade de Instituições de Ensino Superior e o V Encontro Nacional de Estudantes da Terceira Idade. Esse segundo Programa já teve um caráter mais duradouro no tempo (funcionou de janeiro a dezembro) e contou com 545 participantes. Em 2000, 2001 e 2002 o Programa continuou sendo desenvolvido, porém com alterações, introduzindo-se novas atividades e temáticas às já existentes, mantendo-se, no entanto, a idéia da interação social pela via da educação e educação em saúde. Essa alteração atendia às demandas suscitadas pelos alunos e oportunidades de envolvimento de diferentes profissionais que colaboravam, como voluntários ou recebendo *pro-labore*. Assim, foi possível

contar com a discussão de temas os mais diferentes, a exemplo de: 1) cursos (*Ecologia Humana; Musicoterapia; Noções de Gerontologia; Valores, Emoções e Qualidade de Vida; Cuidadores de Idosos – 08 turmas; Comunicação Mediada por Computadores - 06 turmas; Fitoterapia; Formação de Líderes para Atuação em Grupos da Terceira Idade; Memória e Identidade; Hidroginástica; Criando com as Mãos; Estética Corporal e Facial; Introdução à Tanatologia: lidando com as perdas; Representação Social da Velhice; Artes Plásticas; Planejamento dos Gastos Domésticos; Cultura Afro-Brasileira; Leituras do Mundo; História da Arte; Descobrendo Talentos Literários; Noções de Antropologia Cultural; Auto-massagem; A Arte de Contar Histórias*); 2) Palestras sobre temas diversos (*Panorama Atual do Envelhecimento Brasileiro; Mitos e Verdades do Envelhecimento; A Importância do Exame na prevenção do Câncer; Um jeito Afro-brasileiro de Envelhecer; Direitos do Consumidor; A Amizade como Valor Humano; Osteoporose: é possível prevenir?; O Idoso Dependente e seu Cuidador: prazer ou sofrimento?; Auto-imagem Corporal: reflexos psicossociais na velhice; A Relação entre Autonomia, (in) dependência e saúde do idoso; Memória, Funções Intelectuais e Sensorio-motoras relacionadas ao envelhecimento; A Postura na Estabilidade Física da pessoa idosa; Problemas do Sono na Velhice; Os problemas da Visão no Indivíduo Idoso; A Função Social do Corpo; A Solidão e a Convivência com as Perdas; A Saúde Bucal; O Mal de Alzheimer: o que é e como tratá-lo; Câncer de Mama é Herança Familiar? A Espiritualidade Hoje: um único caminho? Violência e Maus Tratos contra a Pessoa Ido-*

sa; A Legislação e a Velhice; Sistemas de viver e Sistemas de Adoecer; As Múltiplas concepções da Morte e do Morrer; A Música e seus Encantos); 3) oficinas (Artes Plásticas; Literária; Estética Corporal e Facial).

Em fins de 2002, foi submetida à apreciação do CONSEPE uma proposta de criação da Universidade Aberta à Terceira Idade, uma ação permanente dentro da UESC, vinculando-se à Pró-Reitoria de Extensão.

5 A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE (UESC-UNATI) – UMA EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO

Viver é poder celebrar a vida em toda a sua grandeza e beleza. É aprender a dançar com a vida com flexibilidade, alegria, encantamento e leveza. [...] É vivenciar o crescimento interior que potencializa as ações em direção ao mundo exterior. [...] ... viver é necessariamente conviver consigo mesmo, com os outros, com a natureza e com o sagrado que existe dentro de cada um (MORAES, 2003).

A experiência desenvolvida a partir de 1998, através de ações de extensão, colocou para os professores envolvidos com a temática do envelhecimento algumas preocupações, dentre as quais: 1) a necessidade de um trabalho interdisciplinar que possibilitasse integrar e aprofundar aportes teóricos mais sistematizados das diversas áreas do conhecimento (sociologia, antropologia, história, filosofia, psicologia, direito, biologia, saúde, turismo, dentre outras) com a prática pedagógica; 2) a consciência de que, manti-

das as condições e estratégias até então desenvolvidas, a UESC não conseguiria ampliar o seu universo de atendimento ao idoso, principalmente pela necessidade de deslocamento³ e o conseqüente aumento de custos para esse segmento, considerando a cobrança de taxas para as atividades. Com isso, perdia-se a possibilidade de ampliar o conhecimento acerca do envelhecimento e a oportunidade de qualificar pessoas para multiplicá-lo; 3) a necessidade de um trabalho comunitário com idosos que, por múltiplas razões, não participam das atividades específicas no espaço físico da UESC; eles estão em asilos, junto às famílias que os desprezam, estão em hospitais buscando atendimento; enfim, estão em muitos lugares; 4) o amplo desconhecimento, por parte da sociedade de um modo geral, de questões específicas do envelhecimento, tanto de cunho biológico mesmo, como as de cunho social (inclusive constitucional); 5) dificuldades de conseguir engajamento de professores em projeto de tal natureza, considerando a impossibilidade da cobrança pelas atividades e, conseqüentemente, não pagamento de *pro labore* aos professores e considerando, também, que os professores da própria Universidade não incluem, nos seus planejamentos acadêmicos, a carga horária dispensada às ações com os idosos. Por conta disso, as demandas acabam não sendo atendidas e, novamente, a opor-

³ A Universidade fica situada entre as cidades de Ilhéus (16km) e Itabuna (12km), o que traduz necessidade de transporte público e pagamento de passagens, considerando que as empresas não liberam meia passagem para o estudante idoso e o transporte é intermunicipal.

tunidade de ampliar conhecimento e qualificar pessoas para trabalhar com a temática.

Embora reconhecendo o papel que tem a educação no processo de envelhecimento da população e, mais que isso, o papel da própria universidade junto à comunidade do seu entorno, tem sido desafiador, na medida em que os idosos acrescentam demandas e exigências de várias ordens, na perspectiva de continuarem incluídos na sociedade a que pertencem, e na medida em que as diretrizes das universidades não estabelecem a educação de idosos como prioridade em suas políticas internas. Esta situação tem sido objeto de reivindicações sistemáticas nos Fóruns bianuais de Coordenadores de Projetos da Terceira Idade de IES, pelo menos desde 1.999, com promessas do MEC sem, no entanto, a sua efetiva concretude. Muitas das ações voltadas à pessoa idosa se desenvolvem por absoluto compromisso de seus coordenadores e de alguns professores que, mesmo envolvidos com outras ações, dedicam parte do seu tempo ao desenvolvimento de cursos, oficinas, outras atividades junto a esse segmento, ainda que não coloquem no Plano Individual de Trabalho⁴.

A reinserção desse sujeito idoso na sociedade, a mesma que o descarta pelo envelhecimento, tem encontrado na educação o eixo central para o aprendizado de envelhecer e dos processos que caracterizam o envelhecimento, sejam eles biológicos, psicológicos ou socioculturais. Desde os anos setenta reconhece-se que as gerações já afastadas do circuito da produção devem ser estimuladas, e facilitados os seus

⁴ Refiro-me ao caso específico da UESC

acessos, à educação das salas de aula, com um caráter menos formal mas contínuo, com ingressos facilitados sem a realidade do vestibular.

O conceito de educação permanente, consagrado pelo princípio da educação para todos ao longo de toda a vida, insere uma perspectiva de política educativa cujo eixo de apoio é a redistribuição social do conhecimento. Nesse sentido, a UESC se juntou a outras IES, e implantou em 2004⁵, definitivamente, o Programa Universidade Aberta à Terceira Idade, com projetos e ações efetivas voltadas para o sujeito envelhecendo, trazendo na perspectiva dessa implantação a idéia da universidade como um espaço político, de consolidação de cidadania para pessoas idosas, de capacitação profissional para atuação nos espaços públicos regionais, abrindo-se para recebê-los a partir de 50 anos e abrindo perspectivas de que idosos possam cursar disciplinas na graduação.

O consenso estabelecido nos últimos 30 anos é que só pela via da educação será possível derrubar os mitos de que o idoso não aprende ou é lento para aprender, de que gosta de se isolar, de que só vive do passado, de que perdeu a flexibilidade, a capacidade de atenção e concentração, e de que é incapaz para incorporar novos conhecimentos. Se é certo que o idoso diminui a agilidade (tempo e rapidez para executar alguma atividade), isso não traduz a diminuição de habilidades, tampouco da curiosidade que o cerca ou, ainda, da sua capacidade de pensar.

⁵ O projeto foi aprovado em 2002 mas a regulamentação só ocorreu em fins de 2003, a partir de quando ficou vinculado à Pró-Reitoria de Extensão.

Como em qualquer outra idade, o sujeito idoso também vai necessitar de motivação. De outro lado, muitos desses idosos de hoje não tiveram oportunidades, nas fases pretéritas de suas vidas, para muitos aprendizados (leitura, escrita, cálculos, outros conhecimentos), naturalmente que levados por vários motivos, desde a falta de condições para freqüentar escolas associada à inexistência de escolas publicas para absorver toda a população que a elas recorresse, dedicação à família e/ou trabalho. Portanto, em lugar de atribuir-lhes incapacidades, pode-se pensar que muitas das suas dificuldades podem traduzir falta de exercício e de oportunidade.

Essas ações, ainda que restritivas, por não incorporarem uma quantidade maior de idosos do entorno da Universidade, têm dado ao segmento idoso maior visibilidade e maior nível de consciência à população acadêmica como um todo. Ensinar a envelhecer com atitude positiva tem sido uma preocupação da educação com esse segmento; em outras palavras, ensinar a envelhecer não é outra coisa senão ensinar a viver a velhice de modo mais positivo, ensinar a construir uma cidadania mais consciente, deixando-se aparecer, participar e encontrar pontos de apoio para não ser levado por mensagens que seduzem, mas impessoalizam e discriminam.

Ao conceber tal Programa, a compreensão foi de que não basta transmitir conteúdos científicos sem a preocupação com o ser humano, seus sentimentos, expectativas, emoções, sem compreender suas relações e interações com a realidade, com a vida, com o outro. A educação vem se colocando como um con-

traponto à degradação da identidade da velhice, que só serve para legitimar a sociedade de consumo. E, como diz Touraine (1998, p. 69) “uma sociedade que tende a organizar-se a partir do consumo, não tem princípio de integração”.

Nesse sentido, a proposta da UnATI na UESC se insere na preocupação de olhar esse sujeito escolar como sujeito que tem desejos, vive experiências positivas e negativas, chora, se angustia, sofre, é feliz, come, bebe, viaja, fica em casa, trabalha em casa, se preocupa com filhos, marido/esposa, netos, vive dificuldades financeiras, conta/estica o pouco dinheirinho da aposentadoria para dar conta das demandas domésticas sua e da família. A proposta se materializa no conceito de educação continuada em torno de conhecimentos cujos conteúdos se voltem para um aprendizado diversificado, prazeroso, inclusive de envelhecer, e possibilitem a troca de experiências e atitudes multiplicadoras. Isto significa que o idoso aluno da Universidade da Terceira Idade se prepara para viver o seu momento, não apenas para o aprendizado do envelhecer, mas também para a solidariedade, e para o exercício do voluntariado, considerando que as diretrizes da UnATI contemplam ações/atividades dos alunos-idosos na comunidade (creches, hospitais, escolas, asilos).

O Programa Universidade Aberta à Terceira Idade, foi concebido para funcionar através de múltiplas atividades, de ensino, de pesquisa e de extensão. Nas atividades de ensino foram incluídas disciplinas de cursos de graduação (Pedagogia, Agronomia, Direito, História, Geografia, Letras, Medicina Veterinária, Biologia, etc.) de livre escolha da pessoa idosa, com

vagas disponibilizadas semestralmente pelos colegiados de cursos, além de um curso de especialização *lato sensu* em Gerontologia Social para profissionais, com o objetivo de capacitá-los na especificidade do envelhecimento e velhice para atuação e intervenção na realidade onde vivem. Nas atividades de pesquisa, a idéia foi estimular o desenvolvimento de análises e estudos em torno do tema do envelhecimento e da velhice, tanto na graduação quanto em pós-graduações, com enfoques multidisciplinares.

Já nas atividades de extensão os alunos têm um Curso de Atualização, cujo objetivo é promover o auto-conhecimento, prevenir a velhice patológica e estimular a reflexão em torno de questões referentes às relações e posturas pessoais frente à vida, ao outro, ao meio social. Esse curso tem carga horária prevista de 300h, distribuídas em dois anos. As disciplinas básicas (aquelas que todos os alunos matriculados na UnATI devem cursar) são: 1) Gerontologia (45h) cuja abordagem inclui as diferentes compreensões do envelhecimento; as implicações biofisiológicas, psicológicas e sócio-culturais do envelhecimento; as múltiplas velhices; as relações familiares; a aposentadoria, o ócio, o trabalho e a ocupação; 2) Direitos Humanos (45h), cujo conteúdo trata de cidadania e conquistas sociais - os direitos civis, sociais e políticos; a violência e maus tratos no contexto público e privado; a Política Nacional do Idoso e sua aplicação no contexto local - o direito à educação, a saúde e as políticas públicas para diferentes segmentos sociais, cultura, transporte, moradia; 3) Memória e Auto-conhecimento (45h), tratando das identidades e subjetividades humanas,

as emoções e administração das perdas diárias; afetividade e sexualidade – a superação dos preconceitos; a auto-estima e a revalorização da vida.

Outras atividades fazem parte das ações da UnATI: língua estrangeira - nível básico, intermediário e avançado - (espanhol/inglês/frances); canto coral; noções de técnica vocal, mecânica respiratória e expressão corporal; constituição de repertório de canto coral para apresentações em público; teatro, com técnicas de improvisação e interpretação teatral, **expressão** e criatividade; constituição de repertório para encenações públicas; oficina de Artes; Cursos de Cinema, Biodança e trabalho voluntário na comunidade. Além disso, os alunos da Universidade Aberta à Terceira Idade em podem participar de toda programação de extensão desenvolvida pela UESC em diferentes áreas do conhecimento (congressos, seminários, fóruns, simpósios, aulas públicas) e que integrem o elenco de seu interesse.

O calendário de matrículas, a oferta de disciplinas e de atividades/ações de extensão são previamente divulgados pela Universidade, em jornais locais, emissoras televisivas e radiofônicas. Neste segundo semestre de 2010 a UnATI tem cerca de 150 alunos frequentando os cursos de xadrez, frances avançado, renda de bilro, inglês intermediário, história da arte, bordado, *patchwork*, terapias corporais, física e matemática recreativas, espanhol intermediário, pintura em molde vasado, educação afetiva, teoria musical, teclado, (re) leituras de textos literários, canto coral e cultura da fraternidade.

Em matéria publicada internamente na Universi-

dade, o Coordenador da UnATI afirma que “ao longo desse tempo [refere-se aos 12 anos de existência de atividades voltadas à pessoa idosa], um contingente de 4.638 pessoas, de ambos os sexos, se integraram às 232 atividades extensionistas desenvolvidas através de cursos, minicursos, oficinas e palestras” (JORNAL DA UESC, 2010).

Compreendendo a vida como experiência e o viver como estar experimentando algo novo a cada momento, o Programa Universidade Aberta à Terceira Idade tem trabalhado no sentido de que os seus participantes entendam que viver a velhice de forma positiva é, simultaneamente, viver, trocar, experimentar, aprender, conhecer. Nessa perspectiva, as atividades estimulam o exercício do relacionamento, do compartilhar experiências, do crescer juntos. A idéia desenvolvida é que “o fenômeno da mente está inseparavelmente ligado ao fenômeno da vida” (MORAES, 2003, p. 38) porque o idoso carrega dentro de si o mundo em que já viveu, o mundo em que vive e o que ainda está por viver.

A idéia de colocar a Universidade Estadual de Santa Cruz como um espaço para discussões, reflexões, reformulações e reelaborações de uma cultura de marginalização, de abandono e de preconceito a que ainda são condenados os idosos do nosso entorno, floresceu; um espaço de apoio para a busca de novos significados e condutas que produzam conhecimento em lugar de preconceito, prazer em lugar de sofrimento, valorização do tempo subjetivo em lugar do tempo do relógio, vem surtindo bons resultados, ainda que consideremos a necessidade de ajustes constantes, dado que educação é processo, é construção.

REFERÊNCIAS

DELORS, J. *Educação – um tesouro a descobrir*. São Paulo, Cortez.

FERREIRA, NT. Uma proposta Diferencialista de Educação para a cidadania. In: _____. *Cidadania – uma questão para a educação*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1993.

JORNAL DA UESC. UNATI: um espaço aberto à terceira idade. Ilhéus, Bahia, março, 2010.

MORAES, MC. *Educar na Biologia do Amor e da Solidariedade*. Petrópolis, Vozes. 2003

MORIN, E. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. 6^a. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.

SOARES, MVB. Cidadania e Direitos Humanos. In: CARVALHO, JS. (org). *Educação, Cidadania e Direitos Humanos*. Petrópolis, Vozes, 2004.

TOURAINÉ, A. *Poderemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes*. Petrópolis, Vozes. 1998.

Recebido em setembro e 2010
Aprovado em dezembro de 2010

ANÁLISE DA VIOLÊNCIA E MAUS TRATOS À PESSOA IDOSA EM VITÓRIA DA CONQUISTA, BA: IDENTIFICAÇÃO NO SERVIÇO DE SAÚDE

Luana Kárem Ferreira de Souza¹

Luane de Oliveira Barreto²

Monalisa Nascimento dos Santos Barros³

Resumo: O presente trabalho analisou a violência e maus tratos à pessoa idosa no município de Vitória da Conquista (VCA), BA. A metodologia se baseou em um estudo descritivo de corte transversal com uma amostra da população idosa e de profissionais de saúde do município, ambos submetidos a um questionário previamente elaborado conforme os objetivos do estudo. Os dados triados a partir dos questionários respondidos pelos idosos foram agrupados nas categorias idade, sexo, tipo de moradia e tipo de violência sofrida. As informações coletadas nas entrevistas dos profissionais de saúde foram avaliadas quanto ao conhecimento da Ficha de Notificação de Violência e Maus Tratos do Ministério da Saúde, a frequência de atendimentos de idosos, os tipos de agressões mais citadas e a conduta diante dos casos de violência. Diante dos resultados obtidos e das dificuldades para aplicação do questionário, pode-se destacar a prevalência da violência e maus tratos contra a pessoa idosa no município. Foi possível verificar que

¹ Graduanda do Curso de Medicina. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (lua.karem@hotmail.com).

² Licenciada em Ciências Biológicas.

³ Professora Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Docente do Curso de Medicina, Psicóloga, Mestre em Pesquisa Aplicada à População pela Exeter University, Inglaterra. Doutoranda em Medicina Social pela Universidade de São Paulo (monabarros@globo.com).

este assunto ainda é tabu, pois muitos idosos questionados sentiram-se intimidados em abordar a temática. Outro ponto relevante é referente à capacidade de avaliação do instrumento, que não aborda diversas formas de violência entre os idosos, sendo essas ignoradas pelo mesmo. Nota-se a necessidade de estudos sobre a conduta dos profissionais, maior divulgação das recomendações do Ministério da Saúde e da atenção no diagnóstico de violência e maus tratos contra a pessoa idosa.

Palavras-chaves: Violência; Idosos; Maus tratos; Profissionais de Saúde

REVIEW OF VIOLENCE AND THE ELDERLY MALTREATMENT: A CONTRIBUTION TO IDENTIFY THE HEALTH SERVICE

Abstract: This study analyzed the violence and abuse to the elderly in the city of Vitoria da Conquista (VCA) - BA. The methodology was based on cross-sectional descriptive study with elderly population sample and another sample of health professionals in the city, both submitted to a questionnaire previously developed according to the objectives of the study. The screened data from questionnaires answered by the elderly were divided into categories age, gender, type of dwelling and type of violence suffered. In all these groups were evaluated the percentage of elderly who suffer violence and abuse. The information collected in interviews of health workers were assessed for knowledge of the Notification Form of Violence and Abuse of the Ministry of Health, the frequency of visits to the elderly, the types of aggression and behavior in most cited cases of violence. Based on these results and the difficulties with the questionnaire, we highlight the considerable prevalence of violence and abuse against the elderly in VCA-BA. It was shown that this subject is still a taboo mostly because many elderly people when questioned

felt intimidated to approach the subject. Another relevant point refers to tools for assessments of capacities which do not address all forms of violence among the elderly, usually ignored by them. We do realize the necessity for studies on the conduction of professionals, larger dissemination of the recommendations of the Ministry of Health and attention to the diagnosis of violence and abuse against elderly.

Keywords: Violence - Elderly - Abuse - Health Professionals

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população é considerado um acontecimento mundial, ocorrendo tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, estando associado à redução das taxas de mortalidade e de fecundidade e ao aumento da expectativa de vida. Porém esse processo ocorreu de forma divergente entre os países; enquanto nos países desenvolvidos a ocorrência foi gradual - associado ao desenvolvimento socioeconômico-, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, essa transição demográfica vem ocorrendo de forma acelerada e desamparada pelas políticas públicas.

Ensina Paschoal *et al.* (apud CARVALHO FILHO, 2006, p.22) que,

(...) condições básicas de sobrevivência [urbanização, melhores condições sanitárias, nutricionais, elevação dos níveis de higiene pessoal e melhoria das condições ambientais] foi fundamental para melhoria das condições básicas de vida da população e dos indicadores de saúde e, conseqüentemente, para a queda da taxa de mortalidade (...).

Todavia, nos países em desenvolvimento, a diminuição da taxa de mortalidade veio a ocorrer em meados do século XX com as conquistas da medicina (vacinas, antibióticos).

Segundo o Departamento de Informática do Sistema Único da Saúde - SUS (BRASIL, 2007), a população idosa no Brasil corresponde a 18.204.829 habitantes, quantidade equivalente a 9,6 % da população, tendo um Índice de Envelhecimento⁴ em torno de 36,2%, o que demonstra o acelerado ritmo de crescimento ao compararmos com o ano de 1991, quando este índice era de 21%.

Em 2000, para cada pessoa com 65 anos ou mais de idade, aproximadamente 12 estavam na faixa etária chamada de potencialmente ativa (15 a 64 anos). Já em 2050, para cada pessoa com 65 anos ou mais de idade, pouco menos de três estarão na faixa etária potencialmente ativa (IBGE, 2008).

Diante do célere e expressivo envelhecimento da população no Brasil, é necessário considerar e avaliar o comportamento, bem como a integração, dessa parcela da sociedade, a fim de que seja garantido um processo de envelhecimento com dignidade e possibilidades de acesso aos direitos civis, políticos, individuais e sociais.

O envelhecimento é caracterizado por alterações fisiológicas que aumentam a incidência de problemas

⁴ Número de pessoas de 60 e mais anos de idade, para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado)

de saúde. Logo, é muito comum que o envelhecimento traga consigo a perda da autonomia e da independência para as Atividades de Vida Diária (AVD), o que torna esse grupo vulnerável a diferentes formas de violência, principalmente por parte dos cuidadores, independentemente da classe social, raça ou sexo.

Nesse contexto de transição demográfica, desenvolveu-se uma rápida mudança nos perfis de saúde em todo o País, caracterizada pelo predomínio das enfermidades crônicas não-transmissíveis e pelo importante aumento de vários fatores de risco para a saúde, os quais requerem ações preventivas em diversos níveis (SOUZA *et al.* 2007, p. 269).

Ainda Souza acredita que

O aumento da ocorrência de determinados agravos, tais como as causas externas, como os acidentes, a violência e os maus tratos, devem ser objeto de maior atenção entre os profissionais da saúde. No Brasil, entretanto, a população idosa não costuma ser prioridade nos estudos sobre as causas externas, em razão do predomínio dos jovens, que exibem altos coeficientes e grande número de casos (SOUZA *et al.*, 2007, p.269).

[...] Dentre os agravos contra os idosos, ressalta-se a violência, que se tornou um fenômeno universal, desencadeando uma crescente atenção e mobilização, tanto nos países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento (ibidem).

2 A COMPLEXIDADE DA VIOLÊNCIA

Apesar de ser considerado crime no Brasil, a violência à pessoa idosa tornou-se um fenômeno de rotina, muitas vezes tratada como uma situação normal ou natural, ficando camuflada nos costumes e nas relações interpessoais. A existência de barreiras por parte dos profissionais que lidam diretamente com essa faixa etária tem ocultado a denúncia desses atos e agressores, provavelmente por não reconhecer o envelhecimento como uma conquista social, mas uma carga para o Estado, família e cuidadores.

De acordo com a Rede Internacional para a Prevenção dos Maus Tratos contra a Pessoa Idosa, define-se a violência contra esse grupo etário como “o ato (único ou repetido) ou omissão que lhe cause dano físico ou aflição e que se produz em qualquer relação na qual exista expectativa de confiança” (BRASIL, 2006, p.43).

O Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), nos seus artigos 3º e 4º define que:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

(...)

Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

A situação da violência contra a população idosa representa um desafio, tanto para a implementação de políticas públicas e mudança de comportamento da população mais jovem, quanto para a garantia dos direitos sociais já conquistados por essa população.

Diante do panorama apresentado, este estudo propõe-se a avaliar a violência e maus tratos contra o idoso, além do conhecimento e utilização da Ficha de Notificação de Violência por parte dos profissionais de saúde no município de Vitória da Conquista, Bahia⁵.

Para o alcance de tais objetivos foi realizado um estudo descritivo de corte transversal, com uma amostra da população idosa e de profissionais de saúde do município, ambos submetidos a um questionário previamente elaborado conforme os objetivos do estudo. Os dados levantados permitiram destacar a considerável prevalência da violência e maus tratos contra a pessoa idosa no município, bem como a falta de conhecimento dos profissionais de saúde em relação às recomendações do Ministério da Saúde, e de atenção no diagnóstico de violência e maus tratos contra a pessoa idosa.

A pesquisa de campo caracterizou-se como um estudo exploratório. Para avaliar o perfil da violência aos idosos no citado município, foi reestruturado o questionário da Avaliação de Violência e Maus Tratos Contra a Pessoa Idosa extraído do Caderno de Atenção Básica⁶ (BRASIL, 2006). Seguiram-se todas as

⁵ Onde esse grupo populacional corresponde a cerca de 8% do número total da população de acordo com os dados do IBGE (2008).

⁶ CAB, n. 19

orientações do CAB tanto para a aplicação do questionário quanto para a avaliação dos resultados obtidos. Os dados foram coletados em uma amostra heterogênea, abrangendo uma população inserida em distintos contextos sociais⁷. Os resultados obtidos foram agrupados em categorias e analisados quanto à idade, sexo, moradia e tipo de violência sofrida.

Para se verificar o conhecimento dos meios e a aptidão dos profissionais de saúde de Vitória da Conquista, BA para a condução adequada de uma denúncia mediante sinais de agressão física e violência a idosos, foi utilizado nas entrevistas aos profissionais um questionário semi-estruturado, após a aplicação do termo de consentimento oral e/ou escrito dos mesmos. Nas questões fechadas, incluiu-se informações sobre frequência de atendimento a idosos, conhecimento da ficha de notificação de violência, bem como a existência de condução das denúncias. Já as questões abertas incluíam informações dos principais achados clínicos e queixas apontadas pelos idosos em um suposto caso de maus tratos. Participaram 16 profissionais de saúde, sendo nove médicos, três enfermeiros, dois psicólogos, um educador físico e um representante do Conselho do Idoso. Avaliou-se também a maneira como procediam as orientações dirigidas aos pacientes violentados, inclusive acompanhamento das notificações aos órgãos responsáveis pela apuração da denúncia.

⁷ Instituições de Longa Permanência, terminal de ônibus e hospital municipal, residências e grupos de Terceira Idade.

3 ANALISANDO A VIOLÊNCIA POR CATEGORIAS IDENTIFICADAS

- **Sexo, Idade e Tipo de Moradia**

Como situação de risco para a violência à pessoa idosa destaca-se a idade avançada (quanto mais idosa for a pessoa, maior o risco), dependência (afetiva, socioeconômica, funcional), desgaste das relações familiares, antecedentes de maus-tratos/psicopatologia do agressor, alteração de humor do idoso, alteração de sono, incontinência fecal e urinária, mulheres, além de um cuidador sobrecarregado em suas atividades, a inversão do filho maltratado para filho agressor, discriminação, etc.

A pesquisa envolveu 73 idosos, sendo 53 do sexo feminino e 20 do sexo masculino. Desses, apenas 30% dos homens não foram vítimas de violência, o que reflete um número bastante elevado (70%) de idosos vítima dessa ação. Já 39,62% das mulheres afirmaram sofrer algum tipo de violência. O que se percebeu foi que os resultados obtidos para esta categoria diferem das informações encontradas regularmente na literatura. Melo *et al.* (2006, p. 47), em estudo realizado, evidenciou que a prevalência de abuso contra a pessoa idosa não distingue homem e mulher, pois ambos são vítimas na mesma proporção. Os dados encontrados nesta pesquisa, no entanto, podem ser explicados por Minayo (*apud* MELO *et al.*, 2006, p. 47), quando afirma que é mais comum a vitimização do sexo feminino pela violência intra-domiciliar, e que a violência urbana incide mais freqüentemente sobre os homens. Quanto à idade, 42 dos indivíduos

arguidos tinham entre 60 e 70 anos, 19 tinham entre 71 e 80 anos, e 12 eram maiores de 80 anos.

Na categoria moradia, 54 dos entrevistados afirmaram morar com familiares e desses, 48,14% informaram que já sofreram maus tratos. Entre os 12 que residiam em Instituições de Longa Permanência (ILPI's), 33,33% afirmaram ser vítima de violência, enquanto que dos sete que viviam sozinhos, 85% já foram violentados por familiares, vizinhos ou outras pessoas de confiança. Esses dados estão em concordância com o postulado por Melo *et al.* (2006, p.44) quando assevera que as condições de vida devem ser consideradas fator de risco, por representarem causa de conflitos familiares, particularmente a aglomeração e a falta de privacidade. Esse mesmo autor ainda afirma que a violência contra o idoso pode ocorrer com a vítima e o agressor vivendo separadamente, porém o risco é maior quando ambos vivem na mesma casa.

4 TIPOS DE VIOLÊNCIA

A violência pode se manifestar nas formas: *estrutural* (desigualdade social), *interpessoal* (relações cotidianas) e *institucional* (aplicação ou omissão da gestão das políticas sociais e pelas instituições de assistência).

A violência pode ser revelada de diferentes formas: através de abusos *físicos* (uso da força física para obrigar o idoso a fazer o que não deseja, ferir, provocar dor ou a morte), *psicológicos* (ação ou omissão que causa ou visa causar dano à auto-estima, à iden-

tidade ou ao desenvolvimento da pessoa idosa); *sexuais* (ato ou jogo sexual em relações homo ou heterossexuais que visa obter excitação ou satisfação sexual do agressor); *financeiros* (exploração indevida ou ilegal dos idosos ou ao uso não consentido por eles de seus recursos financeiros ou patrimoniais) o *abandono/negligência* (falta de atenção para atender às necessidades da pessoa idosa), e *auto-negligência* (da pessoa idosa contra si mesma ameaçando sua própria saúde ou segurança) (BRASIL, 2006, p. 43-47).

A partir dos dados da pesquisa infere-se que o tipo de violência mais prevalente em Vitória da Conquista, BA pertence à categoria de violência psicológica e financeira (Gráfico 1). Dos idosos entrevistados de ambos os sexos, 26% afirmaram ouvir gritos, com freqüências variadas (Gráfico 2); 26% informaram sofrer roubo de pertences e de dinheiro, com freqüências variáveis, enquanto 4,1% sofriam violência todos os dias da semana. Os que sofriam ameaças (17,8%), a freqüência era de pelo menos uma vez por mês.

5 APTIDÃO E CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS PARA DENUNCIAR UM CASO DE VIOLÊNCIA

Os profissionais de saúde têm um papel fundamental na interrupção desse ciclo, tornando-se mais alertas à detecção de sinais e sintomas que possam denunciar tais situações. Enquanto profissionais atuantes na área da saúde, devem estar cientes da possibilidade da violência contra a pessoa idosa ser uma ocorrência que pode levá-la a óbito. Isto requer

preparo e, cada vez mais, alerta para a leitura dos sinais de violência deixados pelas lesões e traumas nos idosos (BRASIL, 2006, p. 44).

Dos profissionais entrevistados, 75% afirmaram atender idosos, com freqüências que variaram de duas a três vezes na semana (37,5%), todos os dias (37,5%), uma vez ou menos no mês (18,75%), ficando 6,25% sem informação. Apenas 12,5% dos profissionais de saúde afirmaram ter conhecimento da Ficha de Notificação de Violência e Maus Tratos do Ministério da Saúde, enquanto 87,5% informaram nunca ter conduzido uma notificação.

Para o Ministério da Saúde, todo caso suspeito ou confirmado de violência contra a pessoa idosa deve ser notificado, utilizando-se a “Ficha de Notificação/ Investigação Individual” e segundo a rotina estabelecida em cada município. Os encaminhamentos das pessoas idosas em situação de violência devem ser feitos aos seguintes órgãos e instituições: Delegacia especializada da mulher, Centro de Referência da Mulher, Delegacias Policiais, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Ministério Público, Instituto Médico Legal e outros.

Dentre os tipos de agressões mais freqüentes os profissionais informaram: violência econômica, física, psicológica e por negligência (Tabela 1). Conforme Espanha (2005, p. 90-91) deve-se observar determinados comportamentos ou condutas da pessoa idosa ou de seus cuidadores, devendo considerar a possibilidade de estar produzindo maus tratos. Esses idosos, vítimas da violência, apresentam-se com medo

do familiar/cuidador agressor, não responde ou olha o agressor quando pergunta a respeito do evento, altera comportamento na ausência do agressor, mostra-se solitário, dizem ter carência de amigos, família, dinheiro, meio de transporte, denotam baixa autoestima; mostram excessivo respeito ao agressor, apresentam antecedentes de fraturas, lesões, infecções urinárias, desconhecem ou não seguem a receita médica, ingerem sobredoses de psicofármacos, usam com frequência os serviços de urgência, apresentam-se confusos, ansiosos, aparentam ausência de higiene, desidratação, desnutrição, dentre outros.

Em vista do preconceito cultural que ainda existe contra o idoso em nossa sociedade, não é fácil registrar os diferentes tipos de violência e maus tratos sofridos, daí a importância que passam a ter os profissionais de saúde, que devem ser capacitados na prevenção, identificação e tratamento de maus-tratos em idosos, uma vez que os serviços de saúde em geral, e mais particularmente, os setores de emergência e os ambulatórios, constituem uma das principais portas de entrada das vítimas de maus-tratos (FREITAS, apud PORTELA et al, 2009).

Quanto às orientações dadas aos pacientes vítimas da violência, foram contabilizadas as mais frequentes: procurar o Ministério Público, comunicar ao órgão competente, referenciar para o CREAS, procurar delegacia, conversar com familiares não envolvidos, reforçar autonomia e informar os direitos (Tabela 2). Para 87,5% dos profissionais não foi possível conhecer os resultados e encaminhamentos dos casos notificados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados obtidos, e dificuldades para aplicação do questionário, foi possível destacar a prevalência de maus tratos e violência contra a pessoa idosa em Vitória da Conquista, BA. Trata-se de assunto ainda considerado tabu, pois muitos idosos questionados sentiram-se intimidados em abordar a temática, especialmente por serem os agressores pessoas da intimidade cotidiana do próprio idoso e, em diversos casos, o próprio cuidador. Outro aspecto importante é a capacidade de avaliação do instrumento, que não aborda diversas formas de violência entre os idosos, sendo essas ignoradas pelo mesmo.

Logo, a violência contra idosos deve ser considerada como assunto de relevância para saúde, sendo necessário maior empenho governamental para a capacitação de profissionais que lidam diretamente com essa faixa etária, de forma que possam reconhecer e conduzir os casos de forma coerente com os nossos serviços.

São necessários estudos mais aprofundados sobre a conduta dos profissionais de saúde, maior divulgação das recomendações do Ministério da Saúde e uma maior atenção durante atendimentos pelos profissionais. Além disso, é importante que se faça um diagnóstico preciso quando a violência e os maus tratos à pessoa idosa se fizerem presentes, bem como implementar políticas que valorize essa população, tornando-a mais ativa socialmente e respeitada pelas demais faixas etárias.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Saúde. *Departamento de Informática do SUS (DATASUS)*, 2007. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?idb2008/a14.def>. Acessado em 18 de Agosto 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Envelhecimento e saúde da pessoa idosa / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília : Ministério da Saúde, 2006.*
- BRASIL, Senado Federal. *Parecer n.º. 1301. Projeto de Lei da Câmara n.º. 57, de 2003*. Brasília (DF): Senado Federal 2003.
- CARVALHO FILHO, Eurico Thomaz de; PAPALÉO NETTO, Matheus. *Geriatría: Fundamentos, Clínica e Terapêutica*. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2006. p.20-22
- ESPAÑA, *Malos tratos a personas mayores: Guía de actuación*. Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales Secretaría de Estado de Servicios Sociales Familias y Discapacidad. 1ª EDIÇÃO. 2005.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *O país caminha velozmente rumo a um perfil demográfico cada vez mais envelhecido*. Novembro, 2008. Disponível em www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1272&id_pagina , Acessado em 18 Agosto 2010.

MELO, Victor Lopes.; CUNHA, Juliana de Oliveira Carneiro; FALBO NETO, Gilliat Hanois. *Maus-tratos contra idosos no município de Camaragibe, Pernambuco*. Rev. Bras. Saúde Matern. Infant., Recife, 6 (Supl 1): S43-S48, maio, 2006

PORTELA, Katrinna M.P.; BARRETO, Luciana S.; TORRES, Maria M. S. M.. *Violência contra o idoso: um mal que cresce a cada dia na sociedade*, 2009. Disponível em www.webartigos.com/articles/16013/1/VIOLENCIA-CONTRA-O-IDOSO-UM-MAL-QUE-CRESCE-A-CADA-DIA-NASOCIEDADE/ pagina1.tml#ixzz0xwqg6j2N. Acessado em 28 Agosto 2010.

SOUZA, Jacy Aurélia Vieira de; FREITAS, Maria Célia de; QUEIROZ, Terezinha Almeida de. **Violência contra os idosos: análise documental**. Rev. bras. enferm., Brasília, v. 60, n. 3, June 2007 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo .php?script=sci_ arttext&pid=S0034-71672007000300004 &lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672007000300004&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 28 Agosto 2010. doi: 10.1590/S0034-71672007000300004. p.268-272.

Recebido em agosto de 2010
Aprovado em dezembro de 2010

Gráfico 1 – Avaliação da Presença de Violência e Maus Tratos contra a pessoas idosa em Vitória da Conquista - BA

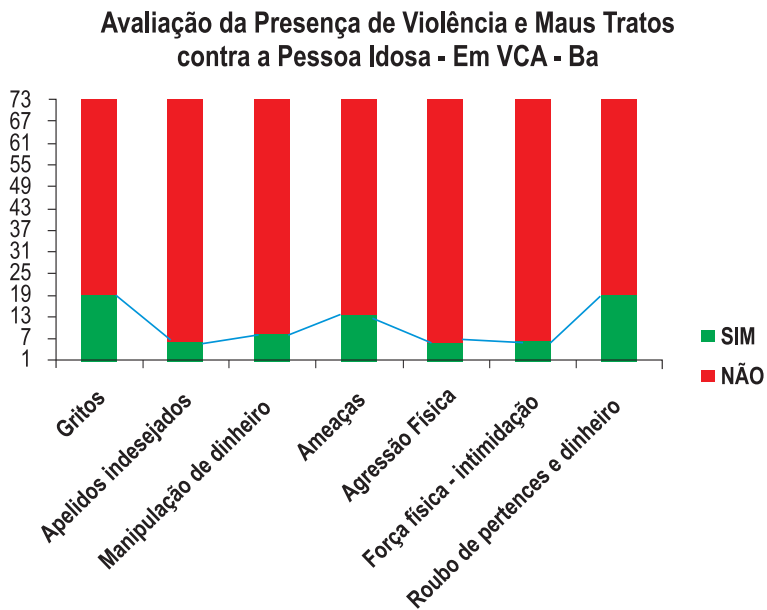


Gráfico 2 – Frequência dos Critérios Analisados para Violência e Maus tratos à pessoa idosa em Vitória da Conquista – BA



ANEXOS

TABELA 1 – Frequência dos tipos de agressões citados pelos Profissionais de Saúde em Vitória da Conquista - BA

Tipo de Agressão	Frequência
Apropriação da aposentadoria	4
Hematomas (4)	4
Violência Psicológica (3)	3
Negligência (3)	3
Desnutrição (3)	3
Agressão Familiar (2)	2
Violência Verbal (2)	2
Humor deprimido (2)	2
Higiene Precária (2)	2

TABELA 2 – Conduta seguida pelos Profissionais de Saúde em Vitória da Conquista - BA

Orientação	Frequência
Referencia para o Conselho	4
Procurar MP	4
Comunicar ao Órgão Competente	3
Referenciara para o CREAS	3
Procurar Delegacia	2
Conversar com familiares	2
Reforçar a autonomia	1
Informar os direitos	1

Figura 1 – Questionário aplicado aos idosos do município de Vitória da Conquista – Ba (Adaptação do Anexo 13 do Caderno de Atenção Básica, nº 19, do MS, 2006

ANEXO 13 - AVALIAÇÃO DA PRESENÇA DE VIOLÊNCIA E MAUS TRATOS CONTRA A PESSOA IDOSA

INICIAIS: _____ **IDADE:** _____ **RESIDE:** () **Instituição** ()
Casa c/ _____ () **Sozinho** **SEXO:** () **F** () **M**

(CONTINUA)

1	NO ÚLTIMO ANO, ALGUMA DAS PESSOAS QUE O RODEIAM TEM GRITADO COM O (A) SR(A) SEM RAZÃO?	SIM NÃO	() ()
2	COM QUE FREQUÊNCIA?	TODOS OS DIAS DA SEMANA 2 OU 3 VEZES NA SEMANA UMA VEZ NA SEMANA 2 A 3 VEZES AO MÊS UMA VEZ AO MÊS OU MENOS	() () () () ()
3	NO ÚLTIMO ANO, ALGUMA DAS PESSOAS QUE O RODEIAM O (A) TEM CHAMADO POR ALGUM NOME OU APELIDO QUE O(A) SR(A) NÃO GOSTE?	SIM NÃO	() ()
4	COM QUE FREQUÊNCIA?	TODOS OS DIAS DA SEMANA 2 OU 3 VEZES NA SEMANA UMA VEZ NA SEMANA 2 A 3 VEZES AO MÊS UMA VEZ AO MÊS OU MENOS	() () () () ()
5	NO ÚLTIMO ANO, ALGUMA DAS PESSOAS QUE O RODEIAM O RODEIAM TEM USADO OU MANEJADO SEU DINHEIRO SEM SEGUIR SUAS INSTRUÇÕES?	SIM NÃO	() ()
6	COM QUE FREQUÊNCIA?	TODOS OS DIAS DA SEMANA 2 OU 3 VEZES NA SEMANA UMA VEZ NA SEMANA 2 A 3 VEZES AO MÊS UMA VEZ AO MÊS OU MENOS	() () () () ()
7	NO ÚLTIMO ANO, ALGUMA DAS PESSOAS QUE O RODEIAM O (A) TEM AMEAÇADO POR NÃO FAZER O QUE ELAS QUEREM QUE O(A) SR(A) FAÇA?	SIM NÃO	() ()
8	COM QUE FREQUÊNCIA?	TODOS OS DIAS DA SEMANA 2 OU 3 VEZES NA SEMANA UMA VEZ NA SEMANA 2 A 3 VEZES AO MÊS UMA VEZ AO MÊS OU MENOS	() () () () ()

Figura 1 – Questionário aplicado aos idosos do município de Vitória da Conquista – Ba (Adaptação do Anexo 13 do Caderno de Atenção Básica, nº 19, do MS, 2006

ANEXO 13 - AVALIAÇÃO DA PRESENÇA DE VIOLÊNCIA E MAUS TRATOS CONTRA A PESSOA IDOSA

INICIAIS: _____ **IDADE:** _____ **RESIDE:** () **Instituição** ()
Casa c/ _____ () **Sozinho** **SEXO:** () **F** () **M**

(CONCLUSÃO)

9	NO ÚLTIMO ANO, ALGUMA DAS PESSOAS QUE O RODEIAM O (A) TEM GOLPEADO, BATIDO OU ESBOFETEADO?	SIM NÃO	() ()
10	COM QUE FREQUÊNCIA?	TODOS OS DIAS DA SEMANA 2 OU 3 VEZES NA SEMANA UMA VEZ NA SEMANA 2 A 3 VEZES AO MÊS UMA VEZ AO MÊS OU MENOS	() () () () ()
11	NO ÚLTIMO ANO, ALGUMA DAS PESSOAS QUE O RODEIAM O (A) TEM SACUDIDO OU SEGURADO DE FORMA INTIMIDADORA OU AMEAÇADORA?	SIM NÃO	() ()
12	COM QUE FREQUÊNCIA?	TODOS OS DIAS DA SEMANA 2 OU 3 VEZES NA SEMANA UMA VEZ NA SEMANA 2 A 3 VEZES AO MÊS UMA VEZ AO MÊS OU MENOS	() () () () ()
13	NO ÚLTIMO ANO, ALGUMA DAS PESSOAS QUE O RODEIAM TEM ROUBADO SEU DINHEIRO OU ALGUM DE SEUS PERTENCES?	SIM NÃO	() ()
14	COM QUE FREQUÊNCIA?	TODOS OS DIAS DA SEMANA 2 OU 3 VEZES NA SEMANA UMA VEZ NA SEMANA 2 A 3 VEZES AO MÊS UMA VEZ AO MÊS OU MENOS	() () () () ()

Figura 2 – Questionário aplicado aos Profissionais de Saúde

ENQUETE FICHA DE NOTIFICAÇÃO - PROFISSIONAIS DE SAÚDE

IDENTIFICAÇÃO: _____ **PROFISSÃO:** _____

1	VOCÊ COSTUMA ATENDER IDOSOS?	SIM NÃO	() ()
2	COM QUE FREQUÊNCIA	TODOS OS DIAS DA SEMANA 2 OU 3 VEZES NA SEMANA UMA VEZ NA SEMANA 2 A 3 VEZES AO MÊS UMA VEZ AO MÊS OU MENOS	() () () () ()
3	VOCÊ CONHECE A FICHA DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA	SIM NÃO	() ()
4	VOCÊ JÁ NOTIFICOU ALGUM CASO DE VIOLÊNCIA	SIM NÃO	() ()
5	QUAIS ACHADOS/PRINCIPAIS QUEIXAS RELACIONADOS À VIOLÊNCIA DO IDOSO?		
6	COMO VOCÊ ORIENTARIA O PACIENTE EM CASO DE VIOLÊNCIA?		
7	VOCÊ CONHECEU OS RESULTADOS E CONSEQUÊNCIAS DOS CASOS QUE VOCÊ NOTIFICA?		



IMPrensa UNIVERSITÁRIA

COORDENAÇÃO GRÁFICA: Luiz Henrique Farias

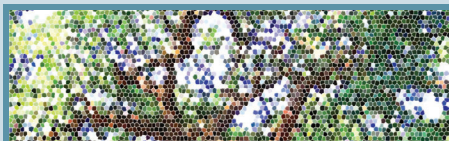
DESIGNER GRÁFICO: Cristovaldo C. da Silva

IMPRESSÃO: Davi Macêdo

FOTOMECÂNICA: Cristiano Silva

ACABAMENTO: Nivaldo Lisboa

IMPRESSO NA GRÁFICA DA **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - ILHÉUS-BA**



JAN/JUN/2011

15

ISSN 1808-8090

